



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

MARY ANNE TELES DE LAVOR RIBEIRO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AS
EXPERIÊNCIAS JUVENIS

FORTALEZA – CEARÁ

2017

MARY ANNE TELES DE LAVOR RIBEIRO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AS
EXPERIÊNCIAS JUVENIS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Machado Fialho Fiuza.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Ribeiro, Mary Anne Teles de Lavor.
Educação profissional no ensino médio integrado:
as experiências juvenis [recurso eletrônico] / Mary
Anne Teles de Lavor Ribeiro. - 2017.
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 140 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Planejamento e Políticas
Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Lia Machado Fialho Fiuza.

1. Ensino Médio Integrado. 2. Educação
Profissional. 3. Juventudes. I. Título.

MARY ANNE TELES DE LAVOR RIBEIRO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AS
EXPERIÊNCIAS JUVENIS


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 20 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Lia Machado Fiuza Fialho - Orientadora
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^a. Dr^a. Lourdes Rafaella Santos Florêncio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE



Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará – UFC

Dedico este trabalho aos meus filhos Yuri, Igor e Iago como incentivo e estímulo a prosseguirem estudando sempre e ao meu marido José Remo, que muito me incentivou nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que direta ou indiretamente ajudaram-me a ultrapassar as dificuldades enfrentadas neste percurso.

Agradeço em especial à minha mãe que sempre será meu maior estímulo, inspiração e exemplo. Ao meu pai, obrigada pelo amor, dedicação e encorajamento, meus passos foram e são guiados por vocês.

Às minhas irmãs pelo companheirismo, pelo amor incondicional, pela amizade e momentos de aprendizagem que compartilhamos.

Aos meus colegas de sala pelo convívio, trocas de experiências e aprendizado.

À comunidade da EEEP Maria José Medeiros por me possibilitar à realização do mestrado. Em especial às coordenadoras escolares e amigas Jacira Medeiros e Margareth Veras pelo apoio, incentivo e orientações durante todo o processo de estudo e elaboração do anteprojeto para ingressar no mestrado.

Aos alunos concludentes do 3º ano dos cursos técnicos em administração, enfermagem, informática e nutrição pela atenção e disponibilidade para responder aos questionários e entrevistas, colaborando de forma significativa com a pesquisa.

Um agradecimento especial minha orientadora, professora Dra. Lia Fialho Fiuza pelo apoio, orientação e estímulo.

RESUMO

Esta pesquisa é resultado de algumas experiências vivenciadas ao longo da atuação como educadora e coordenadora escolar no Ensino Médio, sobre a educação profissional efetivada no estado do Ceará e as experiências juvenis dos egressos da Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros no ano de 2014. Eu questionava acerca do ingresso dos jovens à universidade e ao mercado de trabalho, cujo problema central justifica o objetivo dessa pesquisa: compreender as trajetórias vivenciadas pelos jovens egressos da educação profissional e suas reverberações ao acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio Integrado (EMI) proporcionado aos jovens. A fim de desvelar esse objetivo, foram utilizados na construção do referencial teórico documentos oficiais tais como leis e decretos que estabelecem a educação básica e profissional a fim de orientar acerca da política educacional e a lógica de formulação e implementação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. Também utilizei questionários e entrevistas com jovens egressos do EMI. Esta pesquisa qualitativa utilizou o estudo de caso como forma de investigação, que desde a inter-relação da documentação legal e institucional com os questionários e entrevistas pode compor os dados da pesquisa. Para amparar as discussões suscitadas dialogou-se com os autores Frigotto (2005), Ramos (2005), Ciavatta (2005), dentre outros que discutem sobre concepções de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e defendem a formação integrada como proposta e como possibilidade de reverter o problema da dualidade estrutural do ensino. Os jovens egressos visualizaram o EMI como uma instituição de educação com melhores condições de ensino entre as escolas públicas para atendê-los, identificando-o como importante aliado para o aprendizado, além de “ter algo a mais no currículo”, no caso um curso técnico profissional, com possibilidades de rápida inserção no mercado de trabalho e na universidade. Esse estudo permite refletir criticamente sobre políticas públicas educacionais destinadas ao público jovem menos favorecido economicamente desde suas carências e anseios.

Palavras-chave: Ensino médio integrado. Educação profissional. Juventudes.

ABSTRACT

This research is the result of the sum of uneasinesses emerged during my career as an educator and coordinator of a high school, regarding the current professional education in the state of Ceará and the experiences of the graduates of the State School of Professional Education Maria José Medeiros in 2014. The doubts occasion curiosity regarding the admission to university and the market place of *which the central problem justifies this research, to get to know the trajectories traced by the graduates in face of the contemporary reality and to comprehend the reverberations of the access to professional education under the Highschool police integrated in the lives of these youngsters. In order to fully comprehend this objective were utilized in the construction of the theoretical referential official documents as such, as laws and decrees that establish both the base and the professional education with the purpose of guiding about the educational politics and the logic of formulation and implementation of the Professional Education School - EEEP. Questionnaires and interviews with EMI young graduates were also utilized. This qualitative research utilized the case study as an investigation form, questionnaires and interviews as the instrument and gathering of data that after obtained were organized in the form of tables and graphs for then to be analyzed in concord with the research theme and dialogue established with the authors. This study has the intention of discussing trajectories for the routing of public policies destined to the young public, of which recognize it's needs and yearnings. To organize the theoretical reference of the research, dialogues were made with authors Frigotto (2005), Ramos (2005), Ciavatta (2005), among others that discuss the concepts of the high school integrated towards professional education and defend the integrated formation as proposal and as the possibility to reverse the problem with the structural duality of the teaching. The young graduates visualized the EMI as an institute of education with higher teaching standards among other public schools to attend them, identifying the integrated system as an important ally for their learning experience, other than "just having one more thing in their curriculum", *a professional technical course*, with the possibility of immediate insertion in the job market and in the university. This study enables critical reflections of the public educacional politics destined to the less economically fortunate youth from their needs and desires.

Keywords: Integrated High School. Professional Education. Youths.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Egressos do curso de Informática – 06/01/17	67
Figura 2 – Egressos do curso de Informática – 06/01/17	67
Figura 3 – Egressos do curso de Administração – 07/01/17	68
Figura 4 – Egressos do curso de Administração – 07/01/17	68
Figura 5 – Egressos do curso de Enfermagem – 10/01/17.....	69
Figura 6 – Egressos do curso de Enfermagem – 10/01/17.....	69
Figura 7 – Egressos do curso de Nutrição dietética – 11/01/17	70
Figura 8 – Egressos do curso de Nutrição dietética – 11/01/17	70
Figura 9 – EEEP Maria José Medeiros.....	72
Figura 10 – Sala de aula.....	75
Figura 11 – Pátio.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participantes da pesquisa: questionários e entrevistas	78
Gráfico 2 – Quantidade de jovens pesquisados em relação ao sexo.....	79
Gráfico 3 – Dificuldades para os jovens egressos profissionalizados do Ensino Médio quanto ao mercado de trabalho.....	87
Gráfico 4 – Você deu prosseguimento aos estudos?	90
Gráfico 5 – Caracterização da amostra quanto ao prosseguimento aos estudos por curso	91
Gráfico 6 – O estudo é na mesma área que concluiu o curso profissional?	92
Gráfico 7 – Congruência da área que concluiu o curso profissional e atuação profissional por curso	94
Gráfico 8 – Quantidade de alunos empregados após conclusão do curso profissionalizante.....	96
Gráfico 9 – Caracterização da amostra referente a quantidade de alunos empregados após a conclusão do curso profissionalizante por curso.	97
Gráfico 10 – Gráfico geral – Inserção dos egressos à universidade	100
Gráfico 11 – Caracterização da amostra quanto a inserção na universidade por curso.....	101
Gráfico 12 – Egressos – Gráfico geral.....	103
Gráfico 13 – Forma de ingresso na universidade pública ou privada por curso	103
Gráfico 14 – Caracterização da amostra quanto à satisfação dos egressos com o Ensino Médio Integrado	104
Gráfico 15 – Caracterização da amostra quanto à satisfação dos egressos com o Ensino Médio Integrado por curso.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE	Centro de Ensino Experimental
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEDP	Coordenadoria de Educação Profissional
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
EMI	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP/CE	Escola de Saúde Pública - Ceará
ETICE	Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de desenvolvimento da Educação Básica
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases Nacionais
LEA	Língua Estrangeira Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OP	Orientação Profissional
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAE	Plano de Ação Educacional
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDT	Professor Diretor de Turma
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPDT	Projeto Professor Diretor de Turma
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPEPT	Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMED	Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC-MEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágio
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEO	Teoria Empresarial Odebrech
TER	Termo De Realização de Estágio
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
TPV	Temáticas, Práticas e Vivências
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EXPLORANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	20
2.1	EDUCAÇÕES BÁSICA: ENSINO MÉDIO.....	20
2.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	31
2.3	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	47
3	UM PERCURSO, MUITAS HISTÓRIAS.....	63
3.1	A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	63
3.2	A TRAJETÓRIA DA EEEP MARIA JOSÉ MEDEIROS	72
3.3	DESVELANDO VOZES DAS JUVENTUDES “PROFISSIONALIZADAS”	76
3.3.1	Análise dos dados e resultados	76
4	PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICES.....	130
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIOS.....	131
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – ENTREVISTAS.....	132
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO	133
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	135
	ANEXOS.....	136
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	137
	ANEXO B – DECRETO N. 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004	138

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, por ser a última etapa da educação básica, adquire relevância, pois é o momento em que o educando tem a oportunidade de aprofundar conhecimentos e aptidões que auxiliarão para o seu desenvolvimento no trabalho e para a continuidade do seu aprendizado formal. A dimensão da formação e qualificação para o trabalho integra consecutivamente, o desenvolvimento educacional geral dos cidadãos. O Art. 205 da Constituição Federal de 1988, determina que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse sentido, constitui-se, no âmbito da educação pública, um arcabouço jurídico institucional que favorece o desenvolvimento de uma política educacional articulada ao mundo do trabalho. O Decreto nº 5.154/2004, ao revogar o nº 2.208/97, mantém a oferta dos cursos técnicos integrado, concomitantes e subsequentes. A forma integrada é ofertada apenas a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única e na mesma instituição de ensino. A forma concomitante é oferecida a quem ingresse no Ensino Médio ou já estejam cursando, efetuando matrículas distintas para cada curso. A forma subsequente é destinada apenas àqueles que já concluíram o Ensino Médio, reapresentando assim, a possibilidade de integração do Ensino Médio à educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 1996).

Em maio de 2011, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprova parecer nº 8/2010, que estabelece novas diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio no Brasil. A medida é apresentada como uma atualização das diretrizes de 1998, entendida como necessária diante das diversas mudanças ocorridas na legislação relativa ao Ensino Médio nos últimos anos, bem como das transformações em curso na própria sociedade, no mundo do trabalho e no Ensino Médio (MOEHLECKE, 2012).

É nesta perspectiva que para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio “o trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos” (BRASIL, 1996). Analisando o trabalho como princípio educativo, significa dizer que

o homem é sujeito de sua história e de sua realidade material e social, ou seja, pode se apropriar dela e transformá-la. O jovem, busca no trabalho a sua independência financeira e a satisfação das suas necessidades, configurando assim o sentido econômico do trabalho. Para as DCN, o trabalho pode ainda ter duplo sentido (ontológico e histórico) quando se baseia na construção de um projeto de formação. No sentido ontológico “é princípio e organiza a base unitária do Ensino Médio”. No sentido histórico, a fundamentação do trabalho se dá através da sua formação específica para o exercício de profissões. Do ponto de vista organizacional, essa relação deve ser parte integrante de um mesmo currículo de formação plena do educando (BRASIL, 1999).

O Ensino Médio na modalidade Integrado adquire, assim, grande relevância por significar o momento em que o educando tem a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e habilidades laborais, recebendo instrução tanto para prosseguir nos estudos como o exercício de uma profissão, que deverá contribuir para o seu progresso no trabalho e para a continuidade dos seus estudos.

Segundo Ramos (2004), o conceito de integração do Ensino Médio Integrado (EMI) se dá em três sentidos: filosófico, epistemológico e político. O sentido filosófico, de formação humana unilateral, se dá através do processo educacional que integra: trabalho, conhecimento (ciência e tecnologia) e cultura. No sentido epistemológico, o currículo integra a unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, a relação entre as partes e a totalidade na seleção e organização dos conhecimentos. E o caráter político, se manifesta no sentido de oferecer um ensino médio integrado à educação profissional técnica, voltada para a necessidade do mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Logo, uma política consistente de profissionalização no Ensino Médio, condicionada à concepção de integração entre trabalho, ciência e cultura, poderia ser a travessia para a organização da educação brasileira com base no projeto de escola unitária, tendo o trabalho como princípio educativo. É nesses termos que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 45) afirmam:

A integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes.

Nesse contexto, alguns temas tornaram-se prioridades nas agendas educacionais ligados à ressignificação dos currículos escolares, à ampliação da carga horária dentro das escolas, e à profissionalização dos indivíduos numa tentativa de melhor adequá-los à atual lógica do mercado de trabalho. Importa inferir, no entanto, que esta lógica ainda sustenta a dualidade na educação brasileira, por atender especialmente os filhos dos trabalhadores e destinar-se a uma parcela da população menos favorecida economicamente que muitas vezes precisa ingressar precocemente no trabalho para complementar a renda familiar e não pode se dedicar exclusivamente aos estudos.

O Ensino Médio Integrado (EMI) é uma modalidade de ensino na qual os planos de curso contemplam, em um único currículo, os conteúdos da educação básica e da formação profissional. Trata-se de um projeto pedagógico com matrícula única e com uma só proposta curricular. O modelo integrado se propõe a possibilitar a milhares de alunos além de um Ensino Médio de qualidade, a articulação com a educação profissional, constituindo também uma das possibilidades de garantir o direito à educação e ao trabalho qualificado.

Ainda que, na prática, as escolas de EMI não consigam preparar os alunos para o prosseguimento ao ensino superior como as maiores redes de escolas privadas que atende uma classe social mais privilegiada economicamente, elas representam para os jovens cearenses da rede pública de ensino, a possibilidade de um futuro mais justo, mais igualitário e com mais oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho e no ensino superior, já que se diferenciam das demais escolas regulares de Ensino Médio e, em geral, conseguem fomentar um ensino de melhor qualidade.

Para os jovens egressos, que estão concluindo o Ensino Médio Integrado, o sentido do trabalho é, sem dúvida, uma das questões que fragmentaram, historicamente, a natureza do currículo nessa etapa de formação. É nessa fase que ocorre a explicitação do modo como o conhecimento se relaciona com o trabalho. O entendimento de que é necessária uma ampliação mais articulada de políticas que levem em conta a ideia de singularidade e ao mesmo tempo considere a pluralidade das juventudes, como algo mais específico, mais direcionado para este público, vem se estruturando em passos de maneira tênue. Nas últimas décadas, as mudanças se anunciaram mais enfaticamente ao compreender que a juventude não se refere mais a uma breve passagem da vida infantil para a vida adulta, e que a possibilidade

de vivê-la está reduzida a uma pequena parcela da sociedade. É recorrente a importância de se utilizar a palavra juventude em seu plural – juventudes – devido à grande diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos (FIALHO, 2015).

As políticas públicas, neste contexto, devem se basear em mecanismos mais adequados para que estes jovens possam melhorar a sua formação, estudando mais, se capacitando, na busca constante pelo conhecimento, e nesta busca, construir seus sonhos, seus projetos de vida, seus percursos, sua inserção na vida social. Para que tudo isso aconteça, são necessárias ações de diferentes áreas de execução como educação, trabalho, cultura, saúde, lazer e esporte. São, portanto, políticas universais que precisam ser adequadas às especificidades dessa fase da vida (SPOSITO, 1997).

Rua (1998, p.731) opta por uma definição bastante sugestiva de políticas públicas como “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” e contrapõe à ideia de “problemas políticos” à expressão “estado das coisas” quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado das coisas”.

São observações importantes para compreensão da trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, uma vez que, diferente do conjunto da América Latina, elas tenderam a permanecer mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas. Por essas razões, ao examinar, sobretudo no nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho (RUA, 1998, p. 732).

A constatação da autora supracitada é de que as políticas públicas voltadas para os jovens no Brasil não são contempladas com ações específicas para esse público e sim por políticas sociais que são destinadas a todas as demais faixas etárias. Tais políticas também não são orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de atitudes e valores das novas gerações.

Nesse sentido, desenvolveu-se um trabalho qualitativo, do tipo estudo de caso, que questiona como o EMI contribui para a articulação, ou não, da formação profissional e propedêutica, na percepção dos jovens egressos.

Como esta pesquisa é resultado de algumas inquietações emergidas ao longo da atuação como educadora e coordenadora escolar no Ensino Médio, sobre a educação profissional efetivada no estado do Ceará e as experiências juvenis dos

egressos da Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros, onde atuava; optei por cursar mestrado profissional para investigar a realidade – profissional e educacional dos jovens egressos, pegando o recorte do ano de 2014 porque coincide com o ano em que a pesquisadora inicia o trabalho como coordenadora escolar, em 2012, com o ano do ingresso dos alunos à escola.

Ensejaram-me curiosidades acerca do ingresso ou não dos jovens ex-alunos à universidade e ao mercado de trabalho. Tal inquietação me fez buscar conhecer as trajetórias traçadas pelos jovens egressos do EMI, diante da realidade contemporânea, através da seguinte questão norteadora: Quais seriam então, as implicações da educação profissional na vida dos jovens “profissionalizados” na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros?

As EEEPs atendem a um público jovem que estão numa faixa etária entre 15 e 17 anos. É importante observar que a juventude é uma fase da vida caracterizada por uma série de mudanças, não só fisiológicas, cognitivas e psicológicas, mas também em relação aos papéis sociais a serem assumidos pelo indivíduo. Dentre estes se destacam o papel de trabalhador.

Diante da escolha dos jovens estudantes como sujeitos deste estudo de caso, tornou-se indispensável a busca por referenciais teóricos sobre juventudes. Os principais autores – Dayrell (2003), Dayrell, Carrano (2014), Sposito (1997), Fialho (2015) que serviram como referências aos estudos sobre essa temática.

O presente estudo tem por objetivo geral compreender as reverberações que a conclusão do curso proporcionou na vida profissional e educacional dos jovens egressos por intermédio da política do Ensino Médio integrado da escola Maria José Medeiros, localizada no bairro Papicu em Fortaleza, Ceará.

Para contemplar esse objetivo geral, delinearam-se três objetivos específicos necessários para responder à problemática: 1) entender como se efetiva a educação profissional na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros na interface com as normativas legais; 2) identificar os jovens egressos da Educação Profissional da Escola Maria José Medeiros e conhecer os desdobramentos em suas realidades profissionais e estudantis; 3) conhecer as percepções juvenis, dos egressos, acerca do EMI.

A partir desses objetivos será possível compreender as reverberações do acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio integrado na vida dos jovens egressos da escola Maria José Medeiros no ano de 2014.

A síntese desse processo se expressa nos três capítulos aqui apresentados. Na introdução apresentou-se a temática – educação no Ensino Médio integrado – bem como a delimitação do estudo – de caso na Escola Maria José Medeiros, Fortaleza-CE - que visa trabalhar com jovens egressos. Destacou-se o problema norteador e os objetivos, e, agora, apresentar-se-á a organização do trabalho de pesquisa que segue:

No segundo capítulo, intitulado Explorando a Educação Profissional foram feitas algumas considerações acerca da educação básica tendo como fonte de pesquisa a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN 9394/96), com foco no Ensino Médio, pois a pesquisa está direcionada aos jovens que concluíram o Ensino Médio. Procura-se analisar a reforma do ensino profissional no Brasil da década de 1990 e os diferentes projetos de reestruturação do Ensino Médio e Profissional que representavam as aspirações e propostas dos diferentes grupos sociais, bem como a análise do contexto político nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, ressaltando o Decreto 2.208/97 e a LDB 9394/96 que serviram de base para as reformas.

Aborda-se, também, o Decreto 5.154/2004, do qual mantém as ofertas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes, mas que torna possível a integração do Ensino Médio à educação profissional técnica de nível médio; e o Programa Brasil Profissionalizado, que através de financiamento específico, passa a incentivar os estados e municípios a ofertar de forma mais efetiva o ensino profissional.

Considera-se ainda que, as escolas profissionais trouxeram para o Ceará a experiência de escola pública em tempo integral, cuja proposta é desenvolver um novo conceito de educação no qual o currículo integrado, que alia a educação profissional e o Ensino Médio possa possibilitar que o aluno agregue qualificação à sua formação regular e, conseqüentemente, galgue melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, denominado “Um percurso, muitas histórias” foram explicitadas à trajetória da pesquisa: tipo de pesquisa, local, coleta de dados, sujeitos, aspectos éticos e análises de dados. Posteriormente, neste capítulo, serão desveladas as vozes das juventudes “profissionalizadas” dos egressos do EMI. Os dados possibilitarão discutir a Educação Profissional que está sendo ofertada no Ceará e melhor compreender sobre os objetivos que estão ou não sendo alcançados.

No quarto e último capítulo, a educação profissional efetivada no Estado do Ceará foi problematizada em relação a alguns aspectos como: a portaria de matrícula, nº 105/2009 da SEDUC, apresenta os critérios para o acesso de alunos às EEEP, o estágio supervisionado, regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e as disparidades estruturais de funcionamento das EEEPs adaptadas e conseqüentemente, a qualidade de ensino ofertada.

2 EXPLORANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio no Brasil, ao longo de sua história, tem sido frequentemente identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade. Entretanto, analisando as funções que lhes foram atribuídas nos últimos tempos, não há dúvida sobre o caráter propedêutico a ele associado. Organizado de acordo com o modelo de seminário-escola dos jesuítas, o Ensino Médio brasileiro surge como um lugar para poucos, com o objetivo de preparar a alta sociedade para os exames de ingresso aos cursos superiores, com um currículo direcionado para as ciências humanas, pouco relacionado às ciências experimentais (PINTO, 2002).

Na década de 1930, surgiram algumas mudanças com as reformas educacionais iniciadas por Francisco Campos, com a implantação do ensino profissionalizante destinado às classes menos favorecidas. A partir de 1931, começa a reorganização do ensino secundário (com o decreto nº 19.890/31), consolidando-se o processo em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei n. 4.244/42), que dividiu esse nível de ensino em duas etapas – um ginásio de quatro anos e um colegial com três anos, mantendo os exames de admissão e a seletividade que marcava esse nível de ensino.

No primeiro momento de expansão do ensino secundário, o modelo destinado “às massas” foi o profissionalizante, com terminalidade específica, que tinha como objetivo preparar mão de obra para as indústrias que iam surgindo no país. Paralelamente, manteve-se o ensino de caráter propedêutico, destinado ao ingresso ao ensino superior. Estas opções justificaram o que educadores da época definiram como uma dualidade do nosso sistema de ensino, com duas trajetórias distintas, de acordo com aqueles a quem se destinavam. A equidade entre os dois modelos, permitiu o ingresso ao ensino superior também àqueles que realizassem o curso secundário profissionalizante que aos poucos foi sendo construída (leis n. 1.076/50 e n. 1.821/53), mas só foi constituída totalmente com a primeira LDB, em 1961 (lei n. 4.024/61) (ROMANELLI, 2001).

Outra alteração bastante significativa no conhecido 2º grau (segundo ciclo do ensino secundário) da época, foi a profissionalização obrigatória, determinada pela lei n. 5.692/71, que também unificou o antigo ginásio, denominado primeiro

ciclo do ensino secundário, com o primário, formando o 1º grau. Diante do regime militar e de um período de ditadura da época, a iniciativa foi associada à necessidade de minimizar a pressão pela extensão do ensino superior, estabelecendo, dessa forma, uma terminalidade única para o Ensino Médio. Por causa do curto período de duração e por ser pouco eficaz, foi abolida em 1982.

Com a aprovação em 1988, uma nova Constituição trouxe mudanças importantes na extensão e no caráter do nível de ensino em estudo. Afirmou-se o dever do Estado em assegurar a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio” (Art. 208, inciso II), indicando-se a intenção de estendê-lo a toda a população, medida que se refletiu no processo de ampliação da oferta do Ensino Médio, ocorrida nos anos que se seguiram (BRASIL, 1988).

Na segunda metade dos anos 1990, voltou-se o debate sobre as funções do Ensino Médio. Propõe-se uma maior ênfase nos cursos profissionalizantes. A emenda constitucional n. 14, de 1996, alterou a redação do texto constitucional, alterando o termo “progressiva extensão da obrigatoriedade” do Ensino Médio por “progressiva universalização”. A mesma emenda criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), posteriormente regulamentado pela lei n. 9.424/96 que, em consonância com as novas orientações políticas, concentrando e destinando os recursos para o ensino fundamental regular (BRASIL, 1996).

A LDB de 1996, além de manter a redação original da Constituição, consagrou o Ensino Médio como etapa final da educação básica, definindo objetivos abrangentes (Art. 35) que integravam a formação para a continuidade dos estudos, o desenvolvimento da cidadania e do pensamento crítico, assim como a preparação técnica para o trabalho, assegurada a formação geral. Ressalta-se, nesse momento, a intenção de dar ao Ensino Médio uma identidade relacionada à formação básica que deve ser garantida a toda a população, rompendo assim a dicotomia entre ensino profissionalizante ou preparatório para o ensino superior (BRASIL, 1996).

Diante de uma sociedade pós-moderna com valores diversificados, a educação ainda pode ser considerada importante motor propulsor de mudanças na vida de um indivíduo. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) vem conferir nova identidade ao Ensino Médio, determinando que Ensino Médio é parte da Educação Básica, e deve fomentar qualificação para o trabalho, para prosseguimento nos estudos e formação cidadã.

Refletir acerca da expressão “educação básica” permite averiguar, no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, que este além de ser um conceito atual, é um direito e também uma forma de organizar a educação a nível nacional. Ora, na perspectiva de um conceito, a educação básica veio para esclarecer e gerir um conjunto de realidades novas trazidas pela busca de um espaço público novo. Indiscutível a importância da mesma para a sociedade.

No que concerne ao direito significa um recorte universalista próprio de uma cidadania que é ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural (CURY, 2008). Nessa conjuntura, reside o papel crucial do novo conceito inclusive como nova forma de perspectiva de organização da educação escolar nacional. Essa nova forma atinge o pacto federativo e, conseqüentemente a organização pedagógica abrangendo assim também as instituições escolares. Vale ressaltar que a educação básica é um pilar na promulgação da cidadania, tendo em vista que esse nível de ensino engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O Brasil, país reconhecido mundialmente pelo futebol, belas paisagens e festas animadas negou durante séculos o que hoje é um direito para todos os cidadãos: a educação. Relegando o acesso à educação apenas aos mais abastados economicamente.

A Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação, criou as condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, assumisse esse conceito no Art. 11, § único, ao assinalar a possibilidade de o Estado e os municípios se constituírem como um sistema único de educação básica. O artigo 22 estabelece os fins da educação básica: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Diante do exposto é nítido que a educação básica se torna, dentro do Art. 4º da LDB nº 9394/96, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado ao outorgar o mesmo mediante oferta qualificada para construção de uma sociedade democrática. A LDB nº 9394/96 denomina a pluralidade consociativa de Sistema de Organização da Educação Nacional, em seu Título IV. É desta concepção articulada entre os sistemas que decorre a exigência de um Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Art. 214 da Constituição Federal) que seja, ao

mesmo tempo, racional nas perspectivas das metas e nos meios, e efetivo nos seus fins.

Já no cenário do ensino técnico-profissionalizante, embora a demanda econômica fosse maior, era relativamente desprezado pelas classes média e alta, que almejavam o ensino superior, na realidade tal perspectiva pode ser concebida como preconceituosa, já que limitava basicamente aos pobres, limitando-se o ensino técnico-profissionalizante à profissionalização destituída de conhecimentos propedêuticos. Os grupos privilegiados possuem acesso com maior facilidade ao ingresso no ensino superior, já os que optavam pela formação técnica eram normalmente os mais carentes que necessitam de uma formação complementar que os outorgasse oportunidades de emprego.

O Art. 35, incisos I a IV da LDB tenta superar tal paradigma ao explicitar que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica”, o que concorre para a construção de sua identidade como parte integrada e não isolada da educação elementar. Este passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o pleno desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos” (BRASIL, 1996).

Nessa concepção, o Art.1º § 2º da LDB nº 9.394/96 muda no cerne a identidade estabelecida para o Ensino Médio contida na referência anterior, a Lei nº 5.692/71, cujo 2º grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica o que concerne em um diferencial na inserção no mercado de trabalho. Logo, na perspectiva da LDB atual, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996).

Conforme pode ser observado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 1997), essa vinculação deve influenciar toda a prática educativa escolar. Ora, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas,

para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos:

a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos (BRASIL, 1997).

Diante dos problemas históricos expressos tanto no que concernem as elevadas taxas de repetência, como no abandono e evasão escolar; o Ensino Médio apresenta-se um tanto quanto desafiador no que concerne à educação básica no Brasil, sendo objeto de muitas políticas e programas educacionais visando mudar essa realidade. É o que fica expresso nos trabalhos de Bagnato (2007), Schwartzman e Castro (2013), Kuenzer (2010) e Zibas e Ferretti (2005).

Moura (2013) reflete acerca das concepções de Ensino Médio e o mundo do trabalho na atual realidade brasileira relatando que a maioria dos jovens carentes é obrigada, mediante a necessidade, à inserção precoce em alguma atividade remunerada. Ainda na perspectiva desse mesmo autor, o Brasil não chegou a concretizar um estado de bem-estar social, o que fez com que grande parte do proletariado nacional esteja hoje em condições precárias em relação aos direitos sociais mais básicos o que não é só lamentável como constitui um impedimento de avanço nessa área. A ausência de oportunidades para massa trabalhadora gera pouco acesso aos estudos ou a dualidade da ausência de tempo suficiente para estudar e a necessidade de inserção no mercado de trabalho (GOMES, 2015).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) a preparação profissional no Ensino Médio é uma imposição da realidade, logo admiti-la como necessidade apresenta-se como um problema ético. Ora, o que se espera na verdade é a superação desta problemática para que assim haja uma resolução das desigualdades e “travessia” para uma nova realidade.

Oliveira (2009) também destaca entre os pontos críticos do Ensino Médio a dualidade entre formação geral e formação profissional. Considera que existe a impossibilidade de superação dessa dualidade no âmbito do projeto político-pedagógico escolar que está posto, pois este se construiu historicamente nas

relações de classe e somente a partir de uma nova configuração da divisão social do trabalho poderá ser superada.

Ainda na perspectiva discursiva dessa dualidade estrutural, a categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional do Brasil, vale ressaltar, que já desde o surgimento da primeira iniciativa estatal nessa área até o presente, sempre se constituíram duas redes – uma profissional e outra de educação geral – para atender as necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho segundo classes sociais diferentes (KUENZER, 2002, p. 26).

No que concerne à sua forma de organização, estrutura, objetivos e currículo, o Ensino Médio tem sido moldado e transformado ao longo dos tempos, e algumas dessas mudanças são mais amplas, outras menos perceptíveis. Um aspecto bastante discutido nesse viés é sua identidade, pois ciente de que ao se constituir como uma educação intermediária, situada até então entre a educação obrigatória e a superior, à última etapa da educação básica obrigatória, sendo, portanto, um dos grandes desafios atuais na formulação de políticas públicas educacionais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) aprovadas com o Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, incorporam-se em um contexto político, social e educacional distinto do vivido na década de 1990; contudo, algumas das críticas realizadas no referido período ainda continuam sendo relevantes atualmente. Em termos da especificidade do Ensino Médio, cabe observar os desafios inerentes à construção de uma identidade própria aos estudos realizados nesse nível, ao mesmo tempo em que se garante uma multiplicidade e diversidade de trajetórias possíveis. Essa questão nos remete, ainda, à possibilidade de construção de um currículo nacional para o Ensino Médio e também à indagação sobre onde este será definido, se por meio de Diretrizes Curriculares estabelecidas no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou se de forma indireta, através de exames e avaliações do desempenho dos alunos, como parece ser a função do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em seu novo formato (MOEHLECKE, 2012).

Na perspectiva de Moehlecke (2012), a competência das DCNEM de incentivar novas políticas curriculares, especialmente nas esferas estaduais e municipais e mesmo nas escolas, é outro aspecto que merece atenção e estudo

atento e profundo particularmente no que concerne a questão federativa no país. Torna-se relevante observar, por último, que ainda precisamos ampliar e aprofundar os debates teóricos nesse campo, com um foco no próprio Ensino Médio e nas suas especificidades, conscientes que as mesmas não se restringem à educação profissional. Analisar o impacto dessas políticas nos sistemas de ensino e nas escolas, com mais estudos de base empírica, que possam identificar as ressignificações e reapropriações feitas nesse âmbito das políticas curriculares formuladas nacionalmente é salientado como importante e este estudo se debruça nesse sentido.

A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho (MOEHLECKE, 2012). Então, partindo de princípios definidos na LDB nº 9394/96, o Ministério da Educação, em um trabalho conjunto com educadores de todo o país, foi construindo um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção desses jovens na vida adulta.

Se pararmos para refletir que a denominada “revolução informática” promoveu mudanças radicais na área do conhecimento, que passa a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento de maneira geral. É possível afirmar que, nas próximas décadas, a educação transforme-se com rapidez necessária, devido uma nova percepção teórica sobre o papel da escola, estimulada pelo uso das novas tecnologias.

Nas décadas de 60 e 70, considerando o nível de desenvolvimento da industrialização na América Latina, a política educacional vigente priorizou, como finalidade para o Ensino Médio, a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção. Esta tendência levou o Brasil, na década de 70, a propor a profissionalização compulsória, estratégia que também visava a diminuir a pressão da demanda sobre o Ensino Superior. (MEC, 2010).

Em decorrência do avanço tecnológico a partir da década de 90 gerando posteriormente grande acúmulo de informações ocorreram alterações não somente no que se refere a formação dos cidadãos de maneira geral como também no que diz respeito a formação do aluno necessitando que a mesma tenha como alvo

principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (MEC, 2010).

São estes os princípios mais gerais que norteiam a revisão curricular do Ensino Médio e que se expressam na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96. Portanto, é de fundamental importância pensar em reformas curriculares, que levem em conta as mudanças estruturais que modificam a produção e a própria organização da sociedade, hoje conhecida como sociedade da informação sendo notável a importância da mesma para o fator econômico, é também um diferencial para aquisição do conhecimento.

No Brasil, o Ensino Médio foi o que mais se expandiu, considerando como ponto de partida a década de 80. De 1988 a 1997, o crescimento da demanda superou 90% das matrículas até então existentes. Em apenas um ano, de 1996 a 1997, as matrículas no Ensino Médio cresceram 11,6% (MEC, 2010).

É importante destacar, entretanto, que o índice de escolarização líquida neste nível de ensino, considerada a população de 15 a 17 anos, não ultrapassa 25%, o que coloca o Brasil em situação de desigualdade em relação a muitos países, inclusive da América Latina (MEC, 2010).

Pensar um novo currículo para o Ensino Médio coloca em destaque dois fatores: as mudanças estruturais que acontecem na chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a ampliação crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se integrem com as exigências desta sociedade.

A divisão alega priorizar a interdisciplinaridade e a aplicação dos conhecimentos em outras áreas e também no dia a dia dos alunos atrelados a realidade do Brasil e a nível mundial. Com foco na aprendizagem do aluno, na manutenção dos jovens na escola e na oferta de uma proposta curricular que atenda não apenas às necessidades individuais dos estudantes, a proposta também oferece oportunidades iguais aos principais países do mundo. No entanto, autoritariamente, tal proposta ignora os debates nesse campo que há décadas eram tecidos.

Com a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 696/11, de autoria do senador Aníbal Diniz, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) torna-se obrigatório para os alunos. Nos próximos 10 anos, 50% dos alunos matriculados devem cumprir jornada escolar em tempo integral de no mínimo 7 horas por dia com carga horária de 1,4 mil horas anuais que será ampliada progressivamente. Atualmente, o total é de 800 horas por ano. O objetivo é incentivar que as escolas adotem o ensino em tempo integral. (MEC, 2016).

De acordo com os resultados das quatro últimas avaliações do Ensino Médio no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2015, nosso país está estagnado, em um patamar abaixo da meta desejada. A meta do ano era de 4,3, mas o índice ficou em 3,7. Segundo dados de 2015 do Ministério da Educação (MEC), mais de 6,7 milhões de brasileiros estão matriculados no Ensino Médio. Enquanto a taxa de abandono do Ensino Fundamental foi de 1,9%, a do Médio chegou a 6,8%. Já a reprovação do Fundamental é de 8,2%, frente a 11,5% do Médio (MEC, 2015).

Os jovens que estão na idade de 15 a 17 anos, de acordo com o MEC, de cada cinco, três estão matriculados nesta etapa, um ainda está no Ensino Fundamental e um está fora da escola. A proposta de ensino integral inspirada na experiência de Pernambuco tem demonstrado que o impacto em proficiência e fluxo é bastante relevante, podendo ser a solução para evitar os problemas de evasão e repetência nesta etapa de ensino. Porém, a oferta de vagas em escolas tempo integral do Ensino Médio ainda é muito baixa. De acordo com os dados do MEC, em 2014 representaram apenas 5%.

Na perspectiva de Maria Helena, que em 2016, passou a integrar a secretaria executiva do Ministério da Educação como secretária executiva do MEC, o projeto “Novo Ensino Médio” vai em direção diferente dos percursos escolares, acentuando as características da “dualidade escolar”, que redundará em uma formação profissional ainda mais desprendida da formação geral para os jovens dos extratos mais precarizados da classe trabalhadora: é o “aligeiramento e precarização ainda maior da escolarização dos jovens trabalhadores pobres que está na raiz desse projeto”. A Medida Provisória nº 746/2016, que promove alterações no Ensino Médio, foi publicada no *Diário Oficial* da União, edição extra nº 184-A, no dia 23/09/2016.

Especialistas em educação apresentam ressalvas em relação ao projeto de construção de um novo Ensino Médio. Entre as críticas principais, estão a falta de ampla discussão com educadores e a possibilidade de que o investimento de R\$ 1,5 bilhão seja insuficiente para o que se pretende executar e a redução do currículo que será definido pela Base Nacional Comum. Com a reforma, as escolas ofertarão aos alunos cinco possibilidades de áreas nas quais queiram empregar mais tempo. Língua portuguesa e matemática serão disciplinas obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio. Os “itinerários formativos” que serão escolhidos pelos próprios alunos, compreendem as áreas de linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. Haverá uma redução do conteúdo da Base Nacional Comum em detrimento a estas cinco áreas de concentração. Ainda se referindo às críticas ao projeto, quanto a permissão para que professores sem diploma específico, porém com “notório saber”, reconhecidos pelo sistema de ensino, ministrem aulas apenas para cursos de formação técnica e profissional, desde que os cursos façam parte de sua área de atuação e conhecimento (MEC, 2016).

Ex-ministros da educação também alertaram para o risco de que a reforma aumente as desigualdades de oportunidades educacionais, pois, na prática, uma escola da rede pública não terá como oferecer todos os “itinerários formativos”, reduzindo assim o potencial de escolha do estudante quanto a sua formação (MEC, 2016).

O que levou o atual governo a priorizar a reforma do Ensino Médio foi o fato do Brasil, após dois anos consecutivos, não conseguir cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação – PNE (2011 – 2020), cuja meta do ano era de 4,3 para 2015, mas o índice ficou em 3,7 de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, que mede a qualidade do ensino no país, o Ensino Médio é o que se encontra em pior situação quando comparado às séries iniciais e finais da educação fundamental.

A forma como foi apresentado o Novo Ensino Médio – por Medida Provisória – MP, gerou muitas polêmicas nas escolas, nos noticiários e nas redes sociais devido à falta de diálogo com a comunidade escolar, pais e com a sociedade, o MEC resolve, após essa polêmica, ouvir a sociedade, principalmente os jovens. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) e o resultado constatou que 72% dos brasileiros são a favor de uma reforma no Ensino Médio. Entidades ligadas ao setor educacional dizem que não se resolve os “gargalos” do Ensino Médio sem antes corrigir os problemas

estruturais das escolas, assim como a redução do número de alunos por turma e a valorização dos professores.

A matriz curricular atual do Ensino Médio oferece 13 (treze) disciplinas, diferente da experiência internacional. Nosso modelo curricular é antigo, com muitas disciplinas em uma carga horária pequena, não há tempo para um aprofundamento dos conteúdos, fazendo com que o aluno não se prepare bem nem para o mercado de trabalho, nem para o ensino superior. O resultado disso, segundo os especialistas, é um ensino ruim, que não tem sentido para o aluno.

De acordo com a reforma, as escolas não são obrigadas a ofertar aos alunos todas as cinco áreas, porém deverão oferecer um dos itinerários formativos. O texto determina que 60% da carga horária sejam destinadas obrigatoriamente aos conteúdos comuns da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto os demais 40% serão optativos, de acordo com o que a escola oferta e o interesse do aluno, mas também seguindo o que for determinado pela Base Nacional. No conteúdo optativo, o aluno poderá, caso haja a oferta, se concentrar em uma das cinco áreas mencionadas anteriormente (MEC, 2016).

Dados do Censo da Educação Básica mostram que, no Brasil, quase todos os estudantes do Ensino Médio estão matriculados na educação em tempo parcial (ou seja, estudam em média quatro horas por dia). Em 2015, o país tinha 6.811.005 estudantes matriculados no Ensino Médio regular, mas só 384.635 deles (ou 5,6%) estavam cursando o Ensino Médio em tempo integral – o equivalente a uma média de quase 9 horas diárias de aulas. Nenhum dos estados tem a maioria dos estudantes dessa etapa na escola em tempo integral: em 15 estados e no Distrito Federal, as matrículas de tempo integral representam menos de 3% do total. Apenas no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco e em Rondônia há mais de 10% dos estudantes de Ensino Médio passando o dia na escola (INEP/CENSO, 2015).

Com o objetivo de estimular a expansão dessas vagas, o Ministério da Educação decidiu pagar, às redes estaduais, um apoio anual de R\$ 2 mil por aluno do Ensino Médio que passar ao tempo integral – a meta desse programa é de 257 mil vagas novas de ensino integral em 2017, e 257 mil em 2018. Considerando o número atual de matrículas, a medida pretende aumentar a porcentagem de vagas em tempo integral para 13% em dois anos (BRASIL, 2016).

Apesar de depender da aprovação da BNCC, o MEC ainda faz a ressalva de que a Medida Provisória - MP nº 746, de 22 de setembro de 2016, já terá valor de

lei e que escolas privadas e redes estaduais já podem fazer adaptações seguindo os seus currículos já em vigor.

É nítido que a reforma do Ensino Médio é um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país, pois se trata de uma mudança na estrutura do sistema atual do Ensino Médio e como já foi mencionado anteriormente o Brasil ignorava as questões relevantes em relação à educação. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos, o que possibilita o mesmo desde cedo se identificar com as áreas de ensino que mais tem aptidão e assim poder desenvolver carreira nas mesmas, sendo um diferencial na inserção desses jovens no mercado de trabalho. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível o que fundamenta tudo que já mencionado anteriormente.

Vale ressaltar que a Medida Provisória aprovada altera artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei nº 11.494, de junho de 2007, que é a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Além disso, estabelece a política de estímulo à implementação de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 é complementar à educação básica. Ambas devem contribuir para a formação do trabalhador cidadão, ainda que isso deva ser feito por meio de duas redes diferentes. À educação básica compete, segundo a LDB:

Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o desenvolvimento da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, cabendo ao ensino médio, como etapa final dessa educação, a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BRASIL, 1996).

É entendida como “importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo” (FERRETI, 1994, p.8) e como instrumento para a compreensão do processo produtivo, assim como:

“de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho e de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional” (idem). Ambas, segundo Art. 1º do § 2º da LDB nº 9394/96, devem “vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB, 1996, p. 16).

A reformulação da educação profissional foi regulamentada a partir da LDB 9.394/96, Art. 36, a qual afirma que depois de atendida a formação geral, a escola poderá preparar o educando para exercer profissões técnicas. Essa preparação se dará de forma geral, para o mundo do trabalho, na própria instituição de Ensino Médio, ou de forma integrada, em instituições próprias.

A LDB nº 9.394/96 e o Decreto Federal nº 2.208/97 formaram então as bases para a reforma do ensino profissional no Brasil. Significando formalmente “que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor” (MANFREDI, 2002, p.113). Assim, desde o final da década de 1990, gesta-se uma nova institucionalidade para a Educação Profissional no Brasil.

Ora, através da Lei supracitada buscou-se dar ao Ensino Médio uma identidade própria, configurando-o como etapa final da educação básica, abrindo a possibilidade de se integrar com a profissionalização, uma vez que esse instrumento legal prevê que, resguardado o atendimento da formação geral, poderá articular-se com a preparação técnica.

A LDB também propõe a ampliação da oferta do Ensino Médio, com objetivo de consolidar a aprendizagem construída durante o Ensino Fundamental e, ao mesmo tempo, proporcionar formação que desenvolva a identidade dos jovens. Ainda podemos destacar a indicação de superar a dicotomia entre ensino profissional e o propedêutico.

Ainda na LDB, no Artigo 36–B e C, a mesma dispõe sobre a forma que a educação profissional deve ser desenvolvida no Brasil, quando estabelece:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - Articulada com o ensino médio;

II - Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, [...] (BRASIL, 1996).

Assim, normatiza que o ensino técnico deverá ser ofertado de forma articulada ou subsequente ao Ensino Médio. No primeiro caso, o mesmo poderá ser formatado de maneira integrada ou concomitante, e no segundo caso, quando concluído o Ensino Médio.

Na forma integrada, com matrícula única e currículo integrado, isto é, o aluno conclui o Ensino Médio e profissional na mesma instituição de ensino. É ofertada ao aluno que concluiu o ensino fundamental. A forma concomitante é ofertada ao aluno que ingresse ou estejam cursando o Ensino Médio, porém com matrícula distinta para cada curso.

Andrade (2010) afirma que é um desafio para a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) implantar uma rede de escolas estaduais de educação profissional que caminhe para além da sobreposição de disciplinas gerais e específicas, apresentando uma matriz curricular que responda ao que é preconizado no projeto Ensino Médio e Educação Profissional:

Os cursos serão ofertados na forma integrada, o que implica aglutinar – e não somente reunir – o ensino médio e a educação profissional em um só curso. Reunidas em uma só formação, as EEEP's constituem proposta educacional diferenciada, mediante entrelaçamento de ciência, cultura e profissionalização. É um programa de educação integral, destinado a jovens que concluíram o ensino fundamental, visando à elevação da escolaridade, à formação para a cidadania, à preparação para o trabalho e ao prosseguimento dos estudos. A elevação da escolaridade será obtida com a conclusão do ensino médio, sendo oferecidas condições para o alcance do nível superior, pois a escola pública não pode mais perpetuar a sonegação da perspectiva de ingresso dos jovens nos cursos superiores, sejam tecnológicos ou não (CEARÁ, 2008 *apud* ANDRADE, 2010, p.60).

Consciente que as reformas educacionais, ou de forma mais abrangente qualquer reforma de políticas que proponham em seu bojo mudanças de práticas e mudanças sociais, não se concretizam por força de lei apenas, se faz necessário incentivo e a criação de uma cultura voltada à educação. Além é claro de levar em consideração os atores sociais, os caminhos desde a concepção das leis e propostas de reformas, elaboração do desenho da política e, por fim, a implementação e apropriação dos atores envolvidos em sua execução mais direta e cotidiana. Vale ressaltar que é importante dar destaque aos impactos dessas diversas influências na elaboração de políticas públicas.

Verificando os decretos de regulamentação dos artigos da LDB que abordam a educação profissional, podemos traçar um comparativo entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e o de Dilma Rousseff. De maneira geral, percebemos duas concepções sobre a abordagem a ser incorporada para o desenvolvimento e direcionamento da educação profissional que disputaram neste cenário a partir do marco legal anteriormente descrito. A primeira propõe um projeto de formação profissional a partir da lógica de produção, com práticas educativas de acordo com as demandas do mercado de trabalho, estabelecidas pelos arranjos econômicos e pelas necessidades urgentes determinadas pelo setor produtivo. Analisando nesta perspectiva, verifica-se que as competências esperadas para a formação sejam àquelas direcionadas basicamente para o trabalho técnico.

A reforma do Ensino Médio e profissional no governo FHC (1995 – 2002) teve como prioridade a melhoria da oferta educacional e a adequação desta as novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade. A modernização de um Ensino Médio e profissional que adeque os jovens aos avanços tecnológicos e as transformações no mundo do trabalho, aos novos padrões de emprego e novas exigências de qualificações e competências, formando sujeitos capazes de realizar múltiplas tarefas.

Neste Governo destacam-se alguns pontos do Decreto Federal nº 2208 de 1997, que regulamentava os artigos relacionados à educação profissional da Lei de Diretrizes e Bases de 1996:

Art. 1º - A Educação profissional tem por objetivos:

I - Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 2º - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art. 5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (BRASIL, 1996).

Verifica-se nos artigos acima, que o decreto orienta a oferta de educação profissional alinhada à lógica da produção. Isto se evidencia pela delimitação dos objetivos da mesma, direcionadas às demandas do setor produtivo. Vale ressaltar que no artigo 1º, os objetivos são estabelecidos priorizando a formação específica para o exercício de “atividades produtivas” e inserção ao mercado de trabalho. É válido citar que o decreto não prevê a forma integrada, somente permitindo a oferta técnica nas formas concomitante e sequencial ao Ensino Médio, excluindo a opção de integrá-la ao currículo do Ensino Médio.

Neste contexto político, uma vez que o Governo Federal, liderado pelo PSDB, estabeleceu prioridades a partir do alinhamento às tendências neoliberais. Dito isto, é evidente que a formação de currículo visava algo mais enxuto, mais rápido, voltado para sanar as demandas do mercado de trabalho, no sentido de oferecer mão-de-obra qualificada, pautava-se como prioridade das políticas públicas sobre educação profissional neste momento (RAMOS, 2004).

A formação pretendida tinha foco nas necessidades do mercado e suas especificidades, e não no trabalhador. A educação profissional idealizada teria por objetivo formar o maior número possível de mão-de-obra especializada em um menor tempo, seguindo assim, os preceitos liberais a partir dos quais o mercado em si é o fator mais importante (RAMOS, 2004).

Esse decreto se aproveitava da ambiguidade dos artigos que referenciavam a educação profissional na LDB, que abria qualquer possibilidade de articulação entre o Ensino Médio e a educação profissional, inclusive respaldava a inexistência dessa articulação. Houve muita resistência da comunidade acadêmica ligada às pesquisas acerca da relação entre trabalho e educação, além das instituições que desenvolviam a educação profissional no país como as Escolas Técnicas Federais. O Decreto Nº 2208/97 fomentava a educação profissional como um apêndice do sistema educativo, caminhando desassociada da educação básica e superior (LIMA, 2007, p. 80).

FHC implementou, junto ao decreto mencionado em 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) para o financiamento da reforma. O PROEP promoveu a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros de educação profissionais, com autonomia de gestão financeira, além de fomentar a iniciativa privada como principal responsável pelo desenvolvimento de cursos profissionalizantes. Também foi feito empréstimo ao Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) para desenvolver o Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Médio (PROMED), com a finalidade de apoiar os sistemas estaduais de ensino no desenvolvimento de políticas de incentivo ao Ensino Médio, transferindo assim a responsabilidade da oferta da educação profissional aos estados e a iniciativa privada.

Sobre o assunto, Ramos referiu sobre o pano de fundo neoliberal da política em relação à educação:

Somadas a essas reformas estruturais, a política curricular desenvolvida com a participação do Conselho Nacional de Educação esteve afinada aos preceitos da flexibilidade e do individualismo que tomaram espaço nas sociedades ao final do século XX, sob a égide de neoliberalismo econômico e da cultura pós-moderna. Assim, a identidade conferida ao ensino médio, baseava-se na função clara de desenvolver a pessoa humana por meio da preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, remetendo o ensino técnico – sua antiga vertente profissionalizante – a cursos isolados. A educação profissional foi regulamentada como modalidade própria de ensino, independente dos níveis escolares, porém com eles articulados (RAMOS, 2004, p. 46).

Diante do exposto é relevante citar que toda essa metamorfose em prol da construção de uma educação de qualidade consiste em um diferencial na inserção do jovem no mercado de trabalho. Corroborando para desenvolvimento econômico do país, adentremos ao proposto em outros governos para assim elucidarmos questões inerentes ao respectivo trabalho.

O governo Lula (2003 – 2010) deu continuidade a medidas iniciadas na gestão do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. No seu governo foram ampliadas as avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudantes (ENADE). No que se refere ao Ensino Superior, o principal projeto do governo Lula foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudos para alunos carentes em Instituições de Ensino Superior Particulares.

Em 2003, início da gestão de Lula, na área de educação, o governo federal apresenta a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (PPPEPT). O mesmo foi elaborado com o objetivo de direcionar as políticas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Educação Média e tecnológica do Ministério da Educação (SETEC-MEC), bem como apresentar princípios norteadores para o desenvolvimento da educação profissional no país. No documento, pode-se destacar “o compromisso com a redução das desigualdades

sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade” (BRASIL, 2003, p.06).

O documento determina que a educação profissional deverá ser desenvolvida sob os seguintes princípios:

Integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e compromisso com a formação de valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2003, p.06).

Dentro do contexto acima apresentado, observa-se uma ruptura com o projeto de educação profissional do governo antecessor. A nova proposta aproxima-se aos preceitos da lógica da educação, afirmando que:

[...] o processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio históricas e culturais de poder (BRASIL, 2003, p.10).

Em 2003, vários seminários foram promovidos pelo Governo Federal visando discutir o Ensino Médio, sua concepção e possibilidades. Destes encontros foram publicados documentos importantes, dentre eles pode-se citar: o livro *Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho*, bem como o documento, lançado pelo MEC em 2004, intitulado *Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*.

Nas discussões sobre a educação profissional nos seminários promovidos no início do Governo Lula e, mais especificamente sobre o ensino técnico de nível médio, ficou evidenciado o embate entre as duas lógicas já apresentadas e se impôs urgente uma mudança na legislação. Assim, o Decreto nº 5154 de 2004 surge como uma resposta a essas demandas, visando promover uma oferta de educação profissional sintonizada com as discussões contemporâneas acerca das finalidades do Ensino Médio, provocando mudanças na legislação e trazendo o tema para a agenda política do país. (LIMA, 2007, p. 60).

O Decreto Federal nº 5154/04, tinha como objetivo redimensionar os rumos da educação profissional do país, substituindo e contrapondo o Decreto nº 2208/97. O ponto essencial de diferenciação do novo decreto é a possibilidade de oferta de educação profissional integrada ao Ensino Médio, bem como o alinhamento a segunda abordagem aqui explicitada, a da lógica da educação. O

decreto levou para a LDB a Lei complementar nº 11.741 de 2008, adaptando-a as novas prioridades do Governo Federal.

As ações do decreto acima citado, além de várias outras articuladas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC), redefiniram a educação profissional no Brasil, ao passo que consolidaram a legislação sobre o tema. Diante da necessidade imposta para o desenvolvimento da educação profissional no país, o governo federal, além de regulamentar a oferta, cria políticas de financiamento para incentivar os Estados a investir nesta modalidade, bem como promove a ampliação e interiorização da rede federal de ensino técnico e tecnológico com a criação de diversos Institutos Federais pelo país.

Para efeito de exemplificação da expansão da rede federal de educação profissional no período destacado, trazem-se os seguintes dados comparativos: Entre 1909 a 2002, em um espaço de 93 anos, foram criadas 140 instituições compondo a rede. Contudo, de 2003 a 2010, 214 unidades foram implantadas, contabilizando um crescimento de 150% da rede federal em 07 anos (SEDUC, 2008, p. 9).

Os dados comparativos abaixo mostram a expansão da rede federal de educação profissional entre os anos de 1909 a 2002, onde foram criadas 140 instituições compondo a rede. Contudo, de 2003 a 2010, 214 unidades foram implantadas, contabilizando um crescimento de 150% da rede federal em 07 anos (SEDUC, 2008, p. 9).

Em abril de 2007, é lançado o Decreto nº 6.094 que atribui implementação do plano de metas denominado “Compromisso Todos pela Educação” em regime de colaboração com os Estados e municípios. A União cor responsabiliza, ainda, as famílias e comunidade, com o objetivo de mobilizar a sociedade em prol da melhoria da educação básica, antecipando dessa forma, apoio através de programas, ações, recursos técnicos e financeiros por parte da União.

No capítulo primeiro do decreto 6.094/07, os artigos 1º e 2º estabelecem as responsabilidades pelo Plano de Metas, quando firmam que é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, “atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2007).

No artigo 3º do segundo capítulo, o IDEB é utilizado como meio para analisar a qualidade da educação básica, além de “ser o indicador objetivo para

verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso” (BRASIL, 2007).

Sobre a adesão ao compromisso, o capítulo III dispõe em seus artigos 4º e 5º que, a vinculação ao Compromisso será oficializada por meio de um termo de adesão voluntária, implicando responsabilidade de promover, no âmbito de atuação competente, a melhoria da educação por meio das metas estabelecidas verificadas pelos resultados do IDEB, validadas pelo Ministério da Educação.

Acerca do apoio técnico e financeiro, o Decreto estabelece no capítulo IV, artigo 8º que:

Art. 8º. As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§1º. O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art. 2o, observados os limites orçamentários e operacionais da União [...]

§3o O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União:

I-gestão educacional;

II-formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar;

III-recursos pedagógicos;

IV-infra-estrutura física [...]

§5o O apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações articuladas - PAR, na forma da Seção II (BRASIL, 2007).

Segundo o documento, o Plano de Ações Articuladas (PAR) é um conjunto de ações a serem desenvolvidas com o apoio financeiro e técnico do MEC, o mesmo deverá estar em consonância com o estabelecido nas Metas do Compromisso. O PAR deverá ser estabelecido após diagnóstico por parte de equipe técnica do Ministério em cooperação com equipe local, servindo como base para convênio (LIMA, 2007, p. 45).

Sobre as repercussões das mudanças dos rumos da educação profissional no país empreendidas a partir o Governo Lula, Ramos analisa que:

A nova maneira de compreender a educação profissional, qual seja, não como um sistema paralelo, mas organicamente relacionada com a educação básica, traz implicações importantes quanto à responsabilização dos sistemas de ensino na sua oferta, em razão tanto da articulação da formação inicial e continuada com a EJA, quanto da integração da formação técnica com o ensino médio na modalidade EJA, podem ou mesmo devem articulá-los com a educação profissional, precisando dispor, então, de estrutura física e de recursos financeiros para esse fim. Igualmente, podendo oferecer o ensino médio técnico, não faz sentido que se financie somente a formação geral, mas também a formação específica que assegura a educação profissional técnica de nível médio (RAMOS, 2004, p. 51).

Ora, se o governo expande a oferta de educação profissional para a EJA, com o objetivo de incentivar o retorno dos jovens e adultos às instituições de ensino, não fazia sentido se esta não fosse articulada com a educação profissional visto que a EJA atende aos jovens que estão fora da faixa etária, afastados da escola. Não adiantaria implementar uma política se não houver disposição de recursos financeiros para os estados e municípios, além da estrutura física para esse fim. Esse jovem precisa além da formação geral, também da específica para sua inserção no mercado de trabalho.

Percebe-se então a importância desta política que possibilitou aporte de recursos a serem disponibilizados, mediante adesão dos municípios e estados, com a premissa de que estivessem em consonância com o plano nacional para a educação estabelecidos através das metas do compromisso todos pela educação. Incentivando assim, o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas ao projeto educacional do Governo Federal.

Em relação aos programas de financiamento, destaca-se o Decreto nº 6302 de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o programa Brasil Profissionalizado com objetivo de incentivar a ampliação de oferta do Ensino Médio integrado à educação profissional, prevendo financiamento de projetos elaborados pelos Estados, repassando recursos federais (MEC, 2007).

O Decreto nº 6302 de 12/12/2007, delinea nos seus artigos I ao VIII os objetivos do Brasil Profissionalizado, quando determina que o mesmo deverá promover a expansão do atendimento de jovens e adultos, a partir da oferta de cursos técnicos, visando promover a reestruturação do Ensino Médio. O decreto ainda aponta a necessidade de:

[...] melhorar a qualidade da educação brasileira; [...] e reestruturar o Ensino Médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;

III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais; [...] a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;

V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;

VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos; (BRASIL, 2007).

Além deste, pode-se citar ainda a lei nº 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, dentre outras providências, consolidando a reforma da educação profissional (técnica e tecnológica) quando promoveu a centralização de medidas que tinham como objetivo à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tratado como a ação educacional mais importante do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Destas medidas, podem ser destacados: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

A política de Educação Profissional no governo Lula, nos leva a contextualizar e refletir politicamente sobre a forma como esta foi implementada. Em outubro de 2002, com a eleição do então presidente, todas as expectativas de mudanças estruturais na sociedade e na educação, definidas nos direitos contidos na Constituição Federal de 1988, supracitada, não se realizaram. Mesmo com a produção de conhecimentos sobre contradições, desafios e possibilidades da educação profissional, produzidas especialmente no âmbito da área de trabalho e educação, que esperava-se ser apropriada pela política pública do Estado brasileiro, o que se revelou foi um percurso questionado entre as lutas da sociedade, as proposições de governo, associado às ações e omissões no exercício do poder.

A circunstância da regulamentação da educação profissional elaborada a partir da LDB (Lei nº 9.394/96), especialmente com o Decreto nº 2.208/97 e as DCN para o ensino técnico e o Ensino Médio (Brasil, CNE, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b), ter sido rejeitada pelas forças progressistas da sociedade brasileira e absorvida pela parte conservadores, sempre de forma contraditória, não esperaria que a política de democratização e de uma mudança da qualidade da educação profissional se estabelecesse a partir da execução dessas normas. Ao contrário, de 1996 a 2003, lutou-se por sua anulação, apontando-se para a necessidade da construção de novas regulamentações, mais coesos com o sonho de transformação da realidade da classe trabalhadora brasileira.

Por isso, a problematização sobre a política de educação profissional, que tem como referência a produção de conhecimento na área e as lutas sociais, desafia-se então a analisar o percurso tomado por essa política no Governo Lula, que representava, na verdade, a disputa entre os setores progressistas e

conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo. Em razão do exposto, reflete-se sobre nossa participação e a de outros estudiosos da educação em muitos fóruns de discussão e de polêmica sobre os rumos dados à educação e à certificação profissional, ao Ensino Médio, técnico e, mais recentemente, à educação de jovens e adultos (FRIGOTTO *et. al.*, 2005A, 2005B; FRIGOTTO, 2005; CIAVATTA, 2005; RAMOS, 2005; KUENZER, 2003).

O tratamento dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação no início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de forma explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p. 2).

Entre essas correções, uma das mais importantes, em razão do seu fundamento político e por se tratar de um compromisso assumido com a sociedade na proposta de governo, foi a revogação do Decreto n. 2.208/97, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos Ensinos Médio e Técnico, de acordo com o que dispõe o artigo nº 36 da LDB. Por se tratar de um ato do Poder Executivo, foi então concedido um caráter transitório, justificando a ideia de se propor ao Congresso Nacional um anteprojeto de "Lei da Educação Profissional e Tecnológica" - que, a exemplo da Lei da Reforma Universitária, repara à fragmentação do sistema educacional realizada pelas leis orgânicas dos anos 40.

Essas declarações favoráveis à integração, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM). São essas contradições que se propõe analisar a seguir, explicando e problematizando o caminho controvertido das políticas de educação profissional no Governo Lula (janeiro de 2003 a julho de 2005). Esta análise se apoia em dois pressupostos: a) que a mudança da materialidade estrutural da sociedade brasileira, em que o campo educacional é apenas uma particularidade, move-se de forma lenta, como acontece como as relações de poder das classes sociais; b) que a luta por mudanças mais profundas, como consequência, efetiva-se numa travessia marcada por muitos conflitos no campo da contradição.

É importante ter a História como referência quando se busca, através de uma análise crítica, sobre a política de educação profissional nos primeiros dois anos e meio do Governo Lula. O controvertido percurso entre as propostas de governo prometidas ao povo brasileiro durante a campanha de 2002 e as ações e omissões no exercício do poder revelam alguns saldos de boas intenções e estratégias que se tornaram obstáculos ao avanço da efetiva democratização da educação nesse período de governo.

São polêmicas interdependentes pelo que representam para uma população que tradicionalmente são excluídas dos benefícios sociais.

O primeiro obstáculo refere-se a oferta de uma formação mínima, por intermédio do PROEJA¹ aos setores tradicionalmente excluídos da educação regular. O atendimento às demandas por qualificação por parte de uma população jovem e adulta de baixa escolaridade deu-se por uma rede de cursos de curta duração, dissociados da educação básica e de uma política de formação continuada durante o Governo FHC, por meio do PLANFOR, sob a ação do Ministério do Trabalho e Emprego.

O governo Lula lançou o PROEJA, sob a ação do MEC, a ser desenvolvido pela rede federal de educação técnica e tecnológica, os CEFETs, destinando 10% das vagas oferecidas em 2005 para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para jovens acima de 18 anos e adultos que tenham cursado o ensino fundamental. No entanto, esses cursos terão uma carga horária de educação geral e profissionalizante sensivelmente diferente da carga horária dos cursos regulares da rede. Vale ressaltar que, neste momento, o interesse principal da rede volta-se para acumular recursos intelectuais, organizacionais e financeiros para se tornarem, efetivamente, instituições de ensino superior. Prevê-se que o PROEJA seja uma ação residual para o MEC e para os CEFETs.

¹ (O PROEJA é um Programa de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Instituído pelo Decreto nº 5840/05 com o objetivo de promover, desenvolver e consolidar, no âmbito teórico-prático a educação profissional, integrada à Educação de Jovens e Adultos, através de ações voltadas para o atendimento qualitativo e especializado à essa demanda, que pode ser obtido por meio de Cursos de Formação em nível de Especialização para docentes e gestores do Programa; instaurar núcleos de pesquisas junto a Programas de Pós-graduação stricto-sensu, visando desenvolver pesquisas centradas no PROEJA; ofertar cursos técnico-profissionais para alunos da EJA; resgatar a cidadania e pagar uma dívida social com sujeitos, historicamente excluídos).

O segundo obstáculo diz respeito aos Programas Escola de Fábrica² e PRÓ-JOVEM. Entre as distorções das políticas educacionais, que o governo pretendia corrigir, estava a revogação do Decreto n. 2.208/97 e o redirecionamento do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) dos setores privados e comunitários para os segmentos públicos. Enquanto se discutia o novo decreto que tomou forma no Decreto nº 5.154 em julho de 2004 e que veio permitir a integração do Ensino Médio com a educação profissional, anunciava-se um novo programa de educação profissional, o Programa Escola de Fábrica, utilizando o modelo de parceria público-privado, iniciado com recursos do PROEP e em parceria com empresas e indústrias de todo o país. Pelo novo decreto restabelece-se a possibilidade do ensino integrado entre educação geral e formação específica; e pelo novo programa, salvo outros rumos que possa tomar, colocou-se sob a tutela da lógica empresarial a formação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e que não tiveram acesso à educação regular.

Voltado para a mesma faixa da população, também mediante a concessão de bolsas, o PROJOVEM busca integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária. O que caracteriza ambos os programas é a falta de integração com outras políticas, tais como a inserção profissional e a melhoria de renda das famílias. O que somente poderia ocorrer por meio de um projeto de desenvolvimento econômico e social e de distribuição de renda.

Observa-se, também, um sentido geral conservador nas mudanças pela (des)integração da educação básica e profissional. Acreditava-se que a transitoriedade do Decreto nº 5.154/2004 não seria superada somente no plano jurídico, mas na luta social. Quase que paralelamente ao novo decreto, separaram-se, no MEC, as secretarias de Ensino Médio e de educação profissional e começou-se a discutir a elaboração de uma lei orgânica para a educação profissional, aliada a programas focais indicados a jovens e adultos trabalhadores. Em seus fundamentos, argumenta-se que se pretende analisar e interpretar alguns artigos da LDB e também sistematizar e integrar as redes existentes de educação profissional e tecnológica no âmbito de um sistema nacional de educação, configurando-se a educação profissional e tecnológica como um subsistema.

²(A Escola de Fábrica objetiva fazer a inclusão de jovens e adultos de baixa renda, que são trabalhadores, em “Unidades formadoras de Educação Profissional, no próprio ambiente de Trabalho”, através da criação de Centros de Iniciação Profissional).

Manifesta-se, ainda, a intenção de integrar a política educacional e a política de geração de emprego e renda. A organização do referido subsistema implicaria o ordenamento dos elementos que já integram o universo amplo de educação profissional e tecnológica no plano de uma "política pública estratégica e de Estado" (Brasil, MEC, 2005).

O governo Lula foi então conduzido para o campo das reformas parciais, antes que para uma reforma integral que, naquele momento, equivaleria à reapropriação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na perspectiva defendida nos anos 80, cujo princípio básico era o direito à educação laica, gratuita, de qualidade, politécnica e de formação omnilateral. Não há como não se perceber um paralelo entre a organização do ensino nas reformas de 1942 e o Programa Escola de Fábrica, por exemplo. Naquele momento, o ensino industrial das "escolas de aprendizagem" foi organizado pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. A preocupação do governo era engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. "Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente" (ROMANELLI, 1997, p. 155).

Apesar de toda a expectativa projetada nesse governo quanto a política de educação profissional, verifica-se que as forças conservadoras predominaram através da manutenção de princípios e práticas que orientaram as reformas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Reconhecer que o Governo Lula, também nesse campo, não assumiu, se não marginalmente, o projeto discutido com as forças progressistas no período pré-eleitoral é uma necessidade que nos leva a compreender as diferentes determinações que conduziram a isso e a agir nos diferentes espaços em que atuamos é indiscutivelmente ético-político.

O texto seguinte trata do contexto político do governo Dilma Rousseff quanto à melhoria do Ensino Médio através de financiamentos de cursos profissionalizantes e programas educacionais.

A educação profissional foi a grande aposta do governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) não apenas para qualificar a mão de obra do país, mas para melhorar a qualidade do Ensino Médio. Com o intuito de melhorar o nível médio de ensino, através da formação do aluno para o mercado de trabalho, a iniciativa tem como objetivo financiar cursos profissionalizantes no nível médio para pessoas de

baixa renda. Também poderão participar trabalhadores interessados em qualificação profissional.

No Governo Dilma Rousseff (2011), evidencia-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, instituído em 26 de outubro de 2011 pela Lei Nº 12.513, o programa tem por objetivo ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica no Brasil.

Ao contrário do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que investiu exclusivamente na expansão da rede federal de escolas técnicas, o programa de Dilma inclui apoio às redes estaduais e oferta de bolsas de estudo para alunos de escolas públicas em cursos profissionalizantes de instituições privadas. Essa soma de ações prevê a oferta de 8 milhões de oportunidades na educação profissional até 2014.

A proposta foi avaliada e recebida de forma positiva pelo setor produtivo visto que a falta de mão de obra qualificada é um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico do país. Entre os educadores, ainda há dúvidas de que o Pronatec é a resposta de que o Ensino Médio precisa para solucionar a crise de identidade que enfrenta desde o aumento das matrículas na década de 90.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 8035/2010, denominado Plano Nacional de Educação (PNE), que determina, em relação ao Ensino Médio, a universalização do atendimento e de elevação da taxa de escolarização líquida dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, conforme podemos observar em sua meta nº 3: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária” (BRASIL, 2010).

Todos os programas de financiamento do Governo Federal que visam acordos e convênios com os estados para a implantação dessas ações, já citados anteriormente, - PROEJA, Brasil Profissionalizado, PRONATEC, dentre outros - garantem verbas para construção de escolas profissionais de nível médio, bem como, construções de laboratórios técnicos para o funcionamento dos cursos em escolas adaptadas, dentre outras ações importantes para o desenvolvimento da política.

Apesar de ter afirmado em sua posse que o lema de sua nova gestão seria "Brasil, Pátria Educadora", sinalizando que a educação seria a prioridade de

seu segundo mandato, Dilma conseguiu introduzir o caos no setor no curto período de nove meses.

Um dos programas mais importantes, e que serviu de bandeira eleitoral na campanha pela reeleição, o Ciência sem Fronteiras, não oferecerá novas bolsas a partir de 2016. Ele tinha o objetivo de promover a internacionalização do ensino superior, por meio de intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação, mas foi conduzido de forma tão inepta que o governo até hoje nem sequer conseguiu avaliar seus resultados provocando assim a sua descontinuidade pelas autoridades educacionais sob o pretexto da falta de verbas. O mesmo ocorreu com dois outros programas educacionais que também foram utilizados como bandeiras eleitorais no pleito de 2014. Um desses programas é o Pronatec, que foi criado com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissional, além de contribuir para a melhoria de qualidade do Ensino Médio.

Vários fatores afetaram a qualidade dos programas no governo Dilma Rousseff: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - programa destinado aos universitários de baixa renda que estudam em universidades privadas, além de ter sofrido alterações, o governo reduziu o volume de empréstimos, aumentou as taxas de juros e reduziu o prazo de carência para pagamento do crédito estudantil, prejudicando milhares de alunos que contavam com o programa para ingresso no ensino superior. A sucessiva troca de ministros em curto período de tempo no governo, permitindo assim que pessoas desqualificadas para o cargo ocupassem cargos de confiança provocando assim a descontinuidade administrativa, afetando a qualidade dos programas, além de mudar prioridades e o desperdício de recursos públicos. Acredita-se que o sucesso de um projeto educacional depende, basicamente, de políticas públicas de longo prazo conduzidas sem alterações significativas no corpo técnico dos órgãos públicos, capacitados para o exercício da função.

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

O Estado do Ceará insere-se no contexto da pauta nacional da Educação Profissional e Tecnológica, em 2007, quando o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de fortalecer a Rede

Pública de Educação Profissional e Tecnológica dos estados e do Distrito Federal visando à ampliação e qualificação da oferta de vagas e cursos.

O governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes (2007-2014), com a finalidade de ofertar outras possibilidades para a formação dos alunos matriculados no Ensino Médio, assumiu o desafio de implementar a oferta de Ensino Médio Integrado à formação profissional de nível técnico, comprometendo-se a implementar, até o ano de 2010 (final de seu primeiro mandato), 50 unidades escolares especificamente para esse fim. Essa meta veio a compor o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica para o triênio 2008-2010. O governador cumpriu sua meta logo no segundo ano, 2009. Atualmente são 116 (cento e dezesseis) Escolas Estaduais de Educação Profissional Implantadas no Ceará e localizadas em 88 (oitenta e oito) municípios. Estas instituições organizam e integram o Ensino Médio à Educação Profissional, concebendo assim, cenários de cidadania vinculando o direito à educação e o ingresso ao mercado de trabalho.

Na busca de garantir políticas que assegurem o direito à educação de qualidade, de forma equânime, em todos os níveis e modalidades sob sua responsabilidade, além de uma aprendizagem cidadã, articulada com o mundo social e do trabalho, o Governo do Estado do Ceará, por meio de sua Secretaria de Educação, implementou a Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) a partir de 2008, fundamentada na Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 (CEARÁ, 2008).

O ano de 2008 foi finalizado com a publicação da Lei Estadual nº 14.273 que cria as Escolas Estaduais de Educação Profissional. A publicação desta lei reitera o propósito do Governo Estadual do Ceará em relação ao projeto político educacional voltado para o desenvolvimento integrado do Ensino Médio ao Ensino Técnico. As ações desenvolvidas, nos anos subsequentes, são a materialidade deste compromisso com a população cearense, em especial sua juventude.

O ex-governador Cid Ferreira Gomes deixou grande legado para a educação do Estado do Ceará. Além do Projeto das EEEPs, destaca-se também o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que motivou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), iniciativa que foi transformada em lei pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2013 e sancionada pela presidenta Dilma (PT) em maio do mesmo ano.

De 2006 a 2012, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou incapazes de ler e escrever caiu 4,2%. Em 2006 – 20,5% da população jovem era de analfabetos, em 2012, os números decresceram para 16,3%. Durante o período em que esteve no governo como chefe do executivo, o Ceará assumiu o primeiro lugar no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Norte/Nordeste para o Ensino Fundamental.

Dentro do cenário educacional, Cid Ferreira Gomes foi nomeado Ministro da Educação pela presidente Dilma Rousseff em 2015, que mesmo não sendo um educador, chega ao cargo respaldado pelos avanços da educação no Estado do Ceará durante sua gestão como chefe do executivo estadual. No mesmo ano pede exoneração do cargo após discutir com deputados no plenário da câmara.

Implantadas em consonância com o Programa Aprender Pra Valer, instituído pela Lei Estadual nº 14.190, de 30 de julho de 2008, que articula e integra o Ensino Médio à educação profissional como uma de suas formas de efetivação, a lei de criação das EEEP assim estabelece:

Art.1º- Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho. (CEARÁ, 2008).

A efetivação da criação das EEEP se deu a partir de alguns consensos provocados pela revisão dos currículos para o Ensino Médio, que sinalizavam a necessidade da escola possibilitar a integração dos alunos ao mundo atual nas dimensões do trabalho e cidadania.

São, portanto, alguns destes consensos: a importância da preparação dos jovens para a entrada no Mundo do Trabalho; a compreensão dos princípios científicos e tecnológicos dos processos produtivos; a articulação do percurso formal com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, relacionando a teoria com a prática; a necessidade de complementaridade entre Escola e Comunidade; a construção de Projetos de Vida; o investimento em tecnologias inovadoras para o Ensino Médio.

Inspirado no Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) implementado no Estado do Pernambuco, o governo

do Estado resolve implementar esse movimento de educação profissional no Ceará. Os Centros de Ensino Experimental (CEE), também conhecidos como ginásios experimentais, eram escolas modelo que tinham como ideia força o ensino em modalidade integral para alunos de Ensino Médio desde o ano de 2003 naquele Estado em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Com base nesta experiência e orientando-se pelas necessidades locais e propósitos estabelecidos pela SEDUC quanto à política de educação articulada ao mundo do trabalho e a demanda pela ampliação da oferta de escolarização aos estudantes cearenses, proporcionando-lhes uma formação qualificada, as EEEP foram implantadas com funcionamento em tempo integral. Segundo a Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.

Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) terá jornada de tempo integral. (CEARÁ, 2008). A educação profissional passa a ser assunto relevante da agenda do país. As políticas desenvolvidas pelo Governo Federal conseguem incentivar ações dos estados visando estabelecer um projeto nacional.

Segundo Andrade (2010) a política de educação profissional do estado do Ceará tem como pano de fundo as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no Brasil, bem como as mudanças que vêm acontecendo no cenário mundial no tocante à modernização da economia, trabalho e emprego. Conforme a autora,

A nova realidade no mundo do trabalho passa a exigir investimentos na educação sob a perspectiva da competência, caracterizando a qualificação profissional sob o prisma da autonomia e da responsabilidade no trabalho. As competências cognitivas e profissionais envolvem capacidades múltiplas, que incluem a articulação e mobilização de conhecimentos, atitudes, habilidades e valores no agir profissional (ANDRADE, 2010, p.1).

A política teve como foco os jovens carentes da periferia de Fortaleza, bem como os jovens pobres da zona rural, onde a falta de oportunidades de trabalho é grande, a escolarização é muito baixa e há indícios de grandes lacunas de aprendizagem, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A pressa na implementação da política em 2008, não permitiu que houvesse uma prévia preparação dos gestores para enfrentar esse desafio. Os jovens que ingressaram na iniciante escola profissional não passaram por qualquer tipo de seleção. Dados do MEC/INEP (2009) revelaram que apenas 25,2% dos alunos

concluintes do Ensino Médio naquele ano se encontravam com o aprendizado adequado em Língua Portuguesa, contra 28,9% do Brasil.

A Política de Educação Profissional no Ceará, tendo como alvo essa população de jovens, vem tentando minimizar o problema da baixa escolaridade e ociosidade desses adolescentes. De acordo com o site da Secretaria de Educação, o programa Brasil Profissionalizado tem o objetivo principal de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, através do repasse de recursos para que os estados invistam na criação, modernização e expansão das redes públicas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Essa política visa a tornar esse nível de ensino mais atrativo, integrando os conhecimentos adquiridos nessa etapa da educação básica à prática social e ao mundo do trabalho. (ARAÚJO, 2013, p. 70)

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará, empenhado com a tarefa principal de elevar os resultados da escola pública, com foco no Ensino Médio, última etapa da educação básica, assumiu em 2008 o desafio de promover a articulação do currículo desse nível de ensino com a formação para o trabalho.

Com isso, foram criadas assim as Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. Inicialmente foram criadas vinte e cinco escolas, sendo seis na capital e 26 as demais no interior do estado com oferta inicial de quatro cursos técnicos de nível médio: Informática, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Enfermagem.

A decisão pela oferta dos cursos supracitados orientou-se pelos seguintes critérios: o contexto econômico de crescimento do turismo e da construção civil, a análise da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) quanto à necessidade de formação técnica em informática para atuação profissional qualificada em quaisquer áreas de profissionalização, além da relação institucional com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), que desenvolvia um programa de formação técnica. Neste primeiro momento foram matriculados 4.181 alunos (SEDUC, 2008). A escolha dos cursos para os anos posteriores se deu em função das características socioeconômicas dos municípios inicialmente contemplados em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará.

Nas escolas profissionais a rotina do aluno passou a ser diferenciada na medida em que permanecia em tempo integral no ambiente escolar. Como forma de

dar conta dos desafios colocados para a implementação da política estadual de educação profissional, a matriz curricular em desenvolvimento pela COEDP está composta de três áreas, perfazendo um total de 5.400 horas/aula, assim denominadas: Formação Geral (Base Nacional Comum) + Formação Profissional + Parte Diversificada. As três áreas, cada uma com suas especificidades, devem dialogar entre si, estabelecendo as conexões necessárias, numa dinâmica de interdependência, de modo a formar um todo integrado.

A matriz curricular está dividida entre disciplinas da base comum (um total de 13 unidades curriculares) e técnicas (de acordo com cada curso). Além disso, quatro dessas disciplinas foram direcionadas à formação pessoal e empreendedora dos jovens, sendo oferecidas nos três anos do Ensino Médio: projeto de vida, mundo do trabalho, empreendedorismo e formação para a cidadania.

Contempla três áreas de aprendizagem: I) formação geral com disciplinas da base nacional comum requeridas pelo ensino médio: Língua Portuguesa, Artes, Inglês, Espanhol, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Física, Química e Biologia. A carga horária total nos três anos do Ensino Médio é de 2.620 horas. II) formação profissional, com disciplinas relacionadas a cada um dos cursos técnicos desenvolvidos.

As cargas horárias mínimas dos cursos variam entre 800, 1.000 e 1.200 horas de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, publicado pelo SETEC/MEC. III) atividades complementares, com conteúdos diversificados voltados para a formação cidadã dos alunos tanto no campo pessoal como no profissional. Entre os conteúdos diversificados, no eixo: Formação para a Cidadania, horário de estudo, Projeto de Vida, Temáticas, Práticas e Vivências, Projetos interdisciplinares e Mundo do Trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais afirmam o lugar dos estudantes como sujeitos centrais nos processos de aprendizagem – visão ratificada e ressaltada na proposta das EEEP. As atividades complementares (Parte Diversificada), desta forma, compreendem o ingrediente que potencializa princípios pedagógicos estruturadores, a fim de atender ao que a lei estabelece, buscando fazer convergir de forma interdisciplinar toda a gama de conhecimentos em produção no espaço educativo da Escola. Isso é desenvolvido por meio de metodologias que privilegiam atividades e vivências participativas que provocam o estudante a se conhecer mais,

a se fortalecer como pessoa, como integrante de um grupo, como cidadão e ser produtivo.

Especialmente, por meio das 240 horas de Projeto de Vida, de 120 de Formação para a Cidadania, 100 de Mundo do Trabalho e 80 de Empreendedorismo, o estudante das Escolas Profissionais desenvolve competências para articular a educação ao mundo do trabalho e à prática social, gerando novos significados para os conteúdos trabalhados a cada bimestre. Pela metodologia problematizadora e reflexiva, o estudante se prepara de forma mais consistente para os desafios constituintes da entrada no trabalho e para o exercício pleno da cidadania, exercitando a autonomia intelectual e pensamento crítico.

A elaboração do Projeto de Vida - estratégia-chave para que o estudante, nesta fase de vida, possa definir com segurança e relevância, os projetos e metas de futuro para sua vida – quem será, a partir da compreensão de quem é, e o que fará, a partir da identificação do que o mobiliza, o encanta, o faz querer crescer e se desenvolver. Por meio de uma série de exercícios, textos e ações que o estimulam a pensar sobre si, sua vida e seu entorno – com toda a rede de relações estabelecida – o estudante interioriza valores e constrói formas próprias de perceber e estar no mundo e assim se constitui como sujeito.

O projeto tem como premissa a desmassificação do ensino, com objetivos de acesso, permanência, sucesso e formação do cidadão, tendo por princípios básicos os quatro pilares da educação de Jaques Delors³: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser (SEDUC, 2008).

Neste projeto, um professor, que ministre qualquer disciplina da base nacional comum, assume o compromisso de se responsabilizar pelos alunos de uma única turma. A exigência necessária é que tenha perfil adequado para assumir a função, como por exemplo: precisa ser um bom líder, incentivador, ativo, responsável, prudente e comprometido com a educação – conhecido como Professor Diretor de Turma, dedica ao projeto quatro horas de sua carga horária semanal, distribuídas da seguinte maneira: uma hora para lecionar a área curricular transversal denominada Formação para a Cidadania; uma hora para acompanhar o Estudo Orientado; uma hora para atendimento aos pais ou responsáveis,

3Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jaques Delors.

professores e núcleo gestor; uma hora para construir, organizar e analisar o dossiê da turma, o qual permitirá conhecer melhor as características de cada aluno, através das informações contidas nos instrumentais que compõem o mencionado dossiê (SEDUC, 2008).

O professor Diretor de Turma atua como um articulador e mediador entre os alunos, os demais professores da turma, a família e todos os que estão compreendidos no processo educativo com a finalidade de minimizar os conflitos e imprevistos comuns à dinâmica escolar. Através dessa articulação, o PDT consegue chegar a um conhecimento minucioso de cada aluno fornecendo os elementos de que precisa para melhor orientá-los em suas necessidades específicas tais como: desenvolvimento pessoal, cognitivo e social. Dentre as principais funções do PDT destaca-se a de presidir as reuniões de Conselho de Turma: diagnósticas e bimestrais.

Ao privilegiar o ensino integrado, o governo do Ceará possibilita o ingresso dos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Destinam ao aluno muito mais que as aulas que constam no currículo escolar, mas também oportunidades para esse aluno aprender e desenvolver práticas que irão apoiá-lo no planejamento e execução do seu Projeto de Vida. As EEEP's possuem conceitos diferenciados de pedagogia, gestão e conteúdo além de um currículo diferenciado, principalmente quanto a sua metodologia e acompanhamento.

O Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de educação profissional integrada ao Ensino Médio. Em sete anos, o número de escolas saltou de 25 para 116 e a oferta inicial foi de 4 cursos técnicos, que posteriormente foi ampliada para 53 cursos, nas mais variadas áreas de atuação. Hoje, 88 municípios cearenses têm escolas de educação profissional. Todas essas escolas obedecem ao regime de tempo integral, oferecendo cursos profissionais diversos, bem como todo o suporte técnico laboratorial necessário ao funcionamento dos cursos e ao ensino de qualidade.

Em 2011, passam a funcionar 18 (dezoito) novas escolas todas no padrão MEC. O padrão MEC refere-se a um modelo de escola com uma estrutura composta por: 12 salas de aula; auditório para 200 lugares; biblioteca; bloco pedagógico administrativo (secretaria, diretoria, seis laboratórios básicos (Línguas, Informática,

Química, Física, Biologia e Matemática) e laboratórios tecnológicos, de acordo com cada curso técnico; bloco administrativo de vivência (cozinha, vestiários de funcionários, grêmio, refeitório, vivência, oficina de manutenção); ginásio poliesportivo; depósito de material esportivo; coordenação de educação física; vestiários para alunos; sala multiuso; teatro de arena e estacionamento (40 vagas). Tem capacidade de atender até 540 alunos, sendo 45 por sala de aula. O modelo de escola padrão MEC oferece infraestrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem integrado, do Ensino Médio ao técnico, e em tempo integral, potencializando a qualidade da formação profissional e cidadã dos jovens cearenses (SEDUC, 2011).

Desde sua implementação, as escolas de Ensino Médio integrado à educação profissional, no Ceará adotaram como filosofia a Tecnologia Empresarial Sócio Educacional (TESE), oriunda de uma adaptação da Teoria Empresarial Odebrech (TEO), uma filosofia voltada para a gestão de resultados, na qual todos os colaboradores são parceiros da empresa. Esse modelo foi adaptado do estado de Pernambuco, que criou os Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) (LIMA, 2007).

Introduzida no Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco em agosto de 2004 – a TEO foi utilizada como projeto piloto no Ginásio Pernambucano, tendo como parceiros, os empresários locais. TESE foi a denominação encontrada pelo grupo de estudos de implementação da filosofia, com a intenção de se adequar ao modelo educacional.

Nesse sentido, a Educação Profissional do Ceará adotou, desde o seu início, os seguintes princípios básicos: Protagonismo juvenil; Formação Continuada; Tecnologia Empresarial; Níveis de Resultados. Nessa filosofia de gestão, cabe ao gestor a grande responsabilidade de garantir a eficiência, eficácia e efetividade dos processos dentro da escola, sendo seus instrumentos de maior relevância: a pedagogia da presença; a educação pelo trabalho; a delegação planejada; a descentralização; a tarefa empresarial; a responsabilidade social.

Os principais instrumentos de gestão do modelo TESE são o plano de ação e o programa de ação. O plano de ação inicia o ciclo do planejamento. É o momento no qual cada integrante tem a oportunidade de participar, opinar, discordar, enfim, alinhar-se. Neste momento, definem-se as diretrizes e objetivos que nortearão todos os documentos orientadores da escola.

O programa de ação é uma ferramenta que trata da operacionalidade, dos meios e processos que darão corpo às diretrizes traçadas. Gestor e demais educadores elaboram os seus programas de ação, detalhando as atividades a serem desenvolvidas. O programa de ação é individual.

Diferentemente do Ceará, o estado do Pernambuco não iniciou essa proposta com a integração à educação profissional, tendo focado na preparação do estudante para acesso aos cursos superiores e aos concursos públicos. Posteriormente, com a implementação de novos centros, algumas escolas aderiram ao modelo de Ensino Médio Integrado. Porém, o regime integral fazia parte da proposta inicial do projeto piloto, que a partir de 2006 foi expandido para diversos municípios do estado.

A TESE então passou a ser disciplina obrigatória dos centros, dividida em três módulos, a saber: Módulo I – Entender – modelo conceitual abordando os princípios da TEO aplicados a uma escola pública de ensino médio; Módulo II – Aceitar – Macroplanejamento focalizando o plano de ação e Módulo III – Praticar – abordando a operacionalização propriamente dita, abrangendo desde a confecção dos programas até aos relatórios de resultados (LIMA, 2007, p. 5).

Segundo Lima (2007):

Teoricamente a TESE trata do 'óbvio'. A prática, porém, envolve conscientização e disposição para rever paradigmas, bem como assumir uma nova postura, transformando obstáculos em oportunidades de aprendizado e sucesso (LIMA, 2007, p. 4).

Segundo documento do Instituto pela Qualidade da Educação (ICE), a TESE é uma ferramenta de gestão que considera a escola como uma empresa, não no sentido de produzir "lucros" materiais, porém no sentido de produzir bens intangíveis, que é o conhecimento elaborado. Nessa premissa, os professores, coordenadores e funcionários são todos empreendedores no sentido puro do termo, ou seja, investidores no seu próprio crescimento pessoal e profissional. Empresa neste sentido, não se trata de um modelo de exploração econômica, mas de um modo de entender que todo professor, coordenador ou mesmo o aluno é um empresário em potencial, desde que invista com responsabilidade no seu trabalho. É uma tentativa de melhorar o desempenho dos profissionais da educação pública adotando alguns princípios que são próprios do sistema privado. (ARAÚJO, 2013, p. 30)

Com base nesse modelo que se tornou referência em Pernambuco, o governo do Ceará, através da Secretaria de Educação, decidiu implementar a política de educação profissional de tempo integral. Conforme já foi referenciado nesse documento, os objetivos dessa política foram: tornar a escola de Ensino Médio mais atrativa; ampliar a escolaridade dos jovens reduzindo o abandono; preparar e qualificar profissionalmente para a inserção no mercado de trabalho. Podem-se relacionar outros objetivos associados a esses citados, como prevenção à violência urbana, doméstica e infanto-juvenil, bem como ao uso de drogas, ocupando os adolescentes o dia todo, evitando a ociosidade no contra turno escolar.

O projeto de educação profissional do Estado objetiva também ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas (CEARÁ, 2008).

Para o desenvolvimento da política de Educação Profissional no Estado, a Secretaria da Educação (SEDUC) conta com o apoio do Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, que tem sido, juntamente com os recursos do Tesouro Estadual, a principal fonte de financiamento das redes estaduais de ensino para a expansão da educação profissional e tecnológica no Ceará.

O programa Brasil Profissionalizado consiste numa parceria do governo federal com o governo do estado que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas.

Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática.

A proposta pedagógica pensada pela Secretaria visa à formação do cidadão de forma abrangente. A adesão do Estado pela forma integrada do currículo, dentre as possibilidades de oferta de educação profissional instituída pelo Decreto 5.154/2004¹⁰, é um indicativo dessa intencionalidade. A preocupação da Secretaria é proporcionar a formação integral do estudante, de forma a romper a dualidade formação geral e formação profissional. Frigotto, (2011) nos fala da necessidade desse rompimento.

No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais – uma concepção que naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de adestramento técnico profissional para os filhos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2011, p.2).

Com um diferencial, em relação a outros estados, essa modalidade de ensino se dá em tempo integral, com uma carga horária de 5.400 horas para todos os cursos técnicos de nível médio ofertados nas ETECs. O propósito é que, com uma carga horária desse porte e a oferta em tempo integral, seja possível proporcionar aos estudantes uma sólida formação geral, assim como uma boa formação profissional, fundindo as duas vertentes num currículo único, onde as duas partes se entrelacem de modo a inviabilizar qualquer ruptura no sentido da divisão formação geral versus formação profissional. O rompimento da dualidade formação geral e formação profissional é o que se pretende.

As atividades complementares correspondem à parte diversificada do currículo, e objetivam acrescentar à formação dos alunos, o estudo de temas que contribuam para o seu melhor desempenho como cidadãos, tanto no aspecto pessoal como profissional. As cargas horárias variam de acordo com cada componente curricular, bem como as especificidades de cada curso. Fazem parte das atividades complementares, tais como as explicitadas a seguir:

- a) Horário de Estudo: é um momento destinado a desenvolver a autonomia dos estudantes para o ato de estudar. Cada turma tem os seus horários específicos e utilizam o tempo para resolver alguma atividade pendente, ler alguma coisa, estudar em grupo. Nesses momentos há sempre um professor presente, não para ministrar aula, mas para ajudar os estudantes no que for preciso.
- b) Projeto de Vida: é utilizada uma proposta metodológica que rompe com a forma tradicional de ensino, privilegiando a participação, o diálogo, a relação de permanente troca de aprendizados entre professor e aluno, a contextualização dos temas no cotidiano dos estudantes e a vivência prática dos aprendizados.
- c) Temáticas, Práticas e Vivências (TPV): visam integrar a formação escolar com a formação em empreendedorismo. Dentro da temática geral são contemplados os tópicos: “Crescendo e Empreendendo”; “Iniciando

um Pequeno Grande Negócio”; “Como Elaborar Plano de Negócios”. O propósito é capacitar os estudantes para o desenvolvimento de competências empreendedoras, que contribuem para o planejamento e criação de negócios sustentáveis e com foco em oportunidades identificadas no mercado.

d) Mundo do Trabalho: as aulas são voltadas para o contexto das relações de trabalho. São eleitos eixos temáticos de interesse dos estudantes e a partir desses, desenvolve-se um processo de discussão e reflexão onde os conteúdos trabalhados são associados a situações reais, vivenciadas no contexto socioeconômico e cultural dos estudantes. Para desenvolver esse componente curricular os professores são formados sistematicamente, associando-se momentos de estudos, planejamento, vivência de situações pedagógicas, impulsionando um processo contínuo de ação-reflexão-ação.

e) Formação para a Cidadania - disciplina ministrada pelo Professor Diretor de Turma (PDT) - visa desenvolver a consciência dos estudantes, com o objetivo de torná-los cidadãos responsáveis, críticos, ativos, permitindo-lhes trabalhar suas vivências no plano pessoal e coletivo. São trabalhados temas que envolvem as dimensões escolar, humana, cultural, social e política, buscando potencializar, junto aos estudantes, situações de reflexão, cooperação, expressão de opiniões e sentimentos, confronto de ideias, identificação e resolução de problemas.

f) Projetos Interdisciplinares: trata-se de um espaço destinado ao desenvolvimento de projetos das diversas áreas que compõem o currículo. O objetivo é despertar no estudante o senso de curiosidade voltada para o fomento à pesquisa.

g) Língua Estrangeira Aplicada (LEA): é um componente curricular trabalhado nos cursos do eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”. São eles: Guia de Turismo, Hospedagem e Eventos. Atualmente é ofertada a língua inglesa, por ser a mais comum entre os visitantes de nosso Estado. O intuito é contribuir para que os estudantes desses cursos desenvolvam habilidades de leitura, escrita e fala desse idioma.

h) Inglês Técnico: visa instrumentalizar os estudantes dos cursos técnicos em Informática e Redes de Computadores. É trabalhado o inglês

instrumental, focando nos termos técnicos mais comuns aos cursos antes mencionados.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará foi encaminhado, pela primeira vez, ao Conselho Estadual de Educação, em 2010, como um dos requisitos necessário ao Credenciamento das Escolas e dos primeiros Cursos que já estavam em funcionamento. Neste ano, o PPP entregue ao Conselho Estadual de Educação foi representativo para todas as EEEP até então implantadas.

Nessa perspectiva, o PPP refere-se à materialização dos princípios e diretrizes da política pública de educação do estado do Ceará, apresentando-se em sintonia com os contextos locais, anseios e necessidades da sociedade, assim como comprometido com a construção da cidadania de modo a potencializar o pleno acesso e qualidade da educação. Configura-se como um dispositivo teórico e técnico que orienta a intervenção na comunidade escolar e no processo de ensino e aprendizagem.

Apresentam-se, assim, intimamente relacionado às diretrizes nacionais, normas, regulamentações e orientações curriculares e metodológicas originadas nos diversos níveis do sistema educacional, como também, às práticas e às necessidades dos vários sujeitos da comunidade escolar, que criam novas dinâmicas de trabalho e interferem nos rumos da escola e dos projetos educacionais em curso. Na atual Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o PPP está assegurado no título IV, nos seguintes artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de: I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica; VII. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre as execuções de sua proposta pedagógica. Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I. Participar da Elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. Elaborar e cumprir o Plano de Trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas e a gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico.

O currículo da Educação Profissional requer que o aluno faça a opção do curso a ser realizado. No 3º ano, as competências técnicas até então desenvolvidas devem ser aplicadas por meio de estágio curricular obrigatório que, necessariamente, deve ser renumerado e supervisionado.

Regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio faz parte do projeto pedagógico de cada curso, integrando o percurso formativo do educando, no desenvolvimento de competências específicas da atividade profissional, tendo como objetivo o desenvolvimento do educando para o trabalho e cidadania. É realizado sob orientação e supervisão dos professores orientadores de estágio que também são responsáveis pelo processo de avaliação desse período.

A carga horária total do estágio é de 600 horas para os cursos do eixo Saúde e Ambiente e 400 horas para os cursos dos demais eixos, antecedida de momentos de aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares relacionadas à prática profissional. O objetivo desses momentos é proporcionar maior aprofundamento da relação teoria x prática na formação profissional do estudante. Tais atividades configuram-se como espaço de vivência profissional relacionada à área de formação dos estudantes seja na condição de participantes ou de realizadores, numa perspectiva de ambientação à profissão (SEDUC, 2008).

A prática do estágio supervisionado curricular, no 3º ano, é viabilizada pelo Programa de Cooperação entre o Empresariado Cearense e as Escolas Estaduais de Educação Profissional, firmado entre empresas e a SEDUC. Neste cenário, a SEDUC vem desenvolvendo, por meio da COEDP/Célula de Estágio, o devido acompanhamento desta atividade curricular, atuando como um agente de integração entre as diferentes concedentes e a comunidade escolar.

As empresas e instituições que concedem estágio o fazem sem arcar com nenhum encargo financeiro, ou seja, todo o investimento é do Governo do Estado por meio de concessão de bolsa-estágio; auxílio-transporte; contratação de seguro contra acidentes pessoais; equipamentos de proteção individual e transporte para locomoção das atividades práticas.

Criaram-se, assim, condições de estágio extremamente favoráveis aos jovens que podem, com o investimento de ½ salário mínimo de bolsa-estágio, aplicar em seu crescimento pessoal e profissional. A idade mínima para ingresso no estágio é 16 anos, de acordo com a Lei Federal 11.788, de 26 de setembro de 2008. Estudantes que precisem entrar de licença ou que ainda não completaram a idade mínima devem aguardar até estarem prontos para o cumprimento dessa prática. Com o objetivo de garantir o acompanhamento e avaliação do processo de

cumprimento do Estágio Curricular, a COEDP implantou em 2010 o Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE) (SEDUC).

O SICE tem como objetivo gerenciar a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio. Através dele é possível emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TRE) e fazer o acompanhamento jurídico, financeiro, pedagógico e avaliação dos processos de estágio da COEDP. O SICE é dividido em três eixos onde são gerados relatórios a partir de cada um deles: Jurídico, Financeiro e Pedagógico. (CEARÁ, 2014, p. 5).

Além do monitoramento do plano de estágio de cada escola e de cada curso, o SICE permite o acompanhamento dos processos de captação de vagas, de formalização jurídica do estágio e frequência mensal do estagiário. A avaliação do estagiário, nas EEEP do Ceará, envolve a apuração de frequência e avaliação das competências técnicas, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio.

O aluno é aprovado quando cumpre 100% da carga horária e alcança aproveitamento SATISFATÓRIO em todos os itens dos instrumentais de avaliação do aluno contemplados no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio. Reprova-se o aluno que não cumpre integralmente o estágio previsto, considerando a apuração de frequência e o aproveitamento das competências técnicas exigidas.

No período de 2008 a 2014, foram investidos nas EEEP do Estado do Ceará, R\$1.036.097.010,22 (Um bilhão, trinta e seis milhões, noventa e sete mil, dez reais e vinte e dois centavos), sendo 71% destes recursos financeiros provenientes do Governo do Estado e 29% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC).

3 UM PERCURSO, MUITAS HISTÓRIAS

3.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

No intuito de buscar por respostas à questão levantada no início da pesquisa - Quais seriam então, as implicações da educação profissional na vida dos jovens “profissionalizados” na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros? - Compreende-se que são diversas as direções possíveis de escolha. Em se tratando de pesquisa social, onde há referências de vários tipos de investigações do homem em sociedade, suas relações, histórias e simbologias, a melhor maneira para se desvendar esses significados sociais se faz através da abordagem dialética da qual “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivos dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p.24-25).

No que concerne aos aspectos metodológicos foram utilizados na construção do referencial teórico documentos oficiais tais como leis e decretos que estabelecem a educação básica e profissional a fim de orientar acerca da política educacional e a lógica de formulação e implementação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).

Além da pesquisa bibliográfica e documental também foi realizada a pesquisa de campo se valendo de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados.

A escolha dos sujeitos que seriam os representantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, partiu de dois aspectos considerados importantes para o estudo. O primeiro aspecto considerou elencar os jovens egressos que tivessem concluído o EMI há dois anos, pois com esse espaço de tempo, acredita-se que os mesmos já estivessem trabalhando e inseridos nas universidades e assim conhecer melhor suas trajetórias. O segundo aspecto referia-se ao ano (2014) que coincide com o ano em que se inicia o trabalho como coordenadora escolar, em 2012 com o ano do ingresso dos alunos à escola. O tempo de convivência, de acompanhamento dos rendimentos escolares, de parcerias com as famílias, de observações, de conversas informais sobre sonhos, ideais e projetos de vida ensejaram assim grande interesse e curiosidade da pesquisadora em conhecer suas trajetórias.

Os egressos da EEEP Maria José Medeiros são, portanto, os concluintes em 2014 dos cursos de administração, enfermagem, informática e nutrição dietética. Quanto à idade dos jovens egressos, esta varia entre 18 e 20 anos, com predominância nas idades de 19 e 20 anos. O público-alvo da pesquisa é composto, em sua maioria, por estudantes do sexo masculino, sendo 18 do sexo feminino e 30 do sexo masculino.

São jovens de classe baixa, residentes no bairro Papicu em Fortaleza, Ceará, nas comunidades Verdes Mares, Areias e Pau Finim, que ficam nas imediações da escola, e também de bairros próximos como Cidade 2000, Vicente Pizon, Praia do Futuro e Mucuripe. A escola fica localizada numa área de risco com elevado índice de criminalidade, tráfico de drogas e assaltos, devido à proximidade com as comunidades do entorno.

A escolha das escolas estaduais para serem EEEP foi realizada tendo como parâmetros: escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social; escolas que apresentavam indicadores educacionais abaixo do esperado e escolas com baixa matrícula, que não era o caso da Escola Maria José Medeiros. O fator da vulnerabilidade social foi decisivo para a implantação do projeto de EEEP no bairro. A ociosidade dos jovens, o “não ter o que fazer” durante o dia todo, poderia ter levado muitos desses jovens à prática de atividades ilícitas.

Diante do fato dos alunos estarem afastados da escola há mais de dois anos, o contato inicial aconteceu através dos registros de contatos dos pais na ocasião das reuniões de pais para entrega de boletins na escola. A conversa inicial foi por telefone. Os alunos tiveram um prévio esclarecimento sobre as intenções e os objetivos do estudo em questão, e também a respeito da participação e contribuição dos mesmos, que se daria de forma espontânea, não obrigatória.

A adesão em participar e colaborar com a pesquisa foi muito positiva. A ideia de utilizar as redes sociais para entrar em contato com a turma se deu através do *whatsapp* onde foram formados quatro grupos: administração, enfermagem, informática e nutrição. A formação dos grupos foi bastante eficaz visto que muitos ainda mantêm contatos sem contar que tudo nas redes sociais flui muito rápido.

Esse estudo é de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, por percebemos que “os fenômenos sociais possibilitam a análise de regularidades, frequências, como também de histórias e representações dos sujeitos”. (MINAYO, 1994, p.22).

O estudo com os jovens, alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, acarretou a escolha do método de estudo de caso, por se tratar de investigação em apenas uma escola (EEEP Maria José Medeiros), onde trabalho como coordenadora escolar. Segundo Becker “o caso estudado em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade” (1994, p.117). Ele facilita a apreensão do mundo do senso comum, contudo possibilita ao pesquisador interpretar e analisar os fatos empíricos e seus significados.

Segundo Goldenberg (2004, p.16-17), o termo *estudo de caso* vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada. Este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais. Não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo seja* um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

O estudo de caso, nesta pesquisa, aconteceu através da aplicação de questionários e entrevistas aos sujeitos participantes da pesquisa, objetiva a compreensão dos atores do processo educativo e sobre a trajetória acadêmica e profissional dos egressos da EEEP Maria José Medeiros dos cursos de administração, enfermagem, informática e Nutrição Dietética no ano de 2014.

Antes da aplicação dos questionários, os participantes da pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha o objetivo geral da pesquisa e todas as informações necessárias para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa ao qual se propõe participar, considerando o desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012:

II. 23 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil

entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

A priori pretendia-se aplicar os questionários com pelo menos 80% dos alunos concludentes do EMI em 2014. No entanto, apesar do agendamento e da divulgação nos grupos de *WhatsApp*, os alunos terem confirmado sua presença, do total de 127 egressos, apenas 34 compareceram ao encontro para participar do questionário, sendo 08 do curso de administração, 09 de enfermagem, 11 de informática e 06 de nutrição dietética. Muitos justificaram sua ausência por motivos de trabalho, pela incompatibilidade de horários, por estarem morando em outros estados e até fora do país.

O questionário foi previamente estruturado composto por nove questões, com perguntas abertas aplicados aos jovens egressos que compareceram ao encontro com dia e horário agendados.

A aplicação dos questionários ocorreu nos dias 06, 07, 10 e 11 de janeiro de 2017, com horário agendado, após às 18 horas na praça de alimentação do Rio Mar Shopping por ser um local público, de fácil acesso e também porque a maioria dos alunos moram próximo e alguns estão atualmente trabalhando no shopping. Para a identificação dos jovens no questionário, sugeriu-se a opção pela abreviação das iniciais dos nomes e sobrenomes dos alunos seguidos do curso de origem, sexo e idade. Apenas um aluno optou em não escrever o seu nome completo e sim as iniciais.

Encontros com os egressos participantes da pesquisa para responder o questionário.

Figura 1 – Egressos do curso de Informática – 06/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 – Egressos do curso de Informática – 06/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 3 – Egressos do curso de Administração – 07/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4 – Egressos do curso de Administração – 07/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 5 – Egressos do curso de Enfermagem – 10/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 6 – Egressos do curso de Enfermagem – 10/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 7 – Egressos do curso de Nutrição dietética – 11/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 8 – Egressos do curso de Nutrição dietética – 11/01/17



Fonte: Elaborado pela autora.

A opção em utilizar o questionário para levantamento de dados iniciais, é porque entende-se que este consegue atingir muitas pessoas ao mesmo tempo obtendo assim um grande número de dados, garantindo também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato.

O questionário e a entrevista em evidência tiveram como objetivos: conhecer as trajetórias acadêmica e profissional dos egressos, ou seja, sua inserção no mercado de trabalho e na universidade, suas percepções sobre o Ensino Médio Integrado e políticas públicas, a relação entre educação profissional e trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos jovens que saem profissionalizados do Ensino Médio.

Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações das trajetórias acadêmicas e profissionais dos jovens egressos. O mesmo autor supracitado (p. 128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Com o objetivo de complementar e enriquecer os dados da pesquisa, utilizou-se o recurso da entrevista por ser uma técnica muito utilizada em trabalhos científicos, além de possibilitar ao pesquisador maior quantidade de dados e informações realizando assim um bom trabalho.

As entrevistas semiestruturadas, compostas por nove perguntas, foram realizadas com 14 egressos sendo 04 alunos dos cursos de administração, 02 de enfermagem, 03 de informática e 05 de nutrição nos dias 21, 23, 25 e 29 de janeiro de 2017 via celular, através de áudio de voz com duração média de vinte e cinco minutos cada uma delas aos egressos que não puderam comparecer no dia agendado para responder ao questionário coletivamente e se dispuseram a responder a entrevista.

A entrevista semiestruturada e o questionário se mostram instrumentos adequados, quando proporciona coleta de dados qualitativos acerca do tema estabelecendo diálogo com os documentos oficiais disponíveis sobre o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.

Martins (2008, p. 27) define a entrevista como:

Uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

As entrevistas são ferramentas importantes para a pesquisa desde que o entrevistador não negligencie a visão do entrevistado sobre o fato vivido, suas emoções, o seu lugar social, a seletividade da memória, enfim, quando temos a certeza que a entrevista deverá ser analisada não com o intuito de “voltar” o passado, para entender como se dá a construção da experiência a partir dos atores envolvidos, levando em conta o contexto que incita o envolvimento subjetivo do entrevistado com o tema indagado.

3.2 A TRAJETÓRIA DA EEEP MARIA JOSÉ MEDEIROS

Figura 9 – EEEP Maria José Medeiros



Fonte: Elaborado pela autora.

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Maria José Medeiros oficialmente surgiu sob o Decreto nº 11.493, em 17 de outubro de 1975, publicada no Diário Oficial de 30 de outubro de 1975, com a denominação de Escola de 1º Grau Maria José Medeiros. Em 1973 funcionou como anexo do Instituto São Pedro na praia de Iracema, situada à Rua Tigipié nº 274.

Em 1974, A Escola de 1º Grau Maria José Medeiros passou a funcionar em sede própria à Rua Desembargador Lauro Nogueira, nº1240, na época Aldeota. Funcionou inicialmente com 03 turmas e com o Sistema Convencional e Televisão Educativa (TVE). O Governador na época era o Cel. César Cals de Oliveira. A referida sede da escola foi inaugurada em 05 de março de 1974, funcionando nos três turnos com séries terminais do ensino regular e TVE.

Sua primeira diretora, desde 1973, quando do seu funcionamento no Instituto São Pedro, foi a professora Maria Aglaê Gonçalves Monteiro e vice-diretora do turno da noite a professora Gonçalves Mourão Barros. Com a ampliação da escola, em 1974, e o seu funcionamento nos três turnos, a professora Ângela Maria Cunha Lima passou a exercer as funções de vice-diretora do turno da tarde.

Em 1976 no governo do Cel. Aduato Bezerra a escola foi ampliada ganhando salas de formação especial, laboratório, salas de supervisão e orientação educacional e de professores. Ainda neste governo, em 1977, a escola ganhou uma quadra de esportes para benefício dos alunos do referido estabelecimento.

A Escola recebeu esse nome em homenagem à professora Maria José Medeiros que lecionava no Instituto São Pedro da Praia de Iracema, anexo que originou a Escola atual. Essa professora teria falecido de um mal súbito (enfarto, provavelmente) ministrando aulas em plena sala, ou seja, no exercício da sua função, pelos idos de 1970.

A escola de Ensino Fundamental e Médio Maria José Medeiros passou a funcionar em 2010, como Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP), logo após a implantação de Escolas Profissionais no Estado do Ceará em 2008. Passou por uma reforma e foi adaptada. Não possui uma boa estrutura física, embora tenha passado por uma reforma em 2009, o prédio é muito antigo, as salas de aulas não são climatizadas e apresenta problemas elétricos, de iluminação e sérios problemas de infiltração quando chove impossibilitando algumas turmas de permanecerem na sala de aula que fica toda molhada devido aos vazamentos. A rede também não suporta a utilização de muitos aparelhos de computadores e ar condicionado ligados ao mesmo tempo, ocasionando quedas de energia, problemas com a internet, queima de aparelhos de ar condicionado e ventiladores.

Ofertou inicialmente os cursos de níveis técnicos em: administração, contabilidade, informática e secretariado. Em 2011, o curso de secretariado foi extinto devido à pouca procura e foi implantado o curso de enfermagem. No ano de

2012, foi implantado o curso de Nutrição Dietética abrindo vagas somente para os cursos: nutrição, enfermagem, administração e informática. Em 2014 foram implantados mais dois novos cursos de comércio e redes de computadores, extinguindo o curso de Nutrição devido ao alto custo do curso (laboratório, cozinha industrial), além da escola não possuir espaço físico nem suporte para implantação de mais um laboratório e cozinha industrial.

A matrícula inicial em 2010 foi de 150 alunos. Não houve nenhum critério de avaliação para matrícula porque simplesmente não tinha alunos. Então, todos os alunos que procuraram a escola foram matriculados sobrando ainda vagas. Isso porque em 2010 as EEEP's eram poucas, iniciavam suas atividades, e muita gente não tinha conhecimento dessa proposta e a valorizavam. Os alunos também não estavam acostumados a passar o dia na escola. Para captação de mais alunos, a direção da escola visitou as escolas do entorno e a comunidade para divulgar a sua proposta pedagógica e assim conseguir alunos para complementar a formação das turmas.

Em 2017 foram matriculados trezentos e setenta e seis alunos (376). Atualmente, devido à grande procura por vagas, passa-se a utilizar critérios de seleção, como análise do histórico escolar, do boletim do último ano do ensino fundamental, prioriza-se também matrículas de irmãos de alunos ou ex-alunos. A escola oferece os cursos de administração, comércio, enfermagem e redes de computadores, com dez (10) salas de aula, salas de direção, coordenação, secretaria, sala de professores dois laboratórios de informática, um laboratório de ciências, auditório, biblioteca, quadra esportiva e sala de vídeo. Os alunos estudam em horário integral e fazem na escola três refeições básicas: um lanche às 08h40min, almoço às 11h40min e outro lanche às 15h. O serviço da cantina é realizado por uma empresa terceirizada e o cardápio é elaborado por nutricionista.

A Instituição procura funcionar com regime disciplinar diferenciado das escolas regulares, com atenção ao fardamento escolar completo e aos alunos faltosos, o Professor Diretor de Turma (PDT), entra em contato com a família a partir da segunda falta seguida. Os alunos recebem um *kit* contendo duas blusas da farda, uma camiseta para educação física e uma bermuda, além de livros didáticos e apostilas das disciplinas técnicas. Há também muito cuidado com a limpeza e organização de todos os espaços da escola. No próximo tópico versaremos sobre os resultados.

Figura 10 – Sala de aula

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 11 – Pátio

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 DESVELANDO VOZES DAS JUVENTUDES “PROFISSIONALIZADAS”

3.3.1 Análise dos dados e resultados

Os resultados serão apresentados através da exposição e análise dos dados coletados, separados inicialmente por curso para uma análise individual, depois uma análise global como: identificação dos sujeitos participantes da pesquisa por curso, sexo, idade, se está trabalhando, itinerários formativos, como foi o seu ingresso na educação profissional e porque optou pelo EMI, percepção dos estudantes sobre a Política Pública de Ensino Médio Integrado, perspectivas dos estudantes após o término do curso, o enfoque dado à satisfação dos estudantes com o Ensino Médio Integrado, identificação dos estudantes com o curso, satisfação dos estudantes em relação à proposta pedagógica da escola profissional, críticas e sugestões dos estudantes em relação às dificuldades enfrentadas pelos jovens que saem profissionalizados do Ensino Médio e a importância do estágio supervisionado para a sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Como apoio à compreensão dos resultados obtidos, lançamos mão de autores como Frigotto (2005), Gonzalez (2009), Camargo (2005), Bardin (2009) os quais nortearão a análise dos dados da pesquisa.

Após a coleta das informações contidas nos questionários e entrevistas, inicia-se o processo de organização, análise e interpretação do material coletado, fazendo uma relação entre o referencial teórico e a pesquisa empírica. Utiliza-se um plano de análise de conteúdo seguindo as fases de Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. Segundo Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações do que foi dito nas entrevistas ou questionários observados pelo pesquisador, defendida como método empírico. Faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens do tipo classificatório: as respostas a perguntas abertas de um questionário.

Na fase inicial realiza-se uma leitura geral dos questionários e entrevistas. Em seguida procede-se uma leitura mais precisa e objetiva. Em relação às entrevistas e questionários, sinalizaram-se os trechos mais interessantes em relação aos objetivos da pesquisa, dados que não puderam ser tabulados foram transcritos, desvelando-se assim as vozes dos estudantes.

Em se tratando dos questionários, iniciou-se a tabulação dos dados coletados através do *Google Forms*, o que facilitou o registro e contagem das informações contidas através de gráficos. Na terceira fase, conhecida como interpretação dos dados, busca-se apresentar e analisar o resultado final dos dados.

Quadro 1 – Egressos participantes da pesquisa: questionários e entrevistas

Cursos	Administração	Enfermagem	Informática	Nutrição	Total
Participantes dos questionários	08	09	11	6	4
Participantes da entrevista	04	02	03	5	4
Total	12	11	14	1	8

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

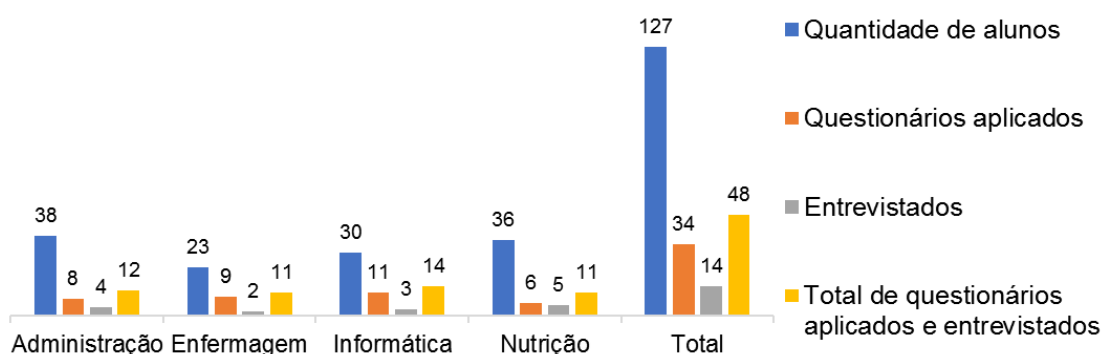
Do total de 127 egressos, participaram da pesquisa apenas 48 alunos dos cursos de administração, enfermagem, informática e nutrição. Dentre os 48 alunos, 34 responderam o questionário e 14 participaram com entrevistas de acordo com o quadro acima. Os participantes dos questionários são os egressos que compareceram ao encontro agendado no Rio Mar Shopping. Os participantes das entrevistas são os egressos que não puderam comparecer ao encontro e se dispuseram a responder as perguntas via celular através da gravação de áudio de voz. As perguntas, num total de nove, foram as mesmas para os questionários e entrevistas.

Quanto à idade dos jovens egressos, esta varia entre 18 e 20 anos, com predominância nas idades de 19 e 20 anos, dos alunos participantes da pesquisa, o que mostra no tocante à relação entre a faixa etária e nível de ensino, que os alunos, em sua maioria, encontravam-se na idade regular.

O gráfico a seguir retrata o quantitativo dos participantes da pesquisa nos questionários e entrevistas.

Gráfico 1 – Participantes da pesquisa: questionários e entrevistas

Gráfico 1 - Participantes da pesquisa: Questionários e entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Como resultado, obtivemos 38% de aceitação dos jovens egressos. Deste modo, foram aplicados um total de 34 questionários e de 14 entrevistas, totalizando 48 egressos participantes da pesquisa, sendo todos devidamente autorizados com a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Quadro 2 – Quantidade de jovens pesquisados em relação ao sexo

Cursos	Administração	Enfermagem	Informática	Nutrição	Total
Sexo Feminino	05	06	01	06	18
Sexo Masculino	07	05	13	05	30

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O público-alvo da pesquisa é composto, em sua maioria, por estudantes do sexo masculino representando 62,5%, e 37,5% do sexo feminino. Observa-se também uma predominância do sexo masculino nos cursos de administração e informática. Já os cursos de enfermagem e nutrição a predominância é do sexo feminino. Os dados revelam que embora os cursos de enfermagem e nutrição sejam uma profissão majoritariamente feminina, devido à figura matriarcal da mulher em seu percurso histórico, que mantém ligações diretas com a história social do trabalho, das mulheres e da cultura dos cuidados, vista antes de forma limitada, como práticas a serem desempenhadas exclusivamente por mulheres, os homens vêm ganhando espaço crescente na profissão como apontam os dados acima.

Nesse sentido, ressalta-se que a presença na pesquisa de alunos do gênero masculino é superior, desencadeando a percepção de que, a busca pela formação escolar visando o mercado de trabalho se faz em sua maioria pelos alunos masculinos.

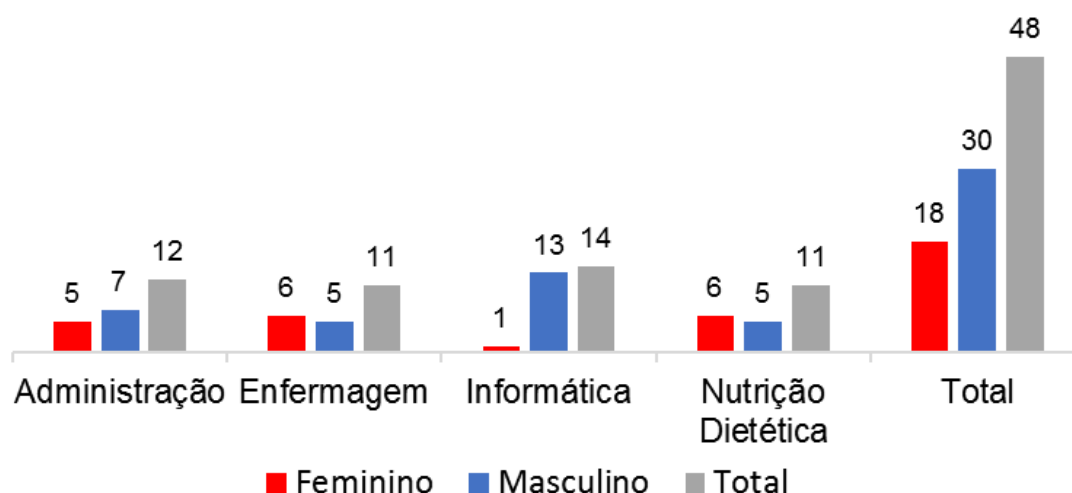
No entanto, faz-se relevante salientar que a população feminina presente na pesquisa apresenta-se significativa, demonstrando que as mulheres estão através dos estudos buscando também oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Franco (2005), o ingresso das mulheres no mercado de trabalho vem sendo cada vez mais expressivo, demonstrando a igualdade entre os gêneros no que tange a oportunidade de independência financeira e realização profissional.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de jovens participantes da pesquisa em relação ao sexo.

Gráfico 2 – Quantidade de jovens pesquisados em relação ao sexo

Gráfico 2 – Quantidade de jovens pesquisados, em relação ao sexo



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A análise dos dados nesta pesquisa refere-se às questões que relacionam o jovem à dimensão da vida estudantil e, neste estudo em especial, as vivências e trajetórias relacionadas ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e servirão de base para analisar os questionamentos obtidos por meio das respostas contidas nos questionários e entrevistas pelos jovens egressos da

EEEP Maria José Medeiros com as seguintes indagações: 1) Por que optou pelo Ensino Médio Integrado? 2) Como foi o seu ingresso na Educação Profissional? 3) A Educação profissional na EEEP Maria José Medeiros contribuiu, prejudicou ou em nada alterou na sua inserção profissional? 4) Há dificuldades para os jovens que saem profissionalizados do Ensino Médio? 5) qual a importância do estágio supervisionado para a sua formação técnica profissional? 6) você deu prosseguimento aos estudos? Se sim, foi na mesma área que concluiu o ensino profissional? 7) você está trabalhando? 8) você está inserido na universidade? Se sim, é pública ou privada? 9) você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado?

Quando questionados sobre a opção pelo EMI, é possível perceber que os estudantes visualizam o EMI como uma instituição de educação com melhores condições de ensino para atendê-los, identificando o sistema integrado como importante aliado para o aprendizado, além de “ter algo a mais no currículo”, no caso um curso técnico profissional, com possibilidades de inserção imediata no mercado de trabalho. Muitos viram o EMI como a melhor opção de ensino entre as escolas públicas.

Por que era a melhor opção entre as escolas públicas (A.B.A. 19 anos, Administração).

Por que estando o dia todo na escola, não ficaria ocioso e evitaria o risco de envolvimento em uso de drogas, assalto e tráfico. Minha família ficava tranquila enquanto estava na escola o dia todo. (J.P.S., 18 anos, nutrição).

Por conta que teria algo a mais no currículo (M.F. de S., 19 anos, Administração).

Porque era uma maneira de criar responsabilidade, além de terminar o ensino médio encaminhada no mercado de trabalho (N.H.B.S., 19 anos – Enfermagem).

Ao questionar os alunos sobre o seu ingresso na educação profissional observa-se através de suas respostas tanto nos questionários quanto nas entrevistas que dos 48 alunos participantes da pesquisa, 58,3% ingressaram na escola em 2012 através da avaliação dos boletins e 41,6% através de indicação de professores, pais, amigos e a convite do próprio diretor da escola. Embora a avaliação do boletim escolar fosse um critério para ingresso do aluno à escola, a quantidade de alunos que procuravam a escola para matrícula ainda era insuficiente para formar uma turma que são de 45 alunos. Para complementar as turmas, o aluno que chegasse a escola com alguma indicação de professores do Ensino Fundamental, a convite de amigos que estudavam na escola, eram matriculados sem a observância do seu histórico escolar.

No primeiro ano de implantação das EEEPs não havia nenhum critério específico para o ingresso dos estudantes. Essas escolas iniciaram suas atividades no segundo semestre do ano de 2008, então os alunos da rede estadual já estavam todos matriculados nas escolas de ensino regular. Por se tratar de uma proposta nova e totalmente diferente do que era praticado nas demais escolas da rede, foi necessário um trabalho de conquista desses estudantes para que estes migrassem para as EEEPs (SEDUC, 2009).

Como a EEEP Maria José Medeiros só foi implantada em 2010, não houve também muita exigência nem avaliação criteriosa para matrícula dos alunos neste ano. A gestão da escola foi muitas vezes visitar as escolas próximas para convidar os alunos e apresentar a filosofia, funcionamento e normas da EEEP. Inicialmente não foi fácil a captação de alunos, pois escolas com Ensino Médio Integrado, além de ser uma proposta nova, o tempo integral era uma novidade e muitos alunos não queriam ficar o dia todo na escola. A adaptação no início é bem difícil, mas com o passar do tempo eles acabam se adaptando.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de alunos matriculados no ano da implantação da EEEP Maria José Medeiros.

Quadro 3 – Oferta de matrícula na EEEP Maria José Medeiros em 2010.

REDE	Município	EEEP	Curso técnico	Oferta de matrícula
SEFOR	Fortaleza	Maria José Medeiros Regional 2	Administração	42
			Contabilidade	38
			Informática	36
			Secretariado	35
			Subtotal	151

Fonte: SEDUC/SEFOR 2010

A partir do ano de 2010, conforme determinação do Ministério Público do Estado do Ceará, houve uma ordenação na distribuição de vagas nas EEEPs: 80% destas são destinadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino, e 20% para estudantes da rede particular de ensino. Foi a partir desse ano que a SEDUC incluiu critérios de matrícula para as EEEPs na Portaria de Matrícula, que é publicada a cada ano para regular a oferta de vagas da rede pública estadual. Vale ressaltar que todas as EEEPs precisam seguir as orientações postas na Portaria de Matrícula, lançada a cada ano. Dessa forma, essas escolas não podem realizar processos de

seleção diferenciados, já que os critérios para o ingresso dos estudantes nas EEEPs são iguais para todas elas.

Hoje, como a procura é grande e as vagas são limitadas, há uma avaliação do histórico escolar e das notas do boletim do último ano do Ensino Fundamental (9º ano).

A escola como meio de formação profissional e inserção no mundo do trabalho, parece ser a representação que mais se adéqua aos jovens pesquisados, pois a opção em fazer o Ensino Médio Integrado à educação profissional foi de escolha própria para 93,75 % dos alunos entrevistados:

Pela necessidade de preencher meu tempo livre, agregando valores ao meu conhecimento (L.S.F.N., 20 anos, Administração).

Porque eu sabia que no EMI eu iria sair um profissional da área da saúde (L.G., 21 anos – Enfermagem).

Vi no EMI uma maneira de já sair do Ensino Médio com a profissionalização desejada (D.M.N., 20 anos – Informática).

Essa possibilidade de articulação do Ensino Médio com a educação profissional representaria nas falas dos jovens egressos, uma otimização de tempo, além de ter algo a mais em seu currículo – um curso técnico - destinado à formação nesse nível da educação básica. Isso foi um dos fatores que motivaram os estudantes para a procura por essa escola. Outros motivos também indicados pelos estudantes foram: a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho mais qualificado, com conhecimento amplo, além de adquirir maiores responsabilidades.

A oportunidade de fazer um curso técnico integrado ao Ensino Médio constitui-se no direito dos jovens de terem acesso a uma formação para além da necessidade imediata de acesso rápido ao mercado de trabalho, lhe dê também um suporte seguro para uma formação mais ampla e qualificada, de acordo com realidade atual. Nesse sentido, Frigotto (2005) nos coloca que:

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2005, p.77).

Observa-se também nas falas de alguns jovens a frustração com o Ensino Médio integrado. Muitos acreditavam que seria mais fácil seu ingresso no mercado de trabalho, o que não aconteceu para alguns alunos. Para 20,8% dos egressos, a sua inserção no mercado de trabalho ainda não aconteceu pela exigência de

experiência do mercado e também pela pouca qualificação. Muitos concluem o curso e ainda não se sentem seguros e preparados para atuar no mercado de trabalho na área que concluiu o curso profissional. Alguns egressos estão inseridos no mercado de trabalho em setores que não tem nenhuma relação com a sua qualificação como: atendente em salão de beleza (egresso do curso de enfermagem) caixas de supermercado, garçom (egresso do curso de informática), gerente de vendas (egresso de nutrição), atendente em shopping center (egresso do curso de nutrição), ajudante de pedreiro (egresso do curso de administração).

Os jovens que saem profissionalizados do EMI, na busca incessante por um posto de trabalho, acabam por trabalhar em uma atividade laboral que exige menor qualificação do que possuem. É nesse momento que eles percebem que apenas a certificação do curso profissional não representa nenhuma garantia de trabalho.

Dos 48 participantes da pesquisa, 10,41% continuam trabalhando como menor aprendiz porque logo após a conclusão do estágio não puderam ser contratados pela empresa por não terem completado a maioria exigida pela legislação brasileira:

- a) Os artigos 402 ao 441 da CLT trata do Trabalho do Menor, estabelecendo as normas a serem seguidas por ambos os sexos no desempenho do trabalho.
- b) A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII considera menor o trabalhador de 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) anos de idade.
- c) Segundo a legislação trabalhista brasileira é proibido o trabalho do menor de 18 anos em condições perigosas ou insalubres. Os trabalhos técnicos ou administrativos serão permitidos, desde que realizados fora das áreas de risco à saúde e à segurança.
- d) ao menor de 16 anos de idade é vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

A baixa escolarização, aliada à pouca qualificação profissional, é consequência de um sistema produtor alimentado pela desigualdade social, e, ao mesmo tempo, funcional a ele. Como destacou Kuenzer (2007), estrutura-se uma exclusão includente, pois os estudantes mais pobres continuam evadindo-se das escolas públicas, restando-lhes a alternativa de ingressarem nos programas

governamentais como forma de almejar a aquisição de conhecimentos ou certificações que os permita ingressar no mercado de trabalho.

A estratégia por meio da qual o conhecimento é disponibilizado/negado, segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados, é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética (KUENZER, 2007, p. 1167).

Entretanto, apesar dos estudantes incorporarem a concepção de “estar o dia na escola para preencher o tempo livre e agregar valores ao seu conhecimento”, quase dez horas dentro da Instituição de Ensino, provoca cansaço e desconforto para muitos, principalmente, porque, a escola não possui uma boa estrutura física: ainda faltam espaços que garantam um melhor acolhimento e conforto para os alunos, como por exemplo, salas de aula climatizadas, local para descanso após o almoço, para aqueles que desejarem dormir um pouco, ou oferta de jogos e atividades recreativas para os que preferirem o lazer nesse espaço de tempo.

Os jovens explicitam:

Acho que nossa escola não recebeu bastante recursos do governo para uma boa estrutura (Y.S.A., 20 anos)

De certa forma nos ajudou muito e ao mesmo tempo faltou mais investimentos nas escolas adaptadas (L.B.O., 19 anos).

Ao questioná-los sobre Políticas Públicas, constatou-se que, 95% dos egressos participantes da pesquisa não têm conhecimento sobre o assunto. Muitos pediram explicação sobre o significado e o sentido de “Política Pública”. Dada a explicação de que Política Pública é o Estado em ação. Segundo Dye (1984) “é o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A sociedade em que vivemos é complexa e envolve diferentes interesses e conflitos. Para tornar possível a convivência, todos os interesses públicos devem ser bem administrados. Por isso que a política surgiu com o intuito de ajudar o bem comum de todos os cidadãos que se integra numa sociedade.

A universalização da Educação Básica de qualidade, por exemplo, deve ser fim último das políticas públicas para a juventude. Visto que o acesso à

educação é de suma importância para o desenvolvimento econômico, condição para o exercício da cidadania e pressuposto da inclusão social.

Questionados se a Educação Profissional na EEEP Maria José Medeiros contribuiu, prejudicou ou nada alterou na sua inserção profissional, para 81,25% dos egressos, a escola contribuiu na sua inserção profissional. No entanto, para 18,75% dos jovens a Educação Profissional em nada alterou, pois não estão trabalhando na área que concluíram o curso técnico.

Contribuiu, pois adquiri conhecimento a mais e de certa forma me diferencia das demais pessoas que possuem apenas o Ensino Médio (J.S.S., 20 anos – Nutrição Dietética).

Ajudou bastante por causa do curso técnico que eu tinha. E como técnico em administração estou trabalhando na Marinha, como militar nas forças armadas, na função administrativa (E.D.S., 20 anos – Administração).

Em nada alterou (V.K., 20 anos – Nutrição).

Contribuiu, pois logo após a conclusão do estágio, fui contratada como jovem aprendiz (J.S.M., 19 anos – Administração).

O conteúdo expresso dos egressos dialoga com o constructo de Frigotto; Ciavatta; Ramos, (2005, p. 19), quando formulam que o trabalho é “[...] condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade [...]”. Também é possível dialogar com Machado (1989), quando afirma que o trabalho com enfoque educacional, torna-se importante e necessário na vivência do aluno, pois é a partir do estudo e do trabalho que o homem pode transformar e melhorar sua qualidade de vida. Através dessa formação adequada, com foco acadêmico, profissional quanto para sua vida social, contribuirá de forma significativa para o seu exercício de cidadania.

Os jovens, quando precisam fazer escolhas ou tomar alguma decisão, são influenciados de alguma forma. No caso dos alunos pesquisados, mesmo havendo outras influências como, por exemplo, a familiar e a escolha do curso superior, o fato que mais influenciou esses jovens egressos a cursarem o EMI, foi a possibilidade de inserção rápida no mercado de trabalho.

Quando perguntados se há dificuldades quanto ao mercado de trabalho para os jovens que saem profissionalizados do Ensino Médio, os participantes da pesquisa responderam:

Sim, um pouco, pois a espera é muito grande por um emprego na área e nem todas as empresas estão aptas para os técnicos em Nutrição Dietética e isso torna muito difícil encontrar emprego (M.B.S., 20 anos – Nutrição).

Sim. Depende do mercado. No caso da Nutrição, as empresas não têm uma flexibilidade para o trabalho e estudo. Você tem que optar em trabalhar ou

estudar. As empresas que contratam no sistema de folgas alternadas ficando inviável tempo para estudar (I.S.S., 22 anos – Nutrição).

Sim. Os jovens não estão trabalhando porque o mercado de trabalho exige experiência que ainda não temos (A.S., 20 anos – Nutrição).

O quadro e o gráfico abaixo representam as dificuldades apresentadas pelos jovens que saem profissionalizados do Ensino Médio referente ao mercado de trabalho.

Quadro 4 – Dificuldades para os jovens egressos profissionalizados do ensino médio quanto ao mercado de trabalho.

CURSO	SIM	NÃO	TOTAL
Administração	09	03	12
Enfermagem	04	07	11
Informática	13	01	14
Nutrição	10	01	11
TOTAL	36	12	48

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Dos quarenta e oito participantes, 75% acham que há dificuldades para os jovens que saem profissionalizados do EM. Apenas 25% discordaram e acham que não há dificuldades. Analisando o gráfico acima, observa-se que o único curso que não apresentou dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, foram os egressos do curso de enfermagem, esse dado será constatado mais adiante, quanto a empregabilidade.

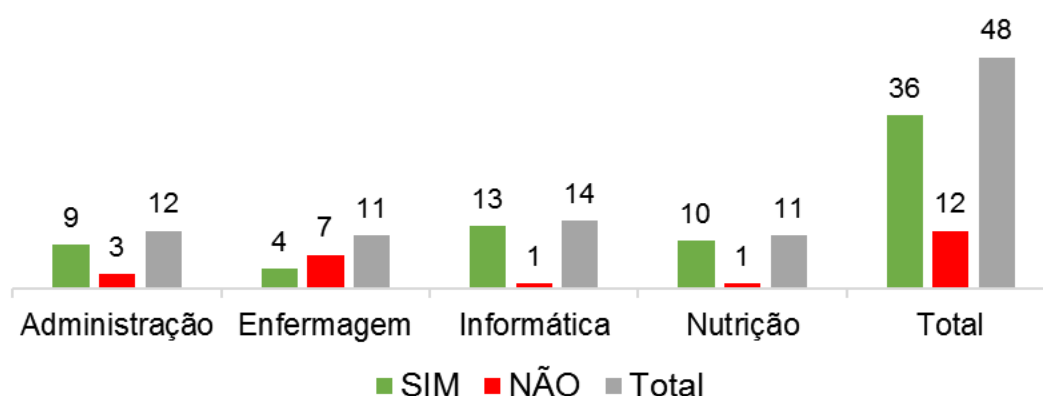
É notável que a percepção desses educandos em relação ao EMI, de acordo com suas colocações/justificativas, se dá, principalmente, em função do mercado de trabalho, percepção está relacionada à situação globalizada/capitalista vivenciada pelo jovem ou qualquer indivíduo nos dias de hoje, em que a luta pelo emprego é sempre uma missão, muitas vezes árdua e sem resultado positivo, pois de acordo com Antunes (2007):

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade de que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX [...]. No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do

desemprego estrutural é sua manifestação virulenta (ANTUNES, 2007, p. 13/14).

Sobre a questão da empregabilidade sob a ótica dos jovens é possível considerar que diante da necessidade de empregabilidade dos jovens há uma preocupação do governo do Estado com o processo de formação para a inserção no mercado de trabalho, um investimento com a educação profissional que “se constitui no processo pelo qual os trabalhadores são formados para produzirem sua existência por meio de seu trabalho, o qual se volta para a produção de bens e serviços necessários socialmente” (RAMOS, 2012, p. 5). Entretanto, sabe-se que muitos desses bens não chegam a atingir os jovens das classes populares; para os filhos dos trabalhadores. O desafio de oferecer uma formação geral e uma formação humana integral, que possibilite a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho surge num contexto econômico e social de globalização, pois essa formação se diferencia do que é proposto pelo mercado de trabalho – garantir a formação completa dos sujeitos e superar a dualidade histórica entre formação básica e profissional, tão necessária à formação dos jovens provenientes da classe trabalhadora.

Gráfico 3 – Dificuldades para os jovens egressos profissionalizados do Ensino Médio quanto ao mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A partir dos dados coletados, ressalta-se que, a busca pela inserção no mercado de trabalho vem sendo apresentada como sendo uma das preocupações dos jovens da atualidade, fazendo com que eles busquem por meio das oportunidades que lhes são oferecidas, meios para a ampliação de seus conhecimentos e qualificação para o pleiteio de oportunidades de emprego.

Para Camargo (2005) a importância da demonstração da preocupação dos jovens cada vez mais cedo com o mercado de trabalho, vem de encontro as suas expectativas de futuro, salientando que, muitos, principalmente em decorrência de sua condição social, necessitam buscar a inserção no mercado como meio de promover a sua sobrevivência e independência econômica.

Para a conclusão do curso com formação técnica de nível médio, está previsto o Estágio Curricular Obrigatório. E para que todos os jovens tenham a mesma oportunidade, a Secretaria da Educação (SEDUC) realiza ações de captação de vagas junto a empresas e instituições cearenses, interessadas em oportunizar vagas para estagiários. O estágio é o momento mais oportuno que o estudante tem para colocar em prática tudo o que foi aprendido, assimilado em sala de aula. É uma oportunidade única na qual o aluno pode vivenciar no dia a dia a teoria, absorvendo melhor os conhecimentos, colaborando e interferindo com a sua escolha profissional. A função do estágio curricular é de assegurar para o estagiário um aprendizado direcionado ao profissional, social e cultural. O estágio não é um emprego, ele complementa o aprendizado adquirido nos cursos de nível médio, técnicos ou superiores, regidos pela lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (SEDUC, 2008).

Quando questionados sobre a importância do estágio supervisionado para a sua formação profissional, para os jovens entrevistados, as experiências adquiridas durante o estágio supervisionado, são de grande importância para a formação técnica e profissional, e propicia, para a maioria deles, um primeiro contato com o mundo do trabalho.

A disciplina de estágio que temos no curso técnico foi a chave mestre de toda a situação profissional que a gente passou no EMI, porque é no estágio onde a gente vai vivenciar tudo o que agente aprendeu e desenvolveu junto com os professores e coordenadores da escola. O programa de estágio é como uma visão do mundo profissional, você vai aprender e você pode errar. É onde a empresa vai te moldar. O caminho profissional começa no estágio (T.B.B., 20 anos – Administração).

O estágio foi importantíssimo, pois me deu uma experiência em relação ao mercado de trabalho, como realmente é, pois eu não conhecia (F.J., 20 anos – Informática).

Percebemos nas falas acima, que o estágio se configura não só como um momento de aprendizado, da relação teoria/prática, mas confunde-se também com o próprio trabalho. Significando, através do contato real com o mundo do trabalho, um “amadurecimento” que poderíamos relacionar com a transição para a vida adulta.

O estágio faz parte do projeto pedagógico de cada curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, desenvolvendo competências próprias da atividade profissional. Tem como um dos objetivos o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. É realizado sob orientação e supervisão dos professores orientadores de estágio que também são responsáveis pelo processo de avaliação desse período.

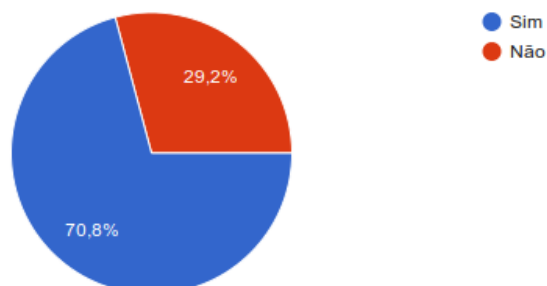
Programaticamente, a política estadual se organiza com a SEDUC a oferta de bolsa-estágio no valor de R\$3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) por hora de estágio e contratação de seguro contra acidentes pessoais por morte ou invalidez total ou parcial aos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional implantadas no Estado. A iniciativa visa estimular a abertura de mercado para inserção dos jovens no mundo do trabalho, permanência do aluno e sua conclusão no curso (SEDUC) com a explícita intencionalidade de contribuir para a elevação dos níveis de profissionalização do Estado.

Os gráficos a seguir foram gerados através do *Google Forms*, uma ferramenta muito utilizada em análises de pesquisas, para clarificar a visualização dos resultados obtidos, no caso, no que concernem as respostas às perguntas dos questionários e entrevistas. Não houve uma separação das perguntas quanto aos questionários e entrevistas. Os dados foram analisados a partir das respostas dadas tanto nos questionários quanto nas entrevistas visto que as perguntas foram as mesmas.

Gráfico Geral 4 –Caracterização da amostra quanto ao prosseguimento aos estudos.

Gráfico 4 – Você deu prosseguimento aos estudos?

Você deu prosseguimento aos estudos? (48 respostas)

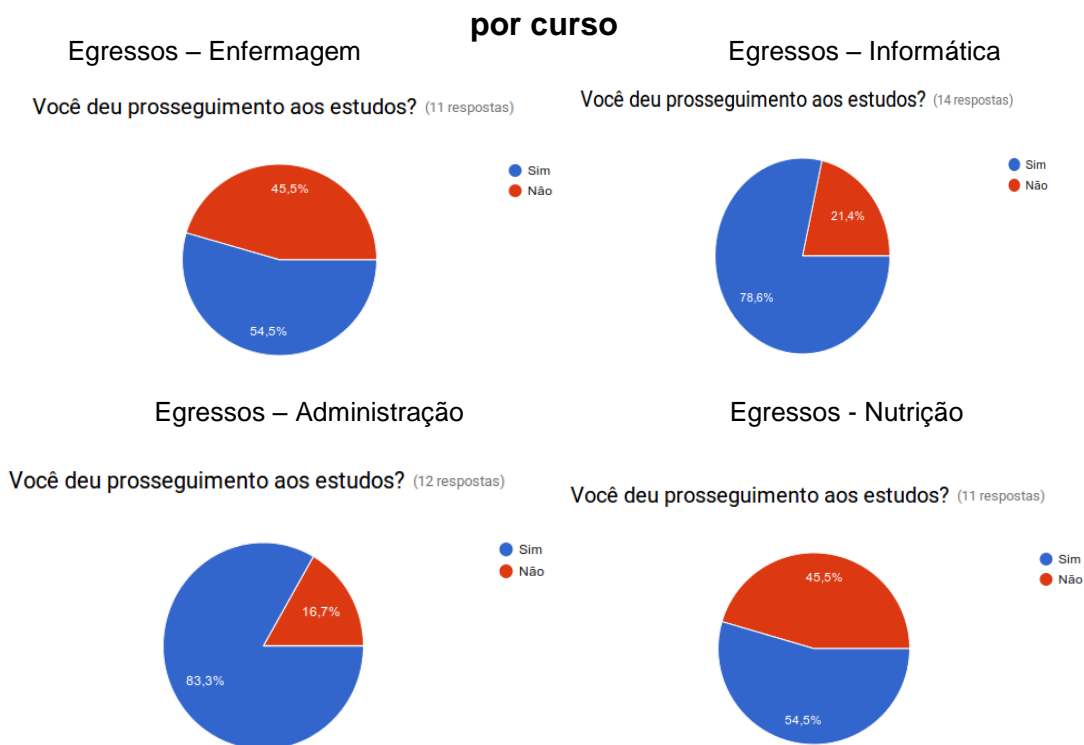


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os dados revelam que 70,8% dos participantes deram prosseguimento aos estudos após a conclusão do EMI. É um dado bastante significativo e positivo. Neste percentual estão incluídos os alunos inseridos nas universidades e em cursos profissionalizantes diferentes da área em que concluíram o curso técnico. Em suas falas, a continuidade aos estudos em cursos profissionais na mesma área se deve à formação que não foi satisfatória durante o curso, falta de professores, pela ausência de laboratórios técnicos (informática e nutrição), pelo interesse em outras áreas diferentes da que concluiu o curso além da necessidade de capacitação pela exigência do mercado. Segundo os egressos, a conclusão do curso profissional não é garantia para inserção imediata no mercado de trabalho.

Importa perceber que a proporção acima demonstrada se altera em relação a cada curso:

Gráfico 5 – Caracterização da amostra quanto ao prosseguimento aos estudos



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quando indagados sobre o prosseguimento aos estudos e se esse prosseguimento foi na mesma área que concluiu o curso profissional, observa-se que os egressos do curso de administração apresentaram o maior percentual (83,3%), seguido do curso de informática (78,6%) em relação aos cursos de Nutrição e enfermagem (54,5%) ambos. Os dados relacionados aos egressos do curso de enfermagem justificam o elevado índice de empregabilidade (90,9%) logo após a conclusão do estágio, impossibilitando assim a continuidade aos estudos visto que os alunos priorizaram o trabalho, deixando a continuidade dos estudos para um segundo plano. Quanto aos egressos do curso de nutrição, em suas falas, as empresas contratam os técnicos em nutrição em regime de folgas intercaladas, trabalha um dia e folga no outro, tornando assim, inviável e impossibilitando tempo para estudar.

Há também a dificuldade encontrada pelos alunos para atuarem como técnicos em nutrição, por ser um curso novo, as empresas, segundo os alunos preferem contratar o profissional com nível superior, não dando credibilidade e desconfiando da capacidade técnica dos jovens. Devido as dificuldades encontradas

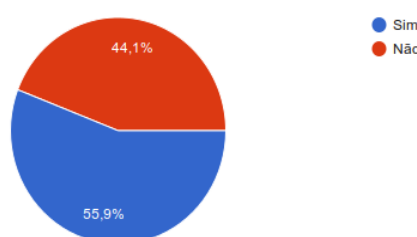
no mercado, os jovens do curso técnico em nutrição acabam optando por trabalhar em outras áreas pela necessidade de auto sustento e independência financeira.

Questionado aos egressos se o prosseguimento aos estudos foi na mesma área que concluíram o curso profissional, os que estão trabalhando responderam:

Gráfico Geral 6 – Caracterização da amostra quanto a congruência da área que concluiu o curso e atuação profissional.

Gráfico 6 – O estudo é na mesma área que concluiu o curso profissional?

Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional? (34 respostas)



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O desinteresse em dar continuidade aos estudos na mesma área foi comprovado na pesquisa pelos egressos onde 44,1% deram prosseguimento aos estudos em áreas diferentes das que concluíram o EMI. Um dos fatores para a continuidade dos estudos em outras áreas deve-se, segundo os egressos a pouca ou nenhuma identificação vocacional com curso. É um dado elevado e preocupante que carece de uma avaliação e análise pelas escolas e SEDUC.

Se os dados apontam que 44,1% dos jovens que concluem o EMI não desejam seguir a área do curso, isso possibilita refletir se esse resultado é apenas a nível local e se vem sendo acompanhado pelo sistema educacional cearense que implantou o ensino profissional. Da mesma forma, é preciso questionar qual o verdadeiro sentido da política pública de educação profissional hoje, o que ela propõe e se ela vem atingindo seus objetivos.

Dos quarenta e oito (48) sujeitos participantes desta pesquisa, 55,9% deram continuidade aos estudos na mesma área que concluíram o curso técnico e 44,1% deram prosseguimento aos estudos em áreas diferentes dos cursos técnicos: ciências contábeis, eletrotécnica, edificações, ciências sociais, educação física, serviço social, fisioterapia, radiologia, gastronomia, arquitetura, marinha,

aeronáutica, entre outros. Gonzalez (2009), se reportando aos cursos de formação profissional, afirma:

além de oferecer a oportunidade de aprender as técnicas necessárias a determinado tipo de emprego, os cursos de formação profissional também realiza certa socialização do jovem no mundo do trabalho; por exemplo, eles são com frequência a instância em que os jovens têm contato com as primeiras noções de direitos e deveres em uma relação de trabalho (GONZALEZ, 2009, p.121).

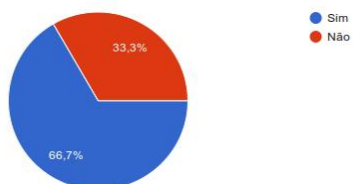
Para Gonzalez, o fato de ter concluído um curso de formação profissional, para além dos conhecimentos efetivamente incorporados, pode ser visto pelos empregadores como um sinal positivo que denota esforço, responsabilidade, etc. E sintetiza, “há várias razões para crer que a oferta de oportunidades de formação profissional pode, sob certas condições, facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho, ao minimizar alguns aspectos que o desfavorecem frente aos demais trabalhadores” (op. cit., p.121).

Isso é confirmado nas falas dos egressos quando questionados sobre a diferença entre Ensino Médio regular e ensino médio profissional. Para os jovens, egressos, ter cursado o EMI significa ter algo a mais no currículo e os coloca em vantagem no mercado de trabalho em relação aos alunos que concluíram apenas o Ensino Médio regular.

Gráfico 7 – Congruência da área que concluiu o curso profissional e atuação profissional por curso

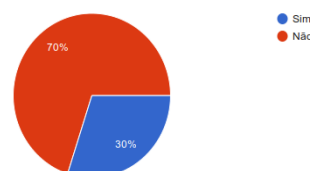
Egressos - Enfermagem

Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional? (6 respostas)



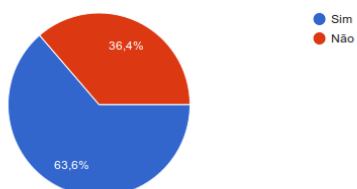
Egressos - Administração

Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional? (10 respostas)



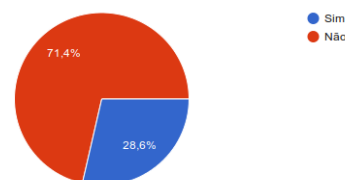
Egressos - Informática

Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional? (11 respostas)



Egressos - Nutrição

Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional? (7 respostas)



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Analisando os resultados apresentados em relação à área de prosseguimento aos estudos observa-se que há um percentual invertido dos resultados dos egressos do curso de nutrição e administração com os dados dos cursos de enfermagem e Informática. Os dados apontam que 70% dos alunos do curso de administração e 71,4% do curso de nutrição deram prosseguimento aos estudos em áreas diferentes da que concluiu o EMI. São percentuais bastante elevados e preocupantes, justificando em suas falas a pouca ou nenhuma identificação dos alunos com os cursos profissionais que concluíram. Um dos possíveis fatores que justificam esse resultado foi a falta de laboratório técnico de nutrição, cuja implantação requer investimento elevado para as aulas práticas, deixando-os desmotivados e despreparados para atuarem na área, pois só tiveram aulas teóricas. A prática só veio com o estágio. Há que se avaliar a efetividade do curso de nutrição em relação ao mercado de trabalho e as aspirações dos alunos.

Alguns egressos relatam que foram matriculados no curso, não por sua opção e escolha e sim pelo curso que ainda ofertava vagas, visto que há um número limitado de vagas por turma que é de 45 alunos.

Após a análise dos dados acima, com um percentual 70% e 71,4% dos jovens dando prosseguimento aos estudos em outras áreas, cabe aqui uma reflexão acerca de Orientação Profissional para os jovens estudantes do Ensino Médio, sobre projeto de vida juvenis, carreiras e mercado de trabalho. Segundo Schwartzman (2016), a Orientação Profissional caracteriza-se como uma prática que objetiva orientar e auxiliar as pessoas a conscientizarem-se dos caminhos possíveis, escolhendo a partir de uma apropriação de seu contexto e dos fatores que influenciam a escolha, poder sensibilizar o jovem para a construção do seu projeto de vida. Se o jovem não for o agente desse projeto ficará alheio a seus próprios planos de vida. Cabe então, a instituição de ensino, no compromisso de cumprir sua função social, também sensibilizar os jovens para uma escolha profissional/ocupacional coerente com suas possibilidades, pautada no autoconhecimento, na informação sobre o mercado de trabalho, no desenvolvimento de um posicionamento crítico e consciente a respeito de suas escolhas e de suas limitações.

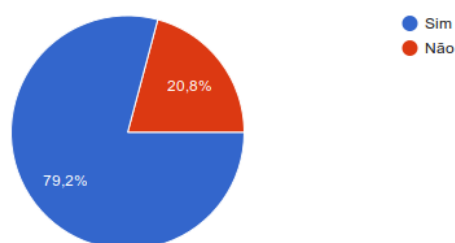
Já os egressos dos cursos de Informática (66,7%) e enfermagem (63,3%), prosseguiram seus estudos na mesma área que concluíram o EMI. Em suas falas observa-se a satisfação e o desejo de continuar investindo e se capacitando para aperfeiçoamento dos estudos e preparação para o mercado de trabalho. Para os egressos do curso de informática, a motivação para continuidade do curso foram as aulas práticas dadas por um pai de um dos alunos do curso que vendo a dificuldade dos alunos e da falta de um laboratório de *hardware*, levava computadores de sua oficina para a sala de aula uma vez por semana para ensiná-los.

No que concerne ao percentual de alunos de alunos que concluíram o curso o profissional, mas não conseguiram emprego, observa-se:

Gráfico Geral 8 – Caracterização da amostra referente à quantidade de alunos empregados após a conclusão do curso profissionalizante.

Gráfico 8 – Quantidade de alunos empregados após conclusão do curso profissional

Você está trabalhando? (48 respostas)

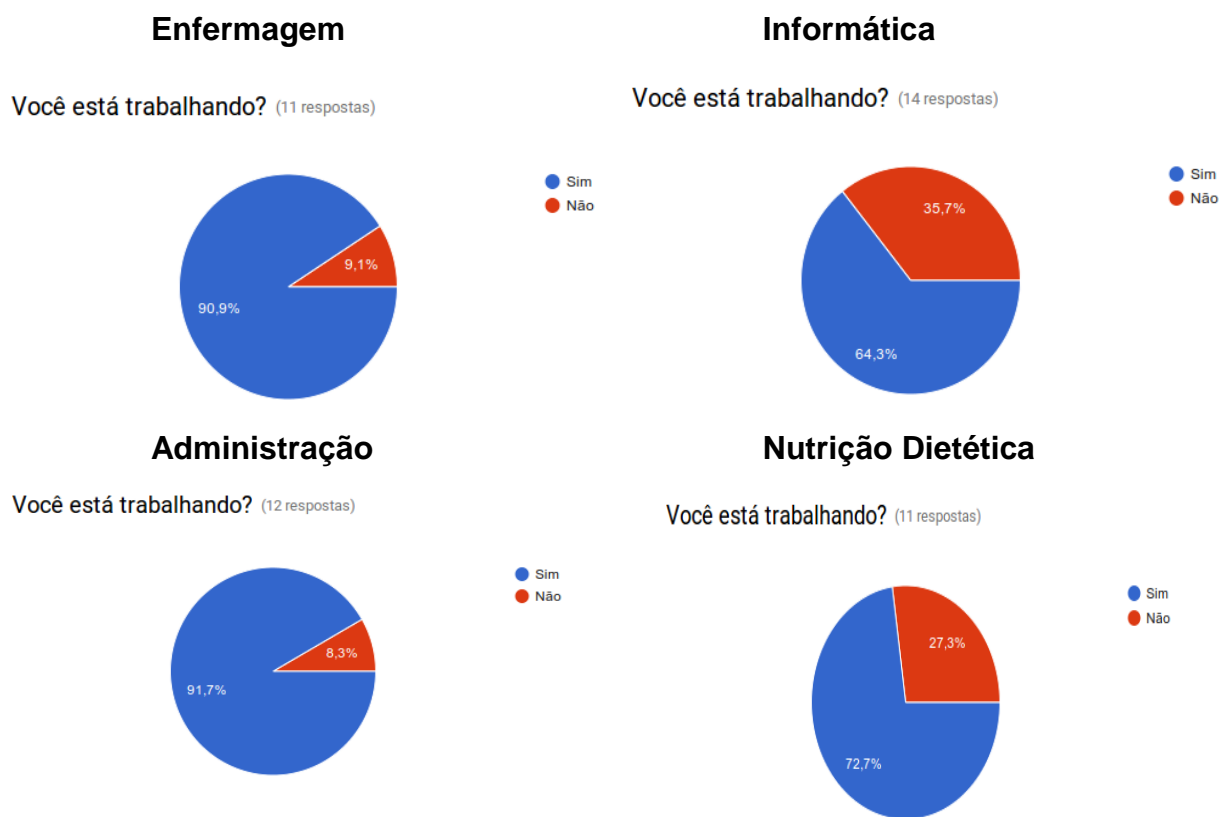


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Dados do gráfico geral que envolve as quatro turmas, revela que 79,2% dos jovens participantes da pesquisa estão trabalhando e apenas 20,8% ainda não estão inseridos no mundo do trabalho. O resultado é bastante positivo se comparado ao elevado índice de desemprego que afeta principalmente os jovens gerando assim incerteza e insegurança durante a sua transição da escola para o mercado de trabalho. Ressalta-se que essas transições devem ser vistas e analisadas como fatores determinantes para uma maior compreensão das questões relativas as trajetórias educacionais na juventude. É quando os jovens se tornam, ou não, sujeitos ativos, participantes da vida socioeconômica e cultural da sociedade. Para isso, os jovens precisam desenvolver e construir competências baseadas em sua formação inicial e profissional, que os ajudem a entrar no mercado de trabalho de forma decente.

No que concerne ao quantitativo de jovens trabalhando por curso, observa-se:

Gráfico 9 – Caracterização da amostra referente a quantidade de alunos empregados após a conclusão do curso profissionalizante por curso.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os números sobre inserção no mercado de trabalho são analisados a partir de algumas problemáticas que impactam nas contratações. A primeira se trata da idade de conclusão dos alunos. Muitos terminam o 3º ano com 16 anos de idade, impossibilitando a contratação imediata e formal dos estudantes após a conclusão do estágio. Dos 48 egressos participantes, 16,6% foram contratados como menor aprendiz.

Analisando os dados acima, verifica-se que os egressos dos cursos de administração 91,7% e de enfermagem 90,9% estão inseridos no mercado de trabalho. São percentuais elevados para um mercado de trabalho em crise e com alto índice de desemprego. Os egressos da enfermagem, ao concluir o estágio são contratados por clínicas, postos de saúde ou hospitais. Em suas falas não encontraram dificuldades para trabalhar, embora muitas vezes em condições precárias, principalmente os que trabalham em hospitais e emergências públicas, além dos baixos salários. Já os egressos dos cursos de nutrição 72,7% e informática

64,3% embora com percentual mais baixo em relação aos egressos da administração e enfermagem justificando assim a opção em priorizar os estudos.

Nesse contexto, como em estudos de Pochmann (2000), os jovens enfrentam dificuldades para encontrar trabalho e nele permanecer, uma vez que além de inexperientes, encontram poucas oportunidades. Isso fica significativamente mais grave entre jovens pobres, pois eles são impulsionados a precipitar a ocupação de um posto de trabalho para obter uma renda a fim de sustentar as despesas familiares ou a própria sobrevivência, comprometendo assim, a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional, as quais futuramente contribuiriam para a sequência de sua carreira de trabalho.

De acordo com o Relatório Tendências Globais de Emprego para a Juventude (GET) 2015 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego juvenil global estabilizou-se em 13% depois de um período de rápido crescimento entre 2007 e 2010, mas continua bem acima do nível pré-crise de 11,7%. O relatório mostra uma diminuição do número de jovens desempregados, que atingiu 73,3 milhões em 2014. Isso significa 3,3 milhões a menos do que 76,6 milhões registrados em 2009, durante o auge da crise. Em comparação com 2012, a taxa de desemprego entre os jovens diminuiu 1,4 pontos percentuais nas economias desenvolvidas e da União Europeia, e até 0,5% nos países do leste europeu e CEI, na América Latina, no Caribe e na África subsaariana. As demais regiões – Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio e Norte da África – viveram entre 2012 e 2014 um aumento no desemprego juvenil. Segundo projeções do relatório, a taxa elevou o índice para 13,1% em 2015.

O Relatório da OIT assinala que nas economias em desenvolvimento, os jovens são os mais vulneráveis ao subemprego e a pobreza. Juan Somavia, diretor da OIT, afirma que nos países em desenvolvimento as crises econômicas e financeiras permeiam o cotidiano dos pobres, e as suas consequências “ameaçam agravar os pré-existentis déficits de trabalho decente entre os jovens. O resultado é que o número de jovens em trabalhos precários cresce e este ciclo pode persistir por pelo menos mais uma geração”.

O desemprego e o subemprego podem trazer consequências negativas para a juventude, comprometendo suas perspectivas futuras em relação ao emprego. A ociosidade dos jovens também traz custos para a sociedade como a perda dos investimentos em educação, bem como o Governo deixa de receber

contribuições para o sistema de segurança social, e tem que aumentar gastos com serviços de reparação a esse problema.

Esse cenário de instabilidade para o trabalho tem como característica a flexibilização nas formas de produção e as desregulamentações das relações de emprego e dos direitos dos trabalhadores. Os dados confirmam o que está acontecendo como uma das tendências atuais da economia.

A flexibilidade que aparece na organização do trabalho como necessária às novas formas de produção, estende-se para as relações de emprego à medida que passa a ser entendida como “a possibilidade de contratar trabalhadores sem os ônus advindos da legislação protetiva, que consolidou ao longo de quatro décadas, direitos e garantias mínimas, como 13º salário, férias, FGTS, entre outros” (OLIVEIRA, 2000, p.161).

Ainda, segundo Dalila Oliveira (2000), um cenário de grande instabilidade para o trabalho e de maior mobilidade para o capital, é o que caracteriza a tentativa de desregulamentações nas relações de emprego que, “apresentada como condição para a ampliação ou permanência de postos de trabalho, [...] tem se tornado uma prática frequente na realidade brasileira compondo um cenário bastante hostil aos trabalhadores” (Ibid., p. 160).

Assim naturaliza-se a violação dos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados e consolida no senso comum “o entendimento de que o emprego formal e regulamentado é oneroso para o capital, dispendioso para o Estado e inadequado ao progresso tecnológico” (Ibid., p.161). Desse modo, os trabalhadores são chamados a aceitarem contratos de trabalhos de formas instáveis e precárias. As estratégias de flexibilização do trabalho vão desde a terceirização das atividades, passando por contratos temporários e redução salarial.

É relevante percebermos a distinção entre relação de trabalho e relação de emprego nesse contexto de mudanças. Podemos definir como relação de emprego aqueles que se referem “às formas contratuais, ou seja, as que determinam as condições salariais, de seguridade e de jornada de trabalho” (OLIVEIRA, 2000, p.162). É o contrato individual de trabalho conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no seu Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego. São formas de negociação formais, e devem ser baseadas em determinações legais.

Formar o aluno profissionalmente não significa prepará-lo exclusivamente para o exercício do trabalho, mas também fazer com que compreenda como se processa as dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e seus fracassos. Precisamos pensar no trabalho também como realização humana. Analisando sob esse aspecto, trabalho não é emprego, não é ação econômica específica. É a forma como o homem se relaciona com a natureza, com os outros homens e dessa forma produz conhecimentos. Compreender o trabalho nesse sentido é compreender a história da humanidade, com suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano.

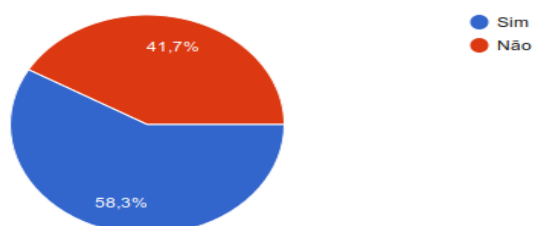
Contudo, as políticas de formação profissional, no que concerne a redução do desemprego, mostram-se pouco eficazes. O aumento do desemprego acontece pela insuficiência de postos de trabalho que acolham toda a população em idade de trabalhar. Segundo Pochmann (2007) a exclusão dos jovens do mercado de trabalho, traz diversas consequências para esse público, que sem perspectiva de emprego engrossam as filas dos trabalhos precarizados,

A emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social. O processo de imobilidade social intrageracional (a última ocupação não se diferencia do primeiro emprego), quando não o caso de regressão de intergeracional (a posição de vida e trabalho do filho é inferior a do pai), pode tornar frustrada a perspectiva de construção de um futuro pelo trabalho decente mesmo no ambiente de elevação da escolaridade. (POCHMANN, 2007, p.2).

Assim, o aprimoramento das habilidades dos jovens, não lhes garantirá espaço maior no mundo do trabalho. Pois, em um contexto de desemprego em alta, “a oferta de formação profissional é essencialmente compensatória, pois na melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor ‘empregabilidade’” (GONZALEZ, 2009, p.121).

Gráfico Geral 10 – Caracterização da amostra quanto a inserção na universidade.

Gráfico 10 – Gráfico geral – Inserção dos egressos à universidade

Você está inserido na universidade? (48 respostas)

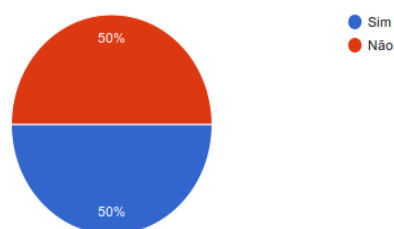
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto à inserção dos jovens egressos à universidade, dos 48 participantes, 58,3% estão inseridos e 41,7% ainda não estão inseridos no ensino superior. É um percentual bastante elevado e preocupante.

Considerando que os alunos que cursam as EEEP, em sua maioria são egressos das escolas públicas do Ensino Fundamental, evidencia-se através dos dados, que a política de educação profissional no Ceará tem potencializado a redução de inequidades, ampliando o acesso de jovens em situação de maior vulnerabilidade social ao ensino público de 3º grau. Do total de 48 participantes da pesquisa, 58,3% estão inseridos na universidade, embora conforme os dados que serão apresentados a seguir, em universidades privadas. Mesmo com todo investimento do governo nas EEEP, e considerando a qualidade do ensino das EEEP, o incentivo e investimento ao ENEM, o número de alunos que ingressam em universidades públicas ainda é bastante baixo. Nesse sentido, há de debruçar-se, investir e redefinir as estratégias utilizadas no modelo integrado do Ensino Médio à Educação Profissional sobre esse desafio da baixa inserção do aluno em universidades públicas.

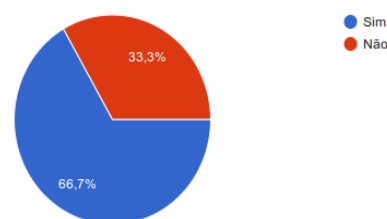
Enfermagem e Nutrição

Você está inserido na universidade? (10 respostas)



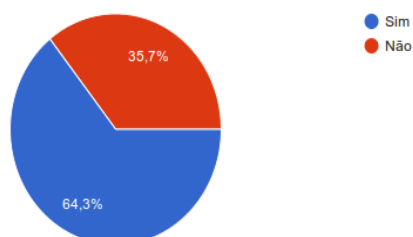
Administração

Você está inserido na universidade? (12 respostas)



Informática

Você está inserido na universidade? (14 respostas)



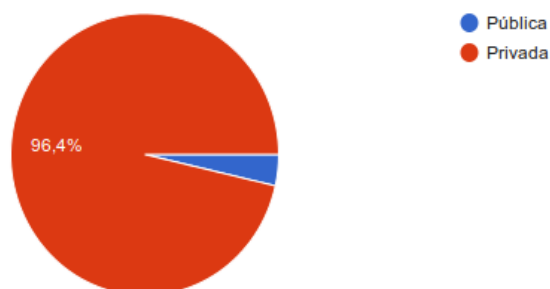
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Nas EEEPs, o ensino é diferenciado, e um dos fatores que contribui para a melhoria do desempenho dos alunos está na permanência em tempo integral na escola. Outro aspecto relaciona-se ao Projeto Político Pedagógico que articula e integra na grade curricular, os conteúdos teóricos com a prática. Destaca-se também o desempenho das EEEPs no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), na melhoria da qualidade e proficiência em português e matemática, destacando-se em relação ao ensino e resultados das escolas regulares. O ensino diferenciado possibilita a aprovação na universidade que tem como um de seus focos é possibilitar aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e trabalho.

Analisando os gráficos acima quanto a inserção na universidade, chama a atenção a baixa inserção dos egressos dos cursos de enfermagem e nutrição (50%). Esse dado aponta para o elevado índice de empregabilidade dos egressos dos cursos de enfermagem, nutrição e administração que ingressaram precocemente no mundo do trabalho deixando a inserção à universidade para um segundo plano ou até mesmo desistindo, acomodando-se apenas com o curso técnico ou com o trabalho.

Gráfico Geral 12 – Caracterização da amostra quanto a forma de Ingresso na universidade: Pública ou privada

Gráfico 12 – Egressos – Gráfico geral
Se sim, informe se é pública ou privada? (28 respostas)

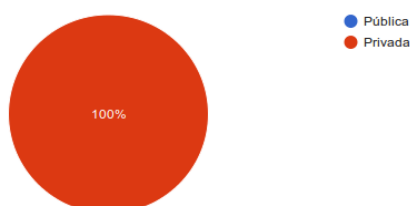


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

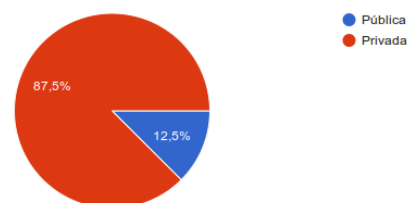
Gráfico 13 – Caracterização da amostra quanto a forma de Ingresso na universidade: Pública ou privada por curso.

Gráfico 13 – Forma de ingresso na universidade pública ou privada por curso
Egressos - Enfermagem, Nutrição e Informática: **Egressos – Administração:**

Se sim, informe se é pública ou privada? (5 respostas)



Se sim, informe se é pública ou privada? (8 respostas)



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto ao ingresso à universidade, 96,4% dos egressos estão inseridos na universidade privada e apenas 3,6% estão na universidade pública. Os egressos dos cursos de enfermagem, informática e nutrição estão 100% inseridos em universidade privada através do financiamento do FIES, PROUNI ou bolsa de estudo com desconto de 50% a 70%. Vale ressaltar que o ingresso de estudantes de escolas públicas, principalmente das EEEPs vem aumentando significativamente nos últimos anos, porém o resultado ainda não é o desejado pelo investimento que o governo do Estado tem feito nas EEEPs.

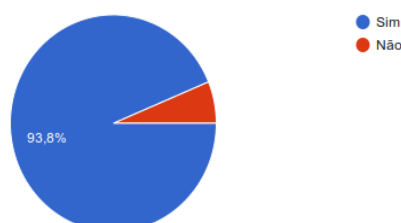
Criado em 2004, durante o governo Lula e ampliado no governo Dilma, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), garantiu milhões de bolsas de estudo em universidades particulares a estudantes de baixa renda aumentando de forma significativa o número de universidades privadas em todo o país. Ao lado do Financiamento Estudantil (Fies), o programa é uma importante forma de assegurar qualificação profissional a jovens que, dificilmente conseguiria acesso à universidade pública, pelo histórico, pela forma como o ENEM se estrutura e principalmente, pela sua formação básica.

A lógica emergencial do PROUNI, construído para suprir a baixa oferta de vagas em universidades públicas, tem reflexos diretos no modelo e na qualidade do ensino universitário brasileiro que prioriza apenas o lucro em detrimento da qualidade de ensino.

Há no Ceará grande oferta de ensino superior privado, e que possuindo dinheiro para custear o curso, não há dificuldade em conseguir vaga na IES privadas. No entanto, para os alunos de classe social menos favorável, o acesso ao trabalho é uma forma de conseguir dinheiro para custear o curso superior. Logo, conciliar trabalho diário e estudos noturnos vem se tornando a realidade de boa parcela da população menos favorecida economicamente que não consegue uma vaga na IES pública.

Gráfico 14 – Caracterização da amostra quanto à satisfação dos egressos com o Ensino Médio Integrado

Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? (48 respostas)



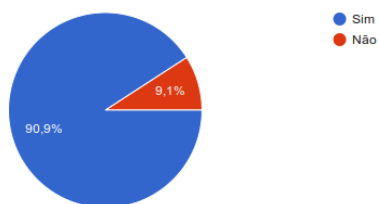
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Gráfico 15 – Caracterização da amostra quanto à satisfação dos egressos com o Ensino Médio Integrado por curso

Enfermagem

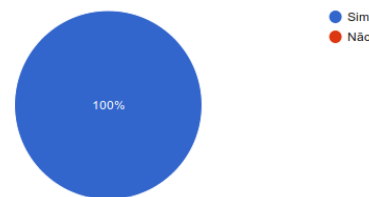
Administração e Nutrição

Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? (11 respostas)

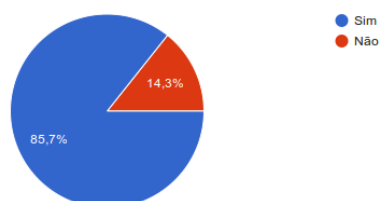


Informática

Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? (12 resp)



Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? (14 respostas)



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto à satisfação dos egressos com o EMI, 93,8% dos participantes ficaram satisfeitos. Os egressos dos cursos de administração e nutrição atingiram 100% de satisfação. Apenas 6,2% não ficaram satisfeitos com o EMI à educação profissional. Esse percentual de insatisfação com o EMI segundo os jovens pesquisados estão os alunos que ingressaram no EMI por obrigação ou desejo dos pais e por ter concluído um curso que não se identificou.

As respostas dos jovens quanto à satisfação com o EMI são um reflexo das experiências vividas e dos sentimentos despertados durante os três anos de convivência estabelecendo vínculos afetivos com os colegas, professores, funcionários e a gestão da escola, além do aprendizado adquirido.

Evidenciou-se nas conversas com os jovens egressos, uma queixa generalizada sobre o elevado número de disciplinas, tornando a carga horária dos cursos “*bastante puxada*”, além do cansaço de ficar quase dez horas na escola. Para alguns, o tempo integral dificulta a vivência da juventude. Eles reclamam sobre a falta de tempo para realização de atividades inerentes à vida juvenil, pois precisam dar conta dos conteúdos escolares, trabalhos, apresentações de seminários, estudar para as avaliações, tomando conta de grande parte do tempo da juventude.

A sociabilidade é uma dimensão da vida juvenil e deve ser observada também pelas instituições de ensino. Dayrell e Carrano (2014) afirmam a

importância da sociabilidade que se desenvolve nos grupos e de preferência nos tempos e espaços de lazer e diversão.

A turma de amigos cumpre um papel fundamental na trajetória da juventude, [...] esse é o momento que os jovens iniciam uma ampliação das experiências de vida [...]. É quando procuram romper com tudo aquilo que os prendem ao mundo infantil, buscando outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família. É o momento privilegiado de se descobrirem como indivíduos e sujeitos, buscando um sentido para a existência individual (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.117).

Dessa forma, a sociabilidade apresenta-se como uma questão a ser observada pelas instituições ao elaborarem as propostas dos cursos que serão oferecidos. Dayrell e Carrano (2014) enfatizam que se a proposta é a formação humana integral, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais, os jovens precisam ser vistos como sujeitos dessa formação.

Nas dependências da escola só existem quatro espaços para socialização dos alunos que são: a quadra poliesportiva, que é utilizada para a prática da educação física e jogos apenas no intervalo após o almoço, o refeitório, utilizado para os lanches e almoço, o pátio e o auditório que só é utilizado para reuniões, palestras ou aulas coletivas. Eles revelaram que ficam muito ociosos durante os intervalos, faltam jogos ou formação de times (basquete, vôlei, carimba, futebol), para entretenimento, gostariam que a escola tivesse formado grupos de dança, de teatro, tivesse música, ou seja, falta investimento em cultura e de práticas esportivas dentro da escola e de profissionais qualificados para a prática.

Tais atividades, recreativas como as culturais também podem ser entendidas como formativas, pois proporcionam momentos de convivência e aprendizado paralelos à convivência de sala de aula, o que é corroborado por Dayrell e Jesus (2013) ao considerarem que os tempos e conteúdos que vão além das disciplinas tradicionais são elementos importantes na vida do ser humano e fazem parte do processo de aprendizagem.

Parece-nos que os jovens demandam que a escola se readéque aos novos tempos e ao novo público que chega ao ensino médio, repensando tanto os tempos e os espaços escolares quanto o próprio currículo escolar. Significa levar em conta a diversidade que compõe o universo do jovem, as relações sociais, as especificidades culturais e ambientais, em outra perspectiva de elaboração curricular. (DAYRELL; JESUS, 2013, p. 79).

Segundo Dayrell e Carrano(2014) as culturas juvenis são as formas pelas quais a juventude se expressa, tais como as linguagens, os gostos, as formas de vestir, as práticas, os rituais, entre outros.

Diante do exposto, é possível depreender nesta análise, que os egressos ficaram satisfeitos com o EMI, embora a insatisfação quanto aos aspectos estruturais da escola e o investimento em cultura e de práticas esportivas precisam ser repensadas pela instituição. Apesar disso, referem que o EMI é diferenciado das escolas regulares proporcionando melhor preparo para ingresso ao ensino superior, somado a um curso profissionalizante.

4 PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O processo de instituição da educação profissional no Ceará aponta para a construção de uma proposta de Escola Pública em tempo integral que buscou ressignificar, substancialmente, o conceito de Escola, e de uma nova proposta curricular para a Escola Pública do Ceará.

Como diretriz da política estadual de educação profissional destaca-se a equidade como forma de fortalecer os processos de ampliação dos contextos de justiça e inclusão social, dando prioridade ao ingresso de alunos provenientes de escolas públicas regulares. Assim, a portaria de matrícula, nº 105/2009 da SEDUC, apresenta os critérios para o acesso de alunos às EEEP, destacando a avaliação do histórico escolar, especificamente as notas do 9º ano, através da média aritmética de todas as disciplinas, caso haja uma procura maior que o número de vagas. Caso algum pretendente não alcance o perfil do curso desejado e haja oferta disponível em outro, é ofertado ao aluno a possibilidade de ingresso. Através dessa portaria, a SEDUC também assegurou legalmente que 80% das matrículas nos cursos técnicos fossem, a partir de 2010, destinadas aos estudantes de escolas públicas, ficando os 20% à disposição de alunos da rede privada, atendendo a uma recomendação do Ministério Público (SEDUC, 2010).

Analisando o que estabelece a diretriz da EEEP e a portaria supracitada acima, com o que foi detectado na pesquisa, ao questionar aos egressos sobre o acesso à EEEP, o que se observou durante o processo de matrícula é que muitos alunos ficam excluídos do processo. Primeiro, pela quantidade de alunos que as EEEP atendem apenas (540) alunos (as escolas padrão MEC), as adaptadas comportam no máximo 450 alunos; segundo, pela seleção de notas do histórico escolar. Ora, se a EEEP tem como diretriz a equidade e inclusão social, porque então selecionar os melhores alunos? E os que não conseguem o acesso? Como ficam? Então a Lei da inclusão não está sendo cumprida, pois os que mais necessitam ficam fora do processo com seus sonhos e projetos de vida não realizados. Nesse sentido, a escola não vem cumprindo com a sua função social. Quando o aluno não alcança o “perfil” do curso desejado, ele é matriculado em outro mesmo que não tenha nenhuma identificação com o curso.

Como destacou Kuenzer (2007), estrutura-se uma exclusão includente, pois os estudantes mais pobres continuam evadindo-se das escolas públicas,

restando-lhes a alternativa de ingressarem nos programas governamentais como forma de almejar a aquisição de conhecimentos ou certificações que os permita ingressar no mercado de trabalho.

O desinteresse em dar continuidade aos estudos na mesma área foi comprovado na pesquisa pelos egressos onde 44,1% deram prosseguimento aos estudos em áreas diferentes das que concluíram o EMI. Um dos fatores para a continuidade dos estudos em outras áreas deve-se, segundo os egressos a pouca ou nenhuma identificação vocacional com curso. É um dado elevado e preocupante que carece de uma avaliação e análise pelas escolas e SEDUC.

Se os dados apontam que 44,1% dos jovens que concluem o EMI não desejam seguir a área do curso, isso possibilita refletir se esse resultado é apenas a nível local e se vem sendo acompanhado pelo sistema educacional cearense que implantou o ensino profissional. Da mesma forma, é preciso questionar qual o verdadeiro sentido da política pública de educação profissional hoje, o que ela propõe e se ela vem atingindo seus objetivos.

Regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio faz parte do projeto pedagógico de cada curso, integrando o percurso formativo do educando, no desenvolvimento de competências específicas da atividade profissional, tendo como objetivo o desenvolvimento do educando para o trabalho e cidadania.

Ora, se a Lei estabelece o estágio como parte do projeto pedagógico e que este integra o percurso formativo do educando e tem como objetivo o desenvolvimento do educando para o trabalho e cidadania, como explicar na prática, para os jovens que estão concluindo o Ensino Médio e não tendo completado 16 anos, que a lei determina como idade mínima 16 anos para ingresso no estágio? Esses estudantes precisam entrar de licença ou não tendo completado a idade mínima devem aguardar até estarem “prontos” para o cumprimento dessa prática. Foram detectados na pesquisa dois casos de alunos que tiveram que aguardar até completarem 16 anos para iniciar o estágio. Segundo relatos dos mesmos, a “Lei é injusta” e foi bastante frustrante para eles ficar observando os colegas entrarem em campo de estágio e eles não. Vale ressaltar que os alunos que estão ingressando nas EEEP estão dentro da faixa etária de acordo com a série. Portanto, é preciso que esse aspecto seja observado e a lei revisada.

Outro aspecto importante a se destacar refere-se ao fato dos alunos concluírem o curso técnico com idade inferior a 18 anos, o que impossibilita seu ingresso imediato no mercado de trabalho, colocando a necessidade de ampliação do período de monitoramento do egresso como forma de identificar sua inserção posterior. Os dados constatados na pesquisa revelaram que 10,41% dos egressos participantes da pesquisa não puderam ser contratados pela empresa porque tinha idade inferior a 18 anos quando concluíram o estágio, permanecendo na empresa durante dois anos como menor aprendiz ou simplesmente descartado pela empresa que pretendia a contratação imediata do (a) estagiário (a). Atualmente, a maioria dos jovens estão concluindo o Ensino Médio com 17 anos. Diante do exposto, é preciso que a SEDUC resolva esse impasse e essa contradição.

De acordo com lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 36 - D, parágrafo único, os cursos de educação profissional de nível médio, quando estruturados e organizados em etapas de terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificado de qualificação para o trabalho após a conclusão (BRASIL, 1996). A lei mostra que o aluno que concluir o Ensino Médio profissional terá direito ao certificado que lhe dá condições para atuar no mercado de trabalho, sendo questionável se realmente as escolas profissionalizantes vem proporcionando essa qualificação. Através da fala dos jovens percebe-se que nem todos consideram uma preparação suficiente para atuarem como profissionais, embora esteja na lei e faça parte do discurso do Estado.

No caso da EEEP Maria José Medeiros, os alunos do curso de Informática passaram três anos do curso sem um laboratório prático de hardware. O laboratório só funcionou em 2016, dois anos após a conclusão do curso prejudicando muito as aulas práticas que os mesmos não tiveram. As poucas aulas práticas aconteceram através da parceria família-escola, onde o pai de um dos alunos, que é técnico em Informática, vendo as dificuldades dos alunos, e de seu filho, se propôs a dar aula prática uma vez por mês, levando computadores de sua oficina para a escola. Diante do exposto, a Lei supracitada afirma que o aluno ao concluir o ensino médio profissional está em condições de atuar no mercado de trabalho. Esta não foi a realidade desta turma que, segundo os egressos, concluíram o curso sem o devido preparo para o estágio e formação para atuar no mercado de trabalho como deveriam.

Da mesma forma, os alunos do curso de nutrição dietética não tiveram aulas práticas devido à falta de uma cozinha industrial para as aulas práticas do curso de nutrição tornando assim inviável a continuidade do curso na escola que só formou apenas uma turma em 2014. Segundo informações da SEDUC, a implantação de um laboratório de nutrição, com uma cozinha industrial teria um custo muito alto.

Uma reclamação comum dos egressos da EEEP Maria José Medeiros participantes da pesquisa é quanto à questão estrutural da escola, principalmente em comparação com as escolas padrão MEC que contam com ambientes mais adequados à oferta de educação integral. Quando questionados sobre Política Pública de Ensino Médio Integrado, a maioria sequer sabia do que se tratava. O que estava bem claro em suas discussões era que a EEEP Maria José Medeiros não recebeu investimentos do governo para proporcionar uma boa infraestrutura, funcionamento e uma educação de qualidade da escola que foi adaptada para atender aos alunos em tempo integral.

A ideia é que seja delimitada uma estrutura física padrão proporcionada a todas as escolas profissionais evitando assim grandes desigualdades quando se compara escolas que foram adaptadas com um padrão MEC, reduzindo assim as disparidades estruturais, de funcionamento e conseqüentemente, a qualidade de ensino ofertada. Essa padronização é de suma importância pois existem escolas adaptadas do mesmo ano de implantação que possuem disparidades estruturais enormes. Enquanto algumas já estão climatizadas, outras não possuem sequer laboratórios técnicos montados. Enquanto as escolas consideradas padrão MEC tem, laboratórios (biologia, física, química, matemática, de línguas, laboratórios técnicos), computadores, salas de aulas climatizadas, nas adaptadas, há carência de laboratórios, de computadores, de salas de aulas climatizadas, de armários para guardar os livros e seus pertences já que passam o dia na escola, de banheiros apropriados e adequados para atender os jovens educandos.

Uma estrutura bem pensada implica diretamente no interesse dos estudantes. E aquele aluno interessado se torna mais ativo, tem mais vontade de estar na escola e isso reflete no seu desempenho e aprendizado.

Um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que o desempenho dos alunos que estudam em ambientes com boa infraestrutura é superior ao dos que estão em escolas que não dispõem de

ambientes adequados. Segundo dados da pesquisa “Infraestrutura Escolar e Aprendizagens da Educação Básica Latino-americana”, os alunos poderiam subir as médias de 506 pontos em provas de linguagens e 497 pontos em matemática para 525 pontos e 524 pontos, respectivamente, caso tivessem condições melhores estruturais. Na relação entre a infraestrutura escolar e os resultados acadêmicos, o estudo diz que os fatores que mais contribuem para bons desempenhos é a presença de espaços de apoio ao ensino, tais como bibliotecas, computadores, laboratórios de ciências, auditórios e quadras de esportes.

A falta de investimento do governo do Estado com as escolas profissionais em tempo integral que foram adaptadas é algo que precisa ser reavaliado e analisado. A política pública precisa ser implementada antes de ser estruturada. O que aconteceu com a política de implementação de escolas profissionais, principalmente em Fortaleza, foi que muitas escolas passaram pela transição de escola regular para profissional tempo integral sem que estas estivessem prontas e adequadas para atender alunos, professores e demais profissionais. As condições de infraestrutura da escola prejudicam em muito a realização do projeto de educação profissional integrada com a qualidade que os jovens deveriam receber.

Diagnostica-se também nesse estudo, que o modelo de Ensino Médio Integrado à educação profissional está cercado pelo discurso da empregabilidade e da formação integral. A articulação desses elementos resulta em um - negócio que os idealizadores da gestão empresarial chamam de - educação de qualidade. Com efeito, a retórica política prega a rápida inserção dos estudantes no competitivo mercado de trabalho sem mencionar a crise do desemprego que o país vem passando nos últimos anos. Com o discurso do protagonismo e empreendedorismo juvenil, responsabilizam o estudante por seu possível sucesso-fracasso, mas seu sucesso é atribuído à filosofia da TESE/TEO que trata a escola nos moldes de uma empresa.

A pesquisa também chama atenção para o fato de a profissionalização do trabalhador está se constituindo cada vez mais cedo. A integração do Ensino Médio ao profissional técnico tem ocasionado uma profissionalização cada vez mais precoce, pois ao sair do Ensino Médio com 17, 18 e 19 anos, aproximadamente, o aluno já tem uma formação para o emprego atrelada à necessidade de batalhar pelo pão de cada dia.

Na realidade brasileira, e também em outras partes do mundo, o jovem deseja cada vez mais cedo seu lugar no meio trabalhista, muitas vezes, levado pela necessidade que a situação sociocultural determina, não tem como adiar sua inserção na vida produtiva, mesmo que muitas vezes, essa inserção precoce os direcione a formas inadequadas e precarizadas de trabalho, pois Ramos (2008) coloca o seguinte:

Diante dessas afirmativas, então, não podemos dizer que no Brasil a juventude brasileira oriunda da classe trabalhadora pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso na atividade econômica. Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm a certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois. A classe trabalhadora brasileira e seus filhos não podem esperar por essas condições porque a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida (RAMOS, 2008, p. 12).

As atuais propostas de educação profissional comprovam que, embora as transformações ocorridas no mercado de trabalho passem a exigir a extensão da educação básica com qualidade, o que se vem oferecendo aos trabalhadores e seus filhos, se resume, basicamente, à reprodução do conhecimento relativo, levando a integração entre educação básica e profissional ao mero discurso, em particular, as EEEPs se caracterizam por ser uma política não de promoção da qualidade do Ensino Médio, mas como um claro investimento baseado na formação de capital humano no Estado do Ceará objetivando render frutos para o empresariado quando os jovens adentrarem no mercado de trabalho.

Portanto, através da pesquisa realizada, concluiu-se que, a inserção dos jovens que saem profissionalizados no mercado de trabalho e na sociedade ainda se faz de maneira lenta, e que a adoção de políticas públicas é fundamental para que os mesmos possam garantir igualdade de oportunidade de emprego nas empresas que se encontram no Estado do Ceará e em todo o país. A EEEPs, como iniciativa da política pública, apresentou-se como sendo um instrumento capaz de oportunizar a centenas de jovens a possibilidade de desenvolver suas habilidades e capacidades através de sua inclusão nos cursos profissionalizantes, favorecendo os jovens egressos que se apresentaram como o foco de estudo, oportunidades, para os que estudaram e se prepararam, de inserção na universidade e no mercado de trabalho.

Espera-se que o Ensino Médio Integrado, enfocando o trabalho como princípio educativo, contribua de forma positiva para a vivência do educando, que faça valer a credibilidade que o aluno que optou por esta modalidade de ensino,

[...] que a formação profissional de tecnológica deve ser mais abrangente. Preparar para o trabalho não significa apenas preparar para exercer funções específicas, mas significa, sobretudo, compreender a sociedade naquilo que é estruturante dela, ou seja, o trabalho. A formação profissional deve desempenhar um papel para além dos limites impostos de forma artificial pelo mercado de trabalho, devendo ser encarada como um imperativo de vida em sociedade, como um direito e como um dever de cada cidadão (CARVALHO, 2008, p. 154).

A escola e os sistemas de ensino precisam ter uma visão crítica do mercado de trabalho e construir o processo formativo no qual, ao tempo em que proporcionam acesso aos conhecimentos, contribuam para que o sujeito se insira no mundo do trabalho e também questione a lógica desse mesmo mercado. A adequação ao mercado de trabalho é o contrário do que defendemos, pois, o compromisso do processo educativo deve ser com os sujeitos, para que sejam formados para enfrentarem os desafios e as contradições do mercado de trabalho.

Contudo, deve-se ter cuidado com as propostas e experiências de integração entre o Ensino Médio e a educação profissional de nível técnico, pois elas podem dar continuidade à dualidade: formação propedêutica/preparação profissional, sob mecanismos disfarçados de integração, apenas para cumprir os dispositivos legais. Ou ainda, sob a máscara dos discursos convincentes favoráveis à formação integral do homem, fortalecer a perspectiva do capital, no sentido de formar o trabalhador para adequar-se às novas exigências impostas pelas empresas, às imprevisibilidades do mercado ou para criar sua própria estratégia de emprego.

Para Ciavatta (2005), o Ensino Integrado é uma tentativa de superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Porém, para se alcançar esta finalidade é preciso que seja realizada uma educação integrada e humanizadora, isto é, um projeto social que rompa com a formação a simples preparação para o mercado de trabalho.

É preciso cuidar, entretanto, para não cairmos na armadilha de que essa concepção visaria “resolver” o problema da configuração mercado de trabalho e da oferta de emprego para os jovens. Esse é um discurso que atribui à escola e aos próprios jovens, a responsabilidade pelo desemprego, conforme sugere a ideia de

empregabilidade. Difundir esta ideia implica dizer que os sujeitos serão empregáveis dependendo de sua carteira de competências e de suas qualificações. Devemos nos colocar radicalmente contra esse discurso porque ele é ideológico, dispersivo e dissimulador, remetendo a algo externo um problema que é interno, que é intrínseco à dinâmica do capitalismo.

De acordo com os questionários e entrevistas realizadas com os egressos da EEEP Maria José Medeiros, nas respostas dessa juventude foi possível verificar que eles consideram que existem várias problemáticas nesse tipo de ensino, como espaço físico inadequado para o ensino integral, no caso das escolas adaptadas, professores faltosos, disciplinas importantes que não foram lecionadas, falta de laboratório técnicos e de laboratórios de pesquisa equipados. Porém, mesmo não pretendendo atuar na área, a maior parte considera que é uma boa oportunidade para adquirir novos conhecimentos e atuar no mercado de trabalho após se formar no Ensino Médio.

Nos estudos científicos referentes à juventude e ao mercado de trabalho, é possível verificar que mesmo com esta posição positiva desses jovens entrevistados frente ao seu futuro profissional, existem várias problemáticas presentes na estrutura capitalista que vão dificultar muito a sua entrada nesse mercado de trabalho. De acordo com as análises já citadas por Ciavatta (2005), em relação à necessidade da elaboração de um projeto que inclua a adesão de professores e gestores para elaborar um processo de ensino-aprendizagem e currículos que levem em conta projetos que articulem o geral e o específico, isto é, a teoria e a prática dos conteúdos. Algo que segundo as respostas dos alunos em relação às problemáticas encontradas no Ensino Integrado, não está acontecendo hoje na realidade do sistema de educação.

O futuro exigirá profissionais competentes, multifuncionais, alertas, curiosos que precisarão ter passado por uma educação que lhes tenha equipado com lógica de raciocínio; compreensão dos processos; capacidade de transferir conhecimentos; prontidão para antecipar e resolver problemas; conhecimento de línguas; habilidade para tratar pessoas e trabalhar em equipe. Ou seja, um tipo de educação que dá as pessoas as condições de apreenderem continuamente.

Assim, acredita-se que foi válida essa oportunidade de ouvir as vivências dos sujeitos, referentes à trajetória entre a escola, o ingresso à universidade e ao mundo do trabalho. Nesta pesquisa, vale enfatizar que não se pretendia chegar à

totalidade de compreender o mundo do trabalho na e após formação na área escolhida pelos egressos, mas através da escuta, dos diálogos nos reencontros, como ocorreu suas trajetórias e experiências destes com o mundo do trabalho tão falado e esperado por eles durante o curso. A temática desse objeto de estudo compõe-se de uma política educacional cearense recente. Pretende-se que este estudo possa ter continuidade, por meio de outras pesquisas ou até mesmo de uma avaliação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará e das escolas sobre a trajetória acadêmica e profissional dos egressos dessa modalidade, uma vez que são atores importantes na articulação entre escola e sociedade. Não basta oferecer aos jovens estudantes a modalidade de Educação Profissional, importa também conhecer suas trajetórias para assim avaliar se o projeto das EEEPs está fazendo a diferença, transformando vidas e realizando sonhos dos jovens egressos.

A pesquisa feita por Spósito (2004) também aponta que a força que move os jovens de Ensino Médio é a adesão a um projeto de continuidade de estudos a partir da preparação para o vestibular (ENEM) ou preparação para o mercado de trabalho. No entanto, essas duas alternativas não são antagônicas, uma vez que a transição para o mundo adulto não ocorre de forma linear. Além da condição social que “obriga” muitos jovens a se inserirem precocemente no mercado de trabalho “[...] é preciso considerar que a 'experimentação' e a 'reversibilidade de escolhas' são características importantes da condição juvenil moderna” (SPÓSITO, 2004). A autora destaca uma ambiguidade presente no depoimento dos jovens: se por um lado valorizam os estudos enquanto promessa de um futuro melhor, por outro, não veem sentido para o presente.

Para os jovens, as transições entre as fases de vida institucionalizada, principalmente a transição da escola para o trabalho, envolvem riscos ou necessidades e tem particular relevância para a integração e desenvolvimento econômico e social sustentável. Desemprego juvenil, jovens sem formação profissional e emprego e carreiras profissionais precárias representam o aumento de incerteza e insegurança de transições da escola para o mundo do trabalho.

Os dados apontam na pesquisa o ingresso à universidade privada de 100% dos egressos dos cursos de enfermagem, informática e nutrição e apenas 3,6% de egressos do curso de administração em universidade pública. Isso ainda se configura uma realidade das escolas públicas devido a qualidade do ensino que ainda precisa melhorar e a facilidade de financiamentos dos governos Lula e Dilma

como FIES e PROUNI. A lógica emergencial do PROUNI, construído para suprir a baixa oferta de vagas em universidades públicas, tem reflexos diretos no modelo e na qualidade do ensino universitário brasileiro que prioriza apenas o lucro em detrimento da qualidade de ensino. Há no Ceará grande oferta de ensino superior privado, e que possuindo dinheiro para custear o curso, não há dificuldade em conseguir vaga na IES privadas. Mesmo com todo investimento do governo nas ETEPs, os resultados internos e externos, através das avaliações como ENEM, SPAECE e SAEB, ainda são muito ruins. Enquanto o governo não investir seriamente em educação e nos profissionais dedicados à educação pública e na valorização do magistério, não haverá melhoria na qualidade do ensino público.

Acácia Kuenzer nos ensina que devemos “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44). Sendo assim, para que essa possibilidade se efetive no mundo atual é necessário que a política, ou melhor, as políticas públicas se estruturam com esse direcionamento. É no contexto econômico e social de globalização que aparece o desafio de oferecer uma formação geral e uma formação que permita a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, ou seja, uma formação humana integral, visto que essa formação se diferencia do que é proposto pelo mercado de trabalho, pois procura garantir a formação completa dos sujeitos. É preciso, portanto, pensar que na base da proposta da formação humana, há a superação da dualidade histórica entre formação básica e formação profissional necessária à formação dos jovens da classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa partiu do seguinte problema: Quais seriam as implicações da educação profissional na vida dos jovens “profissionalizados” na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros? Para desvelar essa inquietação o estudo teve como objetivo geral compreender as reverberações do acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio integrado na vida

dos jovens egressos da escola Maria José Medeiros, localizada no bairro Papicu em Fortaleza, Ceará.

Para conhecer as reverberações do acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio integrado buscamos primeiro entender como se efetiva a educação profissional na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros na interface com as normativas legais.

Posteriormente partimos para identificar os jovens egressos da Educação Profissional da Escola Maria José Medeiros e conhecer os desdobramentos em suas realidades profissionais e estudantis. Para encontrar esses sujeitos foi utilizado o seguinte critério: contato com as turmas que concluíram o EMI em 2014.

Por fim, ensejaram-se visibilidade as vozes juvenis para compreensão das percepções dos jovens egressos acerca do EMI e discussão do que a participação nesse programa significou para os jovens. Os dados coletados mediante os questionários e entrevistas realizados com os jovens egressos do Ensino Médio Integrado da EEEP Maria José Medeiros permitem fazer algumas considerações significativas.

Essa possibilidade de articulação do Ensino Médio com a educação profissional representaria nas falas dos jovens egressos, uma otimização de tempo, além de ter algo a mais em seu currículo – um curso técnico - destinado à formação nesse nível da educação básica. Estes fatores motivaram os estudantes a procurarem por essa escola. Outros motivos também indicados pelos estudantes foram: a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho mais qualificado, com conhecimento amplo, além de adquirir maiores responsabilidades e “evitar a ociosidade de muito tempo livre sem ter o que fazer”, o que poderia levá-los a práticas de atividades ilícitas como envolvimento em furtos, uso de drogas e entorpecentes acarretando risco de vida e a possibilidade de um futuro melhor. Nas EEEPs o ensino é diferenciado, e um dos fatores que contribui para a melhoria do desempenho dos alunos está na permanência em tempo integral na escola.

Entretanto, apesar dos estudantes incorporarem a concepção de “estar o dia na escola para preencher o tempo livre e agregar valores ao seu conhecimento”, quase dez horas dentro da Instituição de Ensino, provoca cansaço e desconforto para muitos, principalmente, porque, a escola não possui uma boa estrutura física: ainda faltam espaços que garantam um melhor acolhimento e conforto para os alunos, como por exemplo, salas de aula climatizadas, local para descanso após o

almoço, para aqueles que desejarem dormir um pouco, ou oferta de jogos e atividades recreativas para os que preferirem o lazer nesse espaço de tempo.

Embora satisfeitos com o EMI e com os benefícios que o programa oferece como fardamento, livros, alimentação, ensino de melhor qualidade, professores e gestores mais preparados, eles consideram que existem várias problemáticas nesse tipo de ensino que interferem no desempenho deles nas avaliações externas (ENEM, SPAECE e SAEB) e internas como: professores faltosos, implicando em disciplinas importantes que não foram lecionadas, greve de professores, falta de laboratórios técnicos, laboratórios de ciências e de informática equipados, problemas com a internet e de computadores que atenda toda a turma.

Observou-se também nas falas de alguns jovens a frustração com o Ensino Médio integrado. Muitos acreditavam que seria mais fácil seu ingresso no mercado de trabalho, o que não aconteceu para alguns alunos pois se sentem inseguros e despreparados para atuarem no mercado de trabalho na área que concluiu o curso profissional. Alguns egressos estão inseridos no mercado de trabalho em setores que não tem nenhuma relação com a sua qualificação como: atendente em salão de beleza (egresso do curso de enfermagem) caixas de supermercado, garçom (egresso do curso de informática), gerente de vendas (egresso de nutrição), atendente em shopping center (egresso do curso de nutrição), ajudante de pedreiro (egresso do curso de administração).

Os jovens que saem profissionalizados do EMI, na busca incessante por um posto de trabalho, acabam por trabalhar em uma atividade laboral que exige menor qualificação do que possuem. É nesse momento que eles percebem que apenas a certificação do curso profissional não representa nenhuma garantia de trabalho.

Os resultados da pesquisa revelaram que 79,2% dos jovens participantes da pesquisa estão trabalhando e apenas 20,8% ainda não estão inseridos no mundo do trabalho. O resultado é bastante positivo se comparado ao elevado índice de desemprego que afeta principalmente os jovens gerando assim incerteza e insegurança durante a sua transição da escola para o mercado de trabalho.

A inserção dos jovens egressos às universidades privadas (96,4%) foi constatada nesta pesquisa e apenas 3,6% estão inseridos na universidade pública. Esta é uma realidade observada nas escolas públicas do Estado. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), garantiu milhões de bolsas de estudo em

universidades particulares a estudantes de baixa renda aumentando de forma significativa o número de universidades privadas em todo o país. O programa foi uma importante forma de assegurar qualificação profissional a jovens que, dificilmente conseguiria acesso à universidade pública, pelo histórico, pela forma como o ENEM se estrutura e principalmente, pela sua formação básica. O governo do estado através da Secretaria de Educação do Estado vem nos últimos anos investindo em ações de intervenção e melhoria do ensino público para reverter esse quadro e ampliar o acesso do aluno de escola pública à universidade pública.

As vozes dos estudantes desde o seu acesso à educação profissional, suas percepções, dúvidas e anseios, suas trajetórias acadêmicas e profissionais, revelaram que o EMI e a educação profissional são vistos pelos jovens entrevistados como sendo uma oportunidade de ampliação de seus conhecimentos, de possibilidade de qualificação profissional para o alcance do primeiro emprego o que se faz de forma positiva por se tratar de uma política pública que busca, por meio de suas atribuições, favorecer o desenvolvimento social, principalmente das classes menos favorecidas economicamente.

Ficou evidente que os estudantes sujeitos dessa pesquisa demandam por trabalho e por continuação dos estudos, seja por meio de qualificação profissional, através de cursos profissionalizantes ou ingressando na universidade. Desse modo, é fundamental que as políticas voltadas para a juventude conciliem crescimento econômico com políticas sociais e de mercado de trabalho para gerar empregos e educação de qualidade, assim como, garantir o acesso à educação a todos os jovens, assegurando às suas famílias condições sociais adequadas para que os mesmos possam alcançar maiores níveis de escolaridade. Dentro deste enfoque, após a reflexão realizada durante o estudo, percebe-se que a vontade dos jovens em serem inseridos no mercado de trabalho é um fato real, desencadeando a percepção de que eles são capazes de contribuir favoravelmente para a transformação social, além de conseguirem a partir da demonstração de suas capacidades, construir novas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rejane Bezerra. A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: o desafio da articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional. In: CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1., 2010, Lisboa. **Anais...** Lisboa: ANPAE, 2010. p.1-11. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/40.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- ANDRADE, F. Rejane B. Mercado de trabalho e formação profissional do jovem trabalhador no Estado do Ceará. In: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Trabalho, educação e arte: encontros, desencontros e realidades**. Fortaleza: UFC, 2010.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.
- ARAÚJO, Maria Assunção. Crise do trabalho e inserção ocupacional juvenil. In: ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira; RODRIGUES, Léa Carvalho (Orgs.) et al. **Transformações no mundo do trabalho: realidade e utopias**. Fortaleza: UFC, 2013.
- BAGNATO, Maria Helena Salgado et al. Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.41, n.2, p.279-286, jun.2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n2/14.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 8035/2010 Projeto de Lei**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 5956/2013**. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:2013-07-12;5956>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 3**, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto 6.302**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Decreto n. 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2o. do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2o. do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 2208. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 18 de abril de 1997. CEARÁ, Secretaria de Educação Básica. Política de Educação Profissional no Ceará. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional> Acesso em 15 /07/ 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 20 dez.1996. p.1 Disponível em<www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL. **Lei Federal 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e altera outros dispositivos. D. O. U., Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei-12513-2011.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Lei do FUNDEB. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11494-20-junho-2007-555612-norma-pl.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Documento Base. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil profissionalizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Texto preliminar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: CNE, 2010. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/versaopreliminaraudipublicaciona.PDF>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: documento base**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?** Brasília: MS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fórum de educação defende aprofundar reflexão sobre o PNE**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35115>, acesso em 16/06/2016>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Profissionalizado**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 abr.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio. **Documento Base 2007**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**, aprovado em 08 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004b.

CAMARGO, G. **Desenvolvimento social no Brasil: perspectivas e desafios**. São Paulo: Moderna, 2005.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Tendências da relação trabalho/educação no contexto da globalização**. Brasília: INEP, 2008.

CEARÁ. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, série 2, Ano XI, nº 245, 23 dez. 2008.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará**. Ceará: [s.n.], 2008. Disponível em:
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VpyrBu6MpyYJ:testeplone.sct.ce.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Escolas estaduais de educação profissional no Ceará**. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará**. Ceará: SEDUC, 2008. Disponível em:
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VpyrBu6MpyYJ:testeplone.sct.ce.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Referenciais para a oferta de ensino médio integrado à educação profissional da rede estadual de ensino do Ceará**. Fortaleza: SEDUC, 2010.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Referenciais para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional da rede estadual de ensino do Ceará**. Fortaleza: SEDUC, 2011.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”**. Fortaleza: SEDUC, 2014. Disponível em:
<http://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/relatorio_de_gestao_2008_2014/relatorio_de_gestao_2008_a_2014.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em:
<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 20 abril 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.134, p.293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

DAYRELL, J. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. p.173-189.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.C. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.C. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.101-132.

DAYRELL, J.; JESUS, R.E. (Coord.). **Relatório de pesquisa: a exclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas**. Minas Gerais: UFMG, 2013. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/pesquisa-unicef-a-exclusao-de-jovens-de-15-a-17-anos-no-ensino-medio-no-brasil/wppaopen/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DYE, T. D. **Understanding public policy**. New Jersey: Prentice-Hall, 1984. 368p.

ESTADÃO. Educação no (des) governo Dilma. **Estadão**, 04 out. 2015, São Paulo. Opinião. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,educacao-no-desgoverno-dilma,1774157>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FERRETTI, C. J. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: UFC, 2015.

FRANCO, M. A. S. Saberes Pedagógicos e Prática docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 13., Recife, **Anais...** Recife: Bagaço, 2005. p. 27-50.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005a, p. 21-56.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.26, n.92, p.1087-1113, out. 2005b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino Médio e educação profissional: a ruptura com o dualismo estrutural. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 11-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/44/41>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Cândido Alberto. A educação e o trabalho: entre a lei e a realidade. In: SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da (Orgs.). **Educação e trabalho**. São Paulo: Livraria Pioneira, 2015. p.103-131.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para os jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GUIA TRABALHISTA. **Trabalho do menor: o que pode e o que não pode?** Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/trabalhomenor.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico: Censo Escolar 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

KUENZER, A. Z (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. **As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica**. Curitiba: Mimeo, 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011 – 2020: superando a década perdida? **Educação e sociedade**, Campinas, v.31, n.112, p.851-873, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/11.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIMA, Alessio Costa. **Sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará como expressão da política pública de avaliação do Estado**. 2007.262 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <[http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/alessio\[1\].pdf](http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/alessio[1].pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MACHADO, Lucília. **Politecnia: escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v.26, n.3, p.497-514, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19795/11533>>. Acesso em:

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.17, n.49, p.39-58, jan./abr. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a02v17n49.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.3, p.705-720, jul./sep. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/62525/65322>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OLIVEIRA, Dalila A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.25, n.2, p.197-209, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/11317>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OLIVEIRA, Dalila A. Flexibilização nas relações de trabalho e emprego e o recurso a educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.7, p.158-174, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7599/5886>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências Globais de Emprego para a Juventude** – 2010. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 27 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth 2015: scaling up investments in decent jobs for youth**. Geneva: ILO, 2015. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/tendencias-globais-de-emprego-para-a-juventude-2015-oit/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

PINTO, José M. O ensino médio. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos.** São Paulo: [s.n.], 2007.

PORTAL BRASIL. **Projeto de lei propõe reestruturação do ensino médio.** Portal Brasil, 20 set. 2016, Brasília. Educação. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/projeto-de-lei-propoe-reestruturacao-do-ensino-medio>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

RAMOS, Marise N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio: Ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC; SEMTEC, 2004.

RAMOS, Marise N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. Educação tecnológica como política de Estado. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** Campinas: Saraiva, 2012.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil.** 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 2001.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: RUA, Maria das Graças (Org.). **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998. p.731-752.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: Aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v.21, n.80, p.563-624, sep. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação Média Profissional no Brasil: situação e caminhos.** São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventudes e política públicas no Brasil. **Revista Brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, set./dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventudes e política públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, set./dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SPÓSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v.22, n.2, p.345-380, jul./dez.2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9649/8876>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ZIBAS, Dagmar M.L; FERRETTI, Celso J. Ensino Médio. Ciência Cultura e Trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.28, p.182-184, jan./apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100018>. Acesso em: 23 jan. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Questionários

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Questionário**

Prezado (a) aluno (a), você foi selecionado (a) e está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **“EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AS EXPERIÊNCIAS JUVENIS”**, que tem como objetivo geral compreender as reverberações do acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio integrado na vida dos jovens egressos da escola Maria José Medeiros, localizada no bairro Papicu em Fortaleza, Ceará. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa que utiliza questionários e entrevistas como técnica de coleta de dados.

Sua participação na pesquisa consistirá em responder perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário ou Entrevista. As respostas serão utilizadas para fins acadêmicos e sua identidade será preservada. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer instante você pode se recusar a responder perguntas ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na relação com o pesquisador.

Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. A pesquisa, no entanto, poderá ser divulgada por meio de publicações – artigos, livros, capítulos ou conferências públicas - portanto, as informações prestadas não serão sigilosas, podendo ocorrer de as mesmas serem utilizadas por outros pesquisadores ou demais interessados em estudos e análises futuras, inclusive, acrescentando ou questionando as informações, fator que foge ao controle da pesquisadora. Os dados obtidos por intermédio da sua participação poderão possibilitar refletir o ensino profissional no Ceará.

Este documento está elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para a pesquisadora. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do e-mail maryanneteles@gmail.com, pelo telefone (85) 988799288, na pessoa da Professora Mary Anne.

Mary Anne Teles de Lavor Ribeiro

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Entrevistas

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Entrevista**

Prezado (a) aluno (a), você foi selecionado (a) e está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **“EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AS EXPERIÊNCIAS JUVENIS”**, que tem como objetivo geral compreender as reverberações do acesso à educação profissional por intermédio da política do Ensino Médio integrado na vida dos jovens egressos da escola Maria José Medeiros, localizada no bairro Papicu em Fortaleza, Ceará. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa que utiliza questionários e entrevistas como técnica de coleta de dados.

Sua participação na pesquisa consistirá em responder perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário ou Entrevista. As respostas serão utilizadas para fins acadêmicos e sua identidade será preservada. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer instante você pode se recusar a responder perguntas ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na relação com o pesquisador.

Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. A pesquisa, no entanto, poderá ser divulgada por meio de publicações – artigos, livros, capítulos ou conferências públicas - portanto, as informações prestadas não serão sigilosas, podendo ocorrer de as mesmas serem utilizadas por outros pesquisadores ou demais interessados em estudos e análises futuras, inclusive, acrescentando ou questionando as informações, fator que foge ao controle da pesquisadora. Os dados obtidos por intermédio da sua participação poderão possibilitar refletir o ensino profissional no Ceará.

Este documento está elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para a pesquisadora. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do e-mail maryanneteles@gmail.com, pelo telefone (85) 988799288, na pessoa da Professora Mary Anne.

Mary Anne Teles de Lavor Ribeiro

APÊNDICE C - Questionário

EEEP MARIA JOSÉ MEDEIROS

QUESTIONÁRIO

Aluno (a): _____
Curso: _____ Ano: 2014
Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____
Obs: Caso não queira se identificar, abrevie o seu nome e sobrenome.

APÊNDICE C

O interesse e a aproximação com a temática: **Educação Profissional no Ensino Médio Integrado: As experiências juvenis** dos egressos da Escola Estadual de Educação Profissional Maria José é compreender em que estão atuando os jovens egressos do Ensino Médio Integrado das áreas de Administração, Enfermagem, Informática e Nutrição Dietética do ano 2014.

1. Por que optou pelo Ensino Médio Integrado?

2. Como foi o seu ingresso na Educação Profissional?

3. A educação profissional na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros contribuiu, prejudicou ou nada alterou na sua inserção profissional? Comente se houver relação entre a profissionalização e seu trabalho.

4. Há dificuldades para os jovens que saem profissionalizado do Ensino Médio? Cite.

5. Qual a importância do estágio supervisionado para a sua formação técnica profissional?

6.Você deu prosseguimento aos estudos? Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional ou em outra área?

7.Você está trabalhando? Se sim, em quais condições?

8.Está inserido na universidade? Se sim, é pública ou privada?

9.Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? Cite possíveis pontos positivos ou negativos.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista

Aluno (a): _____
Curso: _____ **Ano: 2014**
Sexo: () Masculino () Feminino **Idade:** _____
Obs.: Caso não queira se identificar, abrevie o seu nome e sobrenome.

O interesse e a aproximação com a temática: **Educação Profissional no Ensino Médio Integrado: as experiências juvenis** dos egressos da Escola Estadual de Educação Profissional Maria José é compreender em que estão atuando os jovens egressos do Ensino Médio Integrado das áreas de Administração, Enfermagem, Informática e Nutrição Dietética no ano 2014.

- 1- Por que optou pelo Ensino Médio Integrado?
- 2- Como foi o seu ingresso na educação profissional?
- 3- A educação profissional na Escola Estadual de Educação Profissional Maria José Medeiros contribuiu, prejudicou ou nada alterou na sua inserção profissional? Comente se houver relação entre a profissionalização e seu trabalho.
- 4- Há dificuldades para os jovens que saem profissionalizado do Ensino Médio? Cite.
- 5- Qual a importância do estágio supervisionado para a sua formação técnica profissional?
- 6- Você deu prosseguimento aos estudos? Se sim, foi na mesma área que concluiu o curso profissional ou em outra área?
- 7- Você está trabalhando? Se sim, em quais condições?
- 8- Está inserido na universidade? Se sim, é pública ou privada?
- 9- Você ficou satisfeito com o Ensino Médio Integrado? Cite possíveis pontos positivos ou negativos.

ANEXOS

ANEXO A – Autorização institucional

Governo do Estado do Ceará - Secretaria de Educação – SEDUC

EEEP Maria José Medeiros

Rua Desembargador Lauro Nogueira, 1240 - Papicu

Fortaleza – Ceará Tel.: 31013155

E-mail: mmedeiros@escola.ce.gov.br

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Direção da EEEP Maria José Medeiros, Germana Pacelli Braz, no uso de suas atribuições legais enquanto gestora desta instituição de ensino, AUTORIZA a realização do estudo “ **Educação Profissional no Ensino Médio Integrado:As experiências juvenis** a ser conduzido pela pesquisadora Mary Anne Teles de Lavor Ribeiro.

Declara que foi informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual representa.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa.

Fortaleza, CE, 18 de setembro de 2017.

Assinatura

ANEXO B – Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004

Lei da criação das EEEPs

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - Educação profissional técnica de nível médio; e
- III - Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no **caput** articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o

trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - Os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - As normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

Art. 7º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Brasília, 23 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.7.2004